

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

JANINI CUNHA DE BORBA

**PROTECIONISMO *VERSUS* AGRONEGÓCIO: A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE
O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - EUA**

CRICIÚMA

2017

JANINI CUNHA DE BORBA

**PROTECIONISMO *VERSUS* AGRONEGÓCIO: A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE
O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - EUA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Me. Júlio César Zilli

CRICIÚMA

2017

JANINI CUNHA DE BORBA

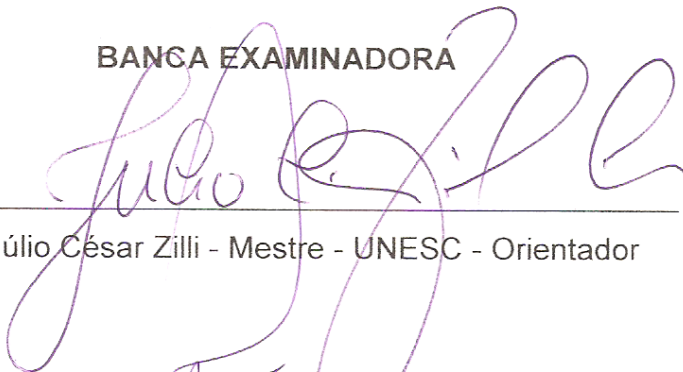
**PROTECIONISMO *VERSUS* AGRONEGÓCIO: A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE
O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - EUA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração - Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Me. Júlio César Zilli

Criciúma, 29 de novembro de 2017.

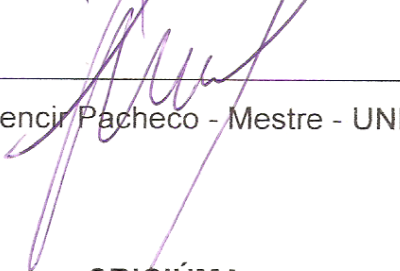
BANCA EXAMINADORA



Prof. Júlio César Zilli - Mestre - UNESC - Orientador



Prof. Ricardo Pieri - Mestre - UNESC



Prof. Valtencir Pacheco - Mestre - UNESC

CRICIÚMA

2017

Dedico este trabalho a minha preciosa família, principalmente a meu pai e minha mãe, que não medem esforços para verem seus filhos felizes e realizados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sei que sem ele não estaria aqui. Agradeço por ter me concedido saúde e força para superar as dificuldades ao longo dessa caminhada.

Agradeço a minha família, especialmente meus pais, Ivam Pereira de Borba e Rosa Teixeira da Cunha de Borba, que contribuíram e me incentivaram ao caminho dos estudos, tenho total consciência dos esforços realizados no processo de educação meu e de meus irmãos. Também aqui, agradeço aos meus irmãos que de alguma forma me ajudaram nessa caminhada e são meus companheiros, me apoiando e mostrando incentivo. Muito obrigada!

Faço aqui também meus agradecimentos mais que especiais, ao meu orientador Professor Júlio César Zilli, por ser tão prestativo e organizado, agradeço pelo seu tempo que disponibilizou a mim, as correções, dicas e conversas, e principalmente pela sua paciência, virtude importante em vários momentos. Muito obrigada!

Agradeço aos professores orientadores da disciplina de projeto, a Professora Natália Martins Gonçalves, ao Professor Thiago Henrique Almino Francisco e a Professora Valéria de Araújo, pela disponibilidade, confiança e dedicação nas aulas, pela transmissão do conhecimento a todos os acadêmicos da disciplina. Muito obrigada!

Agradeço as inúmeras amizades feitas até aqui, aos amigos que estão diariamente ao meu lado. Obrigada Ana Paula, Alexandre, Diego, Marielen, Rafael e Maria Eduarda, por estarem ao meu lado, nos momentos de alegria e turbulência, sempre solícitos e amáveis.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida, desde minha infância até a academia, sem eles não seria possível chegar aqui.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. ”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

BORBA, Janini Cunha de. **Protecionismo versus agronegócio**: a relação comercial entre o Brasil e os Estados Unidos da América – EUA. 2017. 105 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O protecionismo, como o próprio nome sugere, é um sistema de proteção utilizado pelos países por meio de medidas de defesa comercial impostas pelos governos a fim de proteger o mercado doméstico. A partir deste contexto, o estudo objetivou identificar os reflexos do protecionismo agrícola norte-americano perante o agronegócio brasileiro. Metodologicamente, caracterizou-se como uma pesquisa com abordagem essencialmente qualitativa, descritiva e explicativa, quanto aos fins, e, bibliográfica e documental, quanto aos meios de investigação. A área de estudo, abrange o protecionismo, atrelado especificamente ao agronegócio entre o EUA e o Brasil, considerando a variável temporal de 10 anos (2007 a 2017). Os dados de origem secundária foram coletados a partir da Organização Mundial do Comércio – OMC, por meio de uma análise de conteúdo constatou-se a relevância do agronegócio brasileiro, devido a representatividade nas exportações, principalmente por ter mantido o saldo superavitário da balança comercial nos últimos anos, e que a partir dos dados foram identificadas as medidas de proteção impostas pelo governo norte-americano aos produtos do agronegócio brasileiro, elencado pela categoria de produtos do papel, com aplicação de medidas *antidumping*. Frente as práticas de proteção imposta pelos EUA, o governo brasileiro busca formas de estreitar os laços de comércio e torná-lo mais aberto possível. As ações estão direcionadas principalmente em negociar acordos comerciais e investimentos, o que trará benefícios para ambos.

Palavras-chave: Agronegócio. Brasil. Estados Unidos da América. Protecionismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foco sistemático nas exportações	29
Figura 2 - Empresas exportadoras por porte.....	30
Figura 3 - Exportações <i>versus</i> importações	33
Figura 4 - Produtos com maior índice de exportação em 2016. Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2016).....	34
Figura 5 - Produtos com maior índice de importação em 2016.	34
Figura 6 - Top 10 destinos das exportações.	35
Figura 7 - Top 10 origens das importações.....	36
Figura 8 - De que forma o protecionismo pode acontecer.	37
Figura 9 - PIB mundial versus PIB agronegócio mundial.	43
Figura 10 - PIB agronegócio versus PIB agronegócio brasileiro.	43
Figura 11 - Média (2013-2015) das importações e exportações da UE em milhões de euros do comércio agrícola.	46
Figura 12 - Saldo da balança comercial brasileira total, do agronegócio e dos demais setores de atividade econômica (Em bilhões de dólares).	46
Figura 13 - Parceiros comerciais do Brasil no agronegócio.	47
Figura 14 - Projeção dos desembolsos referente a Farm Bill 2014-2018.....	54
Figura 15 - Principais origens das importações EUA US\$ bilhões (2015).....	63
Figura 16 - Principais destinos das exportações EUA US\$ bilhões (2015).....	64
Figura 17 - Composição das exportações brasileiras para os EUA (US\$ milhões)...	65
Figura 18 - Composição das importações brasileiras dos EUA (US\$ milhões).	66
Figura 19 - PIB total Brasil versus PIB agronegócio Brasil – R\$ trilhões.....	67
Figura 20 - Representação do agronegócio nas importações totais em 2016.	69
Figura 21 - Representação do agronegócio nas exportações totais em 2016.	69
Figura 22 - Exportações brasileiras do agronegócio por UF até agosto 2017.....	70
Figura 23 - Exportações brasileiras do agronegócio por setores US\$ - milhões.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas essenciais na análise econômica internacional.....	21
Quadro 2 - Motivos pelos quais as empresas adotam a internacionalização.....	22
Quadro 3 - Fases da globalização desde o início da década de 1980.....	26
Quadro 4 - Principais blocos econômicos e seus membros.....	26
Quadro 5 - Principais cultivos dos Estados Unidos da América.....	45
Quadro 6 - Rodadas de negociações.....	50
Quadro 7 - Composição dos capítulos do Farm Bill 2002.....	53
Quadro 8 - Classificação quanto aos fins da pesquisa.....	56
Quadro 9 - Referencial teórico.....	57
Quadro 10 - Objetivos específicos versus estrutura da pesquisa.....	60
Quadro 11 - Países com maior número de medidas entre os anos de 2007 e 2016.....	73
Quadro 12 - Países com maior número de preocupações comerciais entre os anos de 2007 e 2016.....	74
Quadro 13 - Delimitação dos dados e detalhamento das medidas.....	76
Quadro 14 - Descrição das NCM's.....	76
Quadro 15 - Medidas e produtos afetados.....	80
Quadro 16 - Descrição dos produtos do agronegócio afetados pelo EUA.....	81
Quadro 17 - Desmembramento dos produtos por NCM e taxaço.....	81
Quadro 18 - Delimitação da preocupação comercial e detalhamento do assunto.....	84
Quadro 19 - Assuntos tratados pelo MDIC diante do comércio com o EUA.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Teoria das Vantagens Absolutas.....	24
Tabela 2 - Custos de produção no modelo de Ricardo.	24
Tabela 3 - Balança comercial brasileira (bilhões US\$/FOB).	61
Tabela 4 - Balança comercial Brasil com os EUA (bilhões US\$/FOB).	62
Tabela 5 - Balança comercial do agronegócio brasileiro US\$/FOB bilhões.	68
Tabela 6 - Impacto do valor exportado para EUA perante a categoria de produtos afetada pelas medidas.	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIMAQ	Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
BIRD	Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento
BRA	Brasil
CEO	Chefe Executivo de Ofício
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CIF	<i>Cost Insurance and Freight</i>
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAIR ACT	<i>Federal Activities Inventory Reform (FAIR) Act</i>
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free on Board</i>
FSMA	<i>Food Safety Modernization Act</i>
GATS	<i>General Agreement on Trade in Services</i>
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
IAB	Instituto Aço Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Índice de Complexidade Econômico
ICONE	Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
ICTSD	<i>International Centre for Trade and Sustainable Development</i>
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OECD	<i>Observatory of Economic Complexity</i>

OECD	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PNCE	Plano Nacional da Cultura Exportadora
SH	Sistema Harmonizado
SPS	<i>Sanitary and Phytosanitary Measures</i>
TRIM'S	<i>Trade-Related Investment Measures</i>
TRIP'S	<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>
UE	União Europeia
USA	<i>United States America</i>
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>
USP	Universidade de São Paulo
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA INTERNACIONAL: EVOLUÇÃO E GLOBALIZAÇÃO.....	19
2.1.1 Evolução do comércio internacional	22
2.1.2 Dinâmica da globalização.....	25
2.2 O BRASIL E O COMÉRCIO EXTERIOR.....	28
2.2.1 Exportação e Importação.....	28
2.2.2 Balança comercial	31
2.3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL	36
2.3.1 Barreiras tarifárias	38
2.3.2 Barreiras não-tarifárias	39
2.4 PANORAMA GLOBAL DO MERCADO AGRÍCOLA	42
2.5 GATT, OMC E O PROTECIONISMO AGRÍCOLA	49
2.6 POLÍTICA AGRÍCOLA NORTE-AMERICANA.....	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	55
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	58
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	58
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	59
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	60
4.1 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	60
4.2 AGRONEGÓCIO NA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA.....	67
4.3 MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL – ÂMBITO GLOBAL.....	72
4.4 MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL – EUA <i>VERSUS</i> BRASIL (AGRONEGÓCIO)	75
4.5 PREOCUPAÇÕES COMERCIAIS ESPECÍFICAS.....	84

4.6 AÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO PERANTE O PROTECIONISMO NORTE-AMERICANO.....	86
5 CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

O intercâmbio comercial difundiu-se fortemente, e nas últimas duas décadas sofreu mudanças importantes que refletiram significativamente no cenário comercial, o que pode ser atribuído pelo processo de liberalização comercial e o aprofundamento da formação de blocos regionais. No entanto, juntamente com a abertura do comércio, o intercâmbio comercial também trouxe aos países o receio de que a globalização pudesse destruir o setor produtivo nacional. Isso se deu pelo impacto que a eliminação das barreiras tarifárias traria, posteriormente tornando os países propensos a proteger suas nações com mecanismos de proteção em seu mercado, adotando práticas protecionistas não tarifárias.

Diante desse quadro, percebe-se a preocupação dos países em proteger o comércio doméstico da competição dos produtos importados, uma vez que, muitas das barreiras impostas visam aparentemente proteger a saúde, a segurança e a vida das pessoas, animais e vegetais, ou, ainda o meio ambiente, porém, o que se pode constatar por vezes, é um protecionismo dissimulado, com objetivo de ocasionar desvantagens aos produtos importados e garantir competitividade aos produtos nacionais (LOCATELLI, 2002).

O processo de proteger os mercados também está presente nas economias agrícolas, em geral, a atitude do governo tem sido favorável a proteção agrícola, pois tem-se aqui, um princípio psicológico, em proteger a segurança alimentar, resolver problemas na economia e promover o desenvolvimento do país (MORAES, 1996).

A partir de aspectos de desenvolvimento econômico, diante do agronegócio brasileiro, é interessante ressaltar a importância do setor na economia nacional. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2017) evidencia como o agronegócio brasileiro não somente se destaca no mercado internacional de *commodities* agrícolas, mas reflete outros benefícios e estímulos disseminados para os demais setores e, conseqüentemente a população, que indicam a importância desse setor frente ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país.

Conforme relato do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC (20??), a partir de dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Brasil apresenta grande eficiência produtiva, pois é considerado o celeiro do mundo,

uma vez que representa 22% das terras agricultáveis do mundo. O clima diversificado, as chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda água doce do planeta propicia uma vasta diversidade de produtos agrícolas, com um quadro eficiente e competitivo no cenário internacional.

Tendo em vista esses aspectos, toma-se por conhecimento o potencial produtivo brasileiro no âmbito do agronegócio e como esse setor garante uma vasta interação comercial com outros países, por conta das exportações realizadas, garantindo forte atuação do setor no mercado internacional.

Com vistas ao intercâmbio comercial, é importante destacar essa dinâmica entre o Brasil e os Estados Unidos. Segundo o Ministério das Relações Exteriores – MRE (2017), os norte-americanos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e é o país de principal destino das exportações brasileiras. No entanto, com relação ao agronegócio brasileiro, bem como a outros setores, existem barreiras protecionistas que impactam no comércio brasileiro, com uso de medidas de defesa comercial.

Neste contexto, o estudo objetivou identificar os reflexos do protecionismo agrícola norte-americano perante o agronegócio brasileiro.

A monografia foi estruturada em cinco capítulos. A introdução, situação, problema, objetivos geral e específicos e a justificativa completam o primeiro capítulo. Em seguida, tem-se a fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, compondo o segundo e o terceiro capítulo. E, por fim, destacam-se a análise dos dados da pesquisa, conclusão e as referências utilizadas neste estudo.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Do ponto de vista econômico, segundo relato do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (2016), o mundo se apresenta crescentemente interligado, seja por fluxos comerciais ou financeiros. São fundamentais para a maioria dos países, inclusive para o Brasil, as relações econômicas internacionais, historicamente relatadas com a expansão das trocas internacionais como fator de grande relevância para o crescimento econômico dos países.

A expansão das relações comerciais fica evidenciada no contexto do

agronegócio, pelo fato da agricultura sempre ter ocupado lugar de destaque na história da economia brasileira, como coloca Silva, Venturieri e Homma (2008). Dessa forma, é interessante destacar a condição do meio agrícola brasileiro, como setor determinante na economia do país, ainda que atingido por práticas de proteção comercial, especificamente pelos EUA, a ser tratado nesse estudo.

Como destaque diante desse processo, entende-se que o protecionismo causa subvalorização da agricultura em países menos desenvolvidos, que é o caso do Brasil, pois como consequência ocorre a redução dos preços agrícolas internacional. Aqui o problema é visto, pelo fato dos países industrializados aumentarem suas práticas protecionistas, refletindo na diminuição das importações desses países, aumento de suas exportações, reduções das quantidades por eles consumidas, em contrapartida, acontece a diminuição das exportações dos países menos desenvolvidos e aumento de suas importações.

Nessa perspectiva, colocam-se em ponto as práticas protecionistas do mercado norte-americano em relação ao agronegócio brasileiro, principalmente pelo fato da corrente comercial entre o Brasil e os EUA no setor em questão. Desse modo, tem-se como pergunta de pesquisa: **Quais os reflexos do protecionismo agrícola norte-americano perante o agronegócio brasileiro?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar os reflexos do protecionismo agrícola norte-americano perante o agronegócio brasileiro.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a balança comercial do Brasil considerando a variável temporal de 10 anos (2007 a 2017);
- b) Destacar a participação do agronegócio na pauta exportadora brasileira;
- c) Identificar as medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo norte-americano perante o agronegócio brasileiro;

- d) Apresentar os produtos atingidos pelas medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo norte-americano;
- e) Identificar as ações do governo brasileiro perante as medidas de defesa comercial.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho tem como principal objetivo identificar os reflexos do protecionismo agrícola norte-americano perante o agronegócio brasileiro. O Brasil hoje ocupa a posição de segundo maior exportador agrícola mundial e o maior fornecedor de açúcar, suco de laranja e café (OCDE; FAO, 2015), o que torna pertinente a análise do potencial agrícola brasileiro, correlacionado ao mercado norte-americano, tendo em vista o vasto potencial desse mercado que fomenta a economia do país.

A importância dessa contextualização entre o comércio BRA/USA, está direcionada em relatar como o governo dos Estados Unidos se comporta ao ver seu mercado interno ameaçado, com a entrada do Brasil, impondo medidas protecionistas, que impede o progresso em áreas como o comércio bilateral, impostos e acordos de investimento. Nessa ótica, salienta-se principalmente o impasse causado pelos EUA com a prática de proteção, pelo fator de tarifas e subsídios agrícolas norte-americanas, que não só dificultam as exportações brasileiras para os EUA, como dão aos americanos maiores vantagens competitivas no mercado global.

Portanto, a partir do exposto, compreende-se como este estudo é oportuno, frente a essencialidade do agronegócio, no fornecimento de alimentos, geração de renda e emprego. Baseia-se assim, na proposição de como o setor atende a manutenção do equilíbrio macroeconômico interno e externo.

Esse processo se dá por meio da estabilização de preços domésticos dos produtos, uma vez que a capacidade de crescimento da oferta atende ao ritmo imposto pela demanda, e as exportações totais garante o equilíbrio externo, gerando divisas e estabilização da balança de pagamentos e as relações intersetoriais do agronegócio evidenciam os efeitos propulsores para outros setores econômicos (IICA, 2015).

Dessa forma, o que se pode constatar, é que pelo fato da importância do setor na balança comercial, e nas negociações internacionais, é interessante conhecer o processo de proteção adquirido pelas nações no âmbito agrícola, aqui essencialmente, discutir essa relação com o mercado norte-americano, devido os impactos que podem causar a economia do país.

O trabalho em questão vem a ser oportuno por possibilitar a autora, o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no curso de Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior. A importância do trabalho ainda compreende as questões que envolvem a pesquisa a ser realizada, visando a representação do agronegócio brasileiro na economia, bem como os impactos do protecionismo agrícola norte-americano perante o setor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta um conjunto de elementos que permitem embasar os objetivos da pesquisa, utilizando artigos, livros, periódicos, para fins de conhecimento, interpretação e informações pertinentes no âmbito dessa pesquisa.

Desta forma, serão apresentadas as linhas teóricas que definem a economia internacional e seus fundamentos, a dinâmica da evolução do comércio internacional e a sua relação com o processo de globalização, as operações e procedimentos na exportação e importação, bem como as delimitações da política comercial, incumbidas pelo processo de protecionismo, principalmente aquelas relacionadas com o agronegócio.

2.1 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA INTERNACIONAL: EVOLUÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

A importância do comércio internacional pode ser vista no desempenho dos países, quando crescem, desenvolvem-se e se tornam economicamente poderosos (APPLEYARD; FIELD JUNIOR; COBB, 2010). A economia internacional, tanto contempla a microeconomia, em aspectos de conceito de globalização, preço de exportação, fluxos de mercadorias, como na macroeconomia, nas questões de relacionamento entre países ou dos países com blocos econômicos.

A abordagem mais antiga da economia internacional relaciona-se ao Mercantilismo Clássico, sob o prisma das trocas internacionais (GUIMARÃES, 2005). Nesse contexto, Sousa (2009) apresenta a tratativa do comércio internacional, a partir dos mercantilistas do século XVII, com foco no estudo das transações reais na economia internacional, concretizada pela troca de serviços e mercadorias entre países, como também transações financeiras internacionais.

Entretanto, existe outra ideia colocada por Guimarães (2005), sobre o princípio básico defendido pelo Mercantilismo, onde cada nação deveria ser autossuficiente para satisfazer seus próprios interesses, mesmo que com custos altos de produção, logo, ao acentuar as vantagens que um país pode tirar da prática exportadora, limitava suas importações e preconizava a intervenção do governo. Nesse sentido, pode-se perceber a atuação do Estado no intercâmbio comercial entre as nações.

O surgimento do Mercantilismo na Europa em meados de 1500 a 1750 trouxe a ideia de ganhos com a troca, apesar de não ser considerada uma escola formal de pensamento, pautado em um conjunto de atitudes que se assemelham, voltadas à operação econômica doméstica e ao papel do comércio internacional em dominar o pensamento e a política econômica durante esse período, (APPLEYARD; FIELD JUNIOR; COBB, 2010).

Desse modo, é possível delinear alguns pontos em que a economia internacional está fundamentada, mesmo não tendo uma teoria que possa ser aplicada a todos os casos e momentos, devido à heterogeneidade e a complexidade elencada pelos determinantes, sendo elas, pelas trocas comerciais, fatores de oferta e demanda, influências econômicas, especificações relativas ao produto, empresa, setor de atividade ou país (GONÇALVES, 1997).

Para Baumann e Gonçalves (2015), a economia internacional pode ser vista como o campo teórico econômico que está mais direcionado aos limites geográficos, pois como o próprio nome indica seu objeto de estudo são as relações econômicas entre as nações. Desse modo, por meio do elemento básico de estudo, é delineado o espaço geográfico e suas relações com o resto do mundo, assim, entende-se que a grandeza dessa relação, relaciona-se com as transações das partes residentes no espaço geográfico e outras partes que não residem nesse mesmo espaço.

O estudo do comércio internacional e de política monetária, apesar de sempre ter sido tema de discussão, nunca foi tão importante, o motivo é claro, uma vez que as nações estão mais inter-relacionadas, por meio das trocas de bens e serviços, e vias de fluxo monetário internacional. Seguir a dinâmica do espaço internacional tornou-se uma estratégia econômica e de política econômica nacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Para Krugman e Obstfeld (1999), a abordagem de interesse da economia internacional, consiste em problemas da interação econômica. Existem sete temas que são recorrentes nesse meio: *i)* os ganhos do comércio, *ii)* o padrão de comércio, *iii)* o protecionismo, *iv)* o balanço de pagamentos, *v)* a determinação da taxa cambial, *vi)* a coordenação das políticas internacionais; e *vii)* o mercado de capitais internacional. Para melhor compreensão o Quadro 1 dispõe dos temas citados e suas características.

Quadro 1 - Temas essenciais na análise econômica internacional.

TEMAS	CARACTERÍSTICAS
Ganhos do Comércio	Compra/venda de bens e serviços oportunizando benefícios mútuos para os agentes envolvidos. Exemplos: entrada adicional de renda através da exportação, importação de recursos escassos, geração de mão-de-obra através da migração, empréstimos internacionais. Em contrapartida, produtores nacionais podem ser afetados pela concorrência estrangeira e o preço da mão-de-obra menos qualificada tende a diminuir em função da importação de bens manufaturados.
Padrão de comércio	Quem vende o quê para quem. O clima e os recursos naturais explicam porque o Brasil exporta café e a Arábia Saudita petróleo. Mas por que os EUA exportam aviões e o Japão automóveis? Análises envolvendo fatores de produção, mão-de-obra, capital e trabalho buscam explicar essas questões.
Protecionismo	Imposição de limites às importações e subsídios às exportações com os objetivos de proteção e desenvolvimento da indústria nacional. A incumbência dos economistas tem sido analisar essas políticas protecionistas e mostrar as vantagens de um comércio mais livre.
Balanço de pagamentos	O registro das transações entre os países, ou seja, abrange seus pagamentos (débito) e seus recebimentos (crédito) a partir da exportação/importação de bens e serviços e da compra/venda de ativos.
Determinação da taxa de câmbio	A comparação entre o preço de uma moeda com o preço de outra. Através dela, pode-se analisar o poder de compra dos países e comparar o preço de bens e serviços produzidos neles. Essas taxas são influenciadas pela interação de indivíduos, empresas e instituições financeiras que compram e vendem moedas estrangeiras em pagamentos internacionais
Coordenação das políticas internacionais	Cada nação é livre para optar pela sua própria política econômica, porém, em um âmbito global, ou seja, em uma economia mundial integrada, as políticas de um país podem afetar os outros em função de conflitos de interesses. Para auxiliar nesses contrastes, o GATT (<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) tem direcionado as políticas do comércio internacional através de constantes negociações envolvendo dezenas de países.
Mercado de capitais internacional	A comercialização de ativos entre os países com promessas de pagamentos futuros. O crescimento do comércio exterior vem sendo fortemente influenciado por este mercado. Nos anos 70, por exemplo, as nações petrolíferas do Oriente Médio colocavam suas receitas em bancos de Londres e Nova York que, por sua vez, emprestavam o dinheiro a governos e empresas da Ásia e da América Latina que buscavam meios de investimento. Os grandes riscos dessas práticas envolvem a flutuação das moedas e a inadimplência por parte do país devedor.

Fonte: Sartor (2017) a partir de Krugman e Obstfeld (1999).

Portanto, no que tange a economia, propriamente dita, seja ela no âmbito nacional ou internacional, trata-se da ciência que estuda como a sociedade e o indivíduo decidem empregar recursos escassos para produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, alicerçadas ao objetivo de satisfazer as necessidades humanas, uma vez que essas são

ilimitadas e sempre se renovam, enquanto os recursos são limitados (GARCIA; VASCONCELLOS, 2004).

2.1.1 Evolução do comércio internacional

A partir do contexto histórico existente sobre o comércio de modo geral, é importante salientar o grande crescimento das empresas internacionalizadas, que tendem a utilizar desse recurso para tornar sua empresa visível não só no mercado nacional como no mercado externo, outros aspectos são relevantes quando se fala em negociar internacionalmente, pois existem várias vantagens, que tornam o mercado internacional muito atrativo (HILAL; HEMAIS, 2003).

Do ponto de vista de Hilal e Hemaís (2003), a internacionalização da empresa, muitas vezes nem está baseada em um planejamento com análises racionais, pois a partir de algum momento, a empresa cresce e o mercado nacional torna-se saturado para sua atuação, então se busca por uma alternativa, que irá incrementar e gerar benefícios de aprendizado e novas parcerias comerciais, além de maior competitividade, expansão dos negócios e a não dependência por parte do mercado doméstico.

Neste contexto, o Quadro 2 exemplifica alguns dos motivos atrelados ao processo de internacionalização das empresas.

Quadro 2 - Motivos pelos quais as empresas adotam a internacionalização.

(Continua)

MOTIVO	ARGUMENTO
Oportunidade de crescimento com a diversificação de mercado	A diversificação para mercados estrangeiros, pode propiciar as empresas, oportunidades de venda e lucro não encontradas no mercado interno.
Maiores margens e lucros	Os mercados estrangeiros podem estar mal servidos, o que significa baixa concorrência e forte demanda. Isso implica que as empresas podem obter maiores margens.
Novas ideias de produtos, serviços e formas de negociação	A experiência de negociar no exterior proporciona aquisição de novos conhecimentos, para melhorar a eficácia e a eficiência da organização.
Melhor atendimento aos clientes internacionalizados	Na vivência de economia global, a internacionalização da empresa pode ser uma estratégia para melhor atender seu cliente, por exemplo, quando a Toyota se instalou na Inglaterra, muitos fabricantes japoneses de autopeças acompanharam a montadora.

Quadro 2 – Motivos pelos quais as empresas adotam a internacionalização
(Conclusão)

MOTIVO	ARGUMENTO
Proximidade as fontes de suprimentos, beneficiar-se das vantagens globais	As empresas extrativistas tratam suas negociações com empresas que operam internacionalmente, devido à localização da matéria-prima, por exemplo, o petróleo, mineração e madeira.
Acesso a fatores de produção com menor custo ou melhor valor	Essa questão está relacionada aos fatores de custo e valor, pois a internacionalização favorece acesso a capital, tecnologia e força de trabalho com menor e custo e maior qualidade, a exemplo disso, tem-se a Canon, uma empresa japonesa, que transferiu sua produção para China, com a finalidade de lucrar mais com a força produtiva mais barata desse país.
Desenvolver economias de escala em suprimentos, marketing e P&D	A expansão de mercado aumenta a base de consumidores, que por consequência aumenta o volume de fabricação, que em termos de produção, quanto maior for a quantia fabricada, menor será o custo total.
Enfrentar a concorrência internacional com eficácia	A estratégia da concorrência internacional, trata-se de enfrentar o mercado doméstico do concorrente, para desestabiliza-lo e abafar seu crescimento, podendo assim ocupar um espaço ao mercado.
Investir em um relacionamento potencialmente vantajoso com um parceiro estrangeiro.	Por motivos estratégicos de longo prazo, as organizações constituem alianças com outras empresas de potencial para estabelecer parcerias, que podem levar ao desenvolvimento de novos produtos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010).

A internacionalização faz parte do processo evolutivo da economia internacional, em função disso, pode-se observar o trajeto feito desde o mercantilismo até os dias atuais. Sobre um olhar mais técnico, Sousa (2009) expõe as teorias contemporâneas do comércio internacional, enraizada pela Teoria de Adam Smith das Vantagens Absolutas, que defendia o propósito de que cada país devesse se especializar naquilo que mais produzia. No entanto, Ricardo como discípulo de Smith, introduz ao mercado o conceito de Vantagem Comparativa, possibilitando que dois países pudessem se beneficiar mutuamente com a troca de serviços e relação de preços intermediários.

A Teoria das Vantagens Absolutas pode ser representada por um cálculo numérico simples, onde os custos de produção são representados pela noção valor-trabalho. Supondo dois países, A e B, que produzem alimentos e tecidos, contudo, o país A necessita de 20 unidades de trabalho para produzir uma unidade de alimento, porém, 10 unidades de trabalho para demanda de uma unidade de tecido. Da mesma forma, o país B precisa de 20 unidades de trabalho para produção de uma unidade tecido e 10 unidades de trabalho é o que requer para a demanda de uma

unidade de alimento (BAUMANN; GONÇALVES, 2015). A Tabela 1 se propõe a exemplificar a dinâmica da teoria.

Tabela 1 - Teoria das Vantagens Absolutas.

ITEM	PAÍS A	PAÍS B
Alimentos	20 unidades de trabalho	10 unidades de trabalho
Tecidos	10 unidades de trabalho	20 unidades de trabalho

Fonte: Baumann e Gonçalves (2015, p.9).

Ainda no contexto das teorias de mercado internacional, Ricardo traz outra linha de raciocínio, denominada de Vantagens Comparativas, exemplificada por Baumann e Gonçalves (2015), onde os autores hipoteticamente, constituem um cenário comercial entre Portugal e Inglaterra, com a produção de vinho e tecidos. Pressupõe-se que os países têm a mesma quantidade de trabalhadores e a produção não necessita de outro fator que não seja o trabalho, dada essa informação, aqui são comparadas as unidades de trabalho empregadas em cada produto, como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2 - Custos de produção no modelo de Ricardo.

	VINHO	TECIDOS	RELAÇÃO DE PREÇOS (VINHO/TECIDO)
Portugal	30	90	$30/90 = 1:3$
Inglaterra	100	100	$100/100 = 1:1$

Fonte: Baumann e Gonçalves (2015, p.10).

Ligado ao processo evolutivo do mercado internacional, está a globalização, aqui se pode dizer que esse fenômeno é o ponto onde se materializa essa evolução. Rattner (1995) caracteriza a globalização como o resultado de um processo histórico, onde os fatores dinâmicos são a concentração-centralização de capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação, bem como os padrões transnacionais de organização econômica e social, de consumo, de formas de lazer e de expressão cultural-artística, enfim, um estilo de vida.

Portanto, atrelados a esse processo, é importante salientar a expansão das empresas multinacionais, beneficiadas pela integração entre os países e blocos regionais, o aumento da internacionalização das empresas, a proliferação das novas tecnologias e a competitividade comercial inserida nesse espaço. Cabendo registrar, que por conta da grande diversidade cultural, econômica e financeira das nações,

podem gerar conflitos de interesses, por isso, a importância em criar mecanismos reguladores desenvolvidos em consenso com as nações.

2.1.2 Dinâmica da globalização

A globalização surgiu a partir da necessidade do capitalismo em conquistar novos mercados, principalmente se o mercado atual estiver saturado. Gorender (1995), explica que esse fenômeno tem sua base material na terceira revolução tecnológica, e vem avançando a outras áreas afins, por meio da informática, das telecomunicações, biotecnologia, da engenharia genética e da invenção de novos materiais.

Utilizando-se dessa premissa, ao conceituar a globalização, Ianni (1994) a define como uma intensificação de relações sociais em escala mundial, que estão interligadas mesmo a milhas de distância. Entretanto, essa ligação não só está vinculada às questões sociais, como também de ordem política, econômica e cultural. A partir da globalização os países sentiram a necessidade de abrir suas fronteiras, expandir e conquistar novos mercados, abandonando seu país de origem em busca de um mercado mais consumidor, o que impactou diretamente no intercâmbio de culturas, produtos e hábitos de consumo.

Contudo, as empresas têm encontrado diversas dificuldades em transformar uma série de negócios em vários países, ou seja, um negócio mundial, com uma estratégia global e integrada. No mundo todo, muitas ações estão dirigindo as empresas à globalização, isso se dá por conta da expansão e participação em mercados estrangeiros (YIP, 1996).

Nesse contexto, ao se falar sobre o fenômeno da globalização, é possível destacar como esse processo repercutiu no avanço da industrialização e da urbanização em diversos países, como também pelo fato da integração dos mercados internacionais levaram a formação de blocos econômicos regionais. Para melhor compreensão desse fenômeno, o Quadro 3 dispõe das fases da globalização, o período e as principais características.

Quadro 3 - Fases da globalização desde o início da década de 1980.

FASE DA GLOBALIZAÇÃO	PERÍODO APROXIMADO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Primeira fase	1830 - 1800, com pico em 1880	Aumento da manufatura; comércio através das fronteiras de <i>commodities</i> , em grande parte por <i>trading companies</i>
Segunda fase	1900 a 1930	Surgimento e domínio das primeiras empresas multinacionais (principalmente europeias e norte-americanas) nos setores industrial, extrativista e agrícola
Terceira fase	1948 à década de 1970	Esforço concentrado da parte dos países industrializados ocidentais para redução gradual de barreiras ao comércio; crescimento das multinacionais japonesas; comércio entre países de bens de marca; fluxo entre países de moeda, em paralelo ao desenvolvimento de mercados globais de capital
Quarta fase	Década de 1980 - presente	Taxa de crescimento sem precedentes no comércio entre fronteiras de bens, serviços e capital; participação nos negócios internacionais de empresa de pequeno e grande porte, originária de vários países; foco nos mercados emergentes para atividades de exportação, IDE e suprimento.

Fonte: Adaptação própria a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010)

Dessa forma, Gorender (1995), evidencia a formação dos blocos econômicos em virtude da concorrência entre os países industrializados, e suas empresas multinacionais, dentre os principais blocos está o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Europeia (UE), o bloco informal do Extremo Oriente e a Tríade Dominante da economia mundial, constituída pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Japão.

Esses blocos regionais têm por objetivo estimular o intercâmbio entre os países membros, oferecendo redução ou isenção de tarifas alfandegárias e tarifas comuns (regras comuns), por outro lado, existe contradição no que se refere ao comércio internacional, pois na medida em que se intensifica essa política, permite a prática de política protecionista do bloco perante outros blocos e, em geral, com outros países externos a ele, caracterizando certo desvio de comércio (GORENDER, 1995). Assim, o Quadro 4 apresenta o conjunto dos principais blocos e seus respectivos membros.

Quadro 4 - Principais blocos econômicos e seus membros.

(Continua)

BLOCO	PAÍSES MEMBROS
União Europeia (UE)	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia.

Quadro 4 – Principais blocos econômicos e seus membros

(Conclusão)

BLOCO	PAÍSES MEMBROS
Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA)	Canadá, México e Estados Unidos da América
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia*, Chile*, Colômbia*, Equador*, Peru*
Associação da Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar (Birma), Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã
* Membros associados	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010).

Ainda no que diz respeito à globalização, assim como muitos outros fenômenos de elevada complexidade, a globalização apresenta pontos com diferentes abordagens e opiniões. Diante da exposição, o que se tenta discutir sobre a dinâmica da globalização, é justamente algumas questões apontadas por Pereira Filho (2013) que define esse fenômeno como algo muito complexo, portanto, difícil em sistematizar.

São dois lados da moeda que se encontra em permanente conflito, de um lado, as abordagens que apontam o fenômeno como um mito, ou seja, constituindo-se enquanto ideologia, em contrapartida, há os que priorizam analiticamente o processo real e efetivo de transformações no que diz respeito a questões de ordem produtiva e tecnológica. Ainda, aos que se encontram a favor desta última perspectiva, julgam a globalização como um momento de continuidade da modernidade, enquanto para outros, os traços são tão relevantes que se teria inaugurado um novo período histórico que irão chama-lo de pós-modernidade (PEREIRA FILHO, 2013).

O que se constata, é que a globalização pode ser vista de diferentes ângulos e com diferentes interpretações sobre sua atuação. Isso por conta do país ou setor no qual está inserido, uma vez que, pode trazer inúmeros benefícios, como também ocasionar resultados negativos, como por exemplo, a globalização trouxe o aceleração do intercâmbio cultura, comercial, etc.. No entanto, em alguns casos, assumiu uma condição predatória e desigual, por isso é interessante salientar esses pontos relacionados a dinâmica da globalização.

2.2 O BRASIL E O COMÉRCIO EXTERIOR

Esta subseção destaca aspectos conceituais referente às exportações e importações, bem como dados estatísticos, principais parceiros comerciais e produtos comercializados.

2.2.1 Exportação e Importação

Desde os anos de 1950, tem sido intenso o estudo das funções de exportação e importação, devido ao uso para averiguar questões relacionadas com o desempenho comercial dos países, o papel das políticas comerciais e as implicações de programa de ajustamento (ZINI JÚNIOR, 1988).

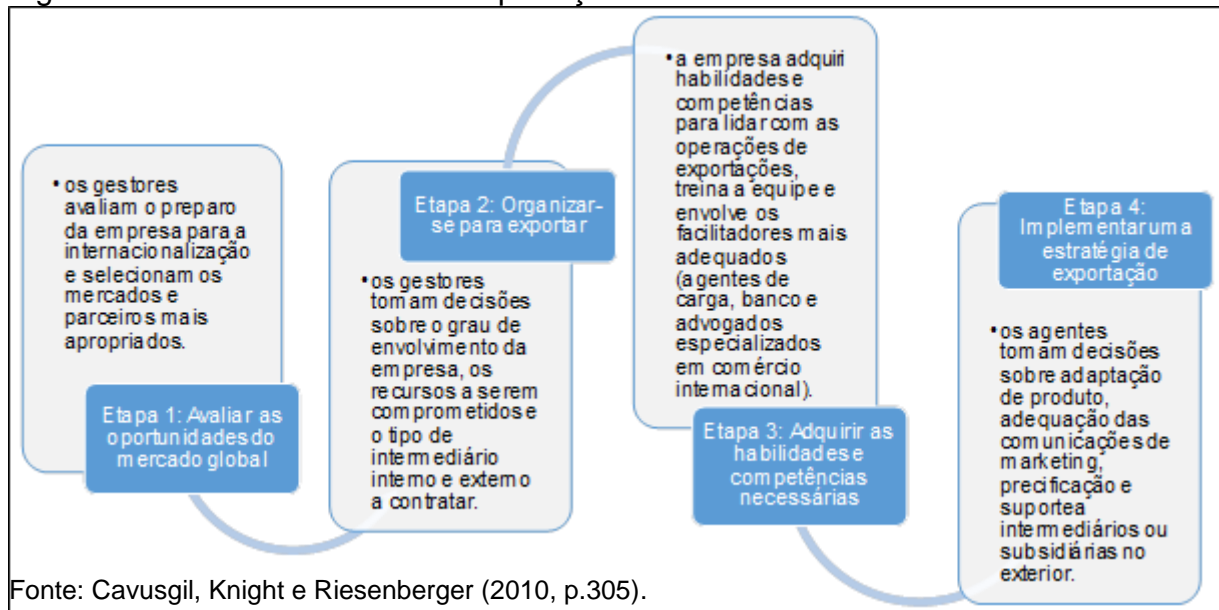
Na ótica de Vazquez (2001), a partir do ponto de vista econômico nacional, a exportação tem como principal motivo capturar recursos para pagar as importações, desse modo, o país adquirir divisas, obtém tecnologias e ainda alcança maior produtividade. Essa atividade possibilita a visibilidade do país no mundo, tem a oportunidade de confrontar seus parceiros e aprender melhores técnicas de negociação, lidando com o mercado externo.

A exportação designa o ato de enviar mercadorias que são produzidas em seu próprio país ou em terceiros, e que de alguma forma são de interesse do país importador, dessa forma, devem proporcionar vantagens para ambas às partes na negociação (KEEDI, 2005).

Para Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010), a exportação consiste na estratégia de entrada de fluxos internos e externos que compõe o comércio global, dessa forma, a prática exportadora gera significativas receitas cambiais para os países. Por envolver menor risco, custo e conhecimento limitado de comércio e transações internacionais, as empresas optam pela exportação como primeira estratégia para se internacionalizarem.

O processo de exportação aborda alguns enfoques específicos que proporcionam ao gestor uma perspectiva da empresa para o êxito nas exportações, a sistemática irá avaliar os mercados em potencial, organizar a empresa para realização das exportações e por fim conceder habilidades e competências necessárias para implementar nas operações (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010). A Figura 1 ilustra como esse processo é constituído.

Figura 1 - Foco sistemático nas exportações.



Assim como a exportação, a importação pode ser de bens e serviços, a de bens consiste na compra de mercadorias de outra nacionalidade, os serviços podem ser a compra de assessoria, consultoria, conhecimento, transporte, entre outros, igualmente, pode ser realizada de forma direta ou indireta (KEEDI, 2005).

Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010, p.307), atestam que “[...] as empresas que importam, sejam elas indústrias, atacadistas ou varejistas, são denominadas importadoras. Importar também pode ser chamado de *global sourcing*, *aquisições globais* ou *compras globais*”. Muitas empresas tendem a importar matérias-primas e peças de montagem. Nos Estados Unidos, as redes de loja como Walmart, Home Depot e Target são exemplos de grandes empresas que estão entre as maiores importadoras.

2.2.1.1 Importância da exportação

Numa tentativa de reforma estrutural, que pretendia o ajuste externo e interno da economia, foi nos anos de 1960 que surgiram as primeiras iniciativas em estimular as exportações. Mesmo com o caráter anti-exportação diminuído de forma significativa, a mudança no comércio exterior não aconteceu de forma real, a explicação para isso se dá, pelo fato dos estímulos serem fiscais, e não medidas que visassem lucros de produtividade (CAVALCANTI; RIBEIRO, 1998).

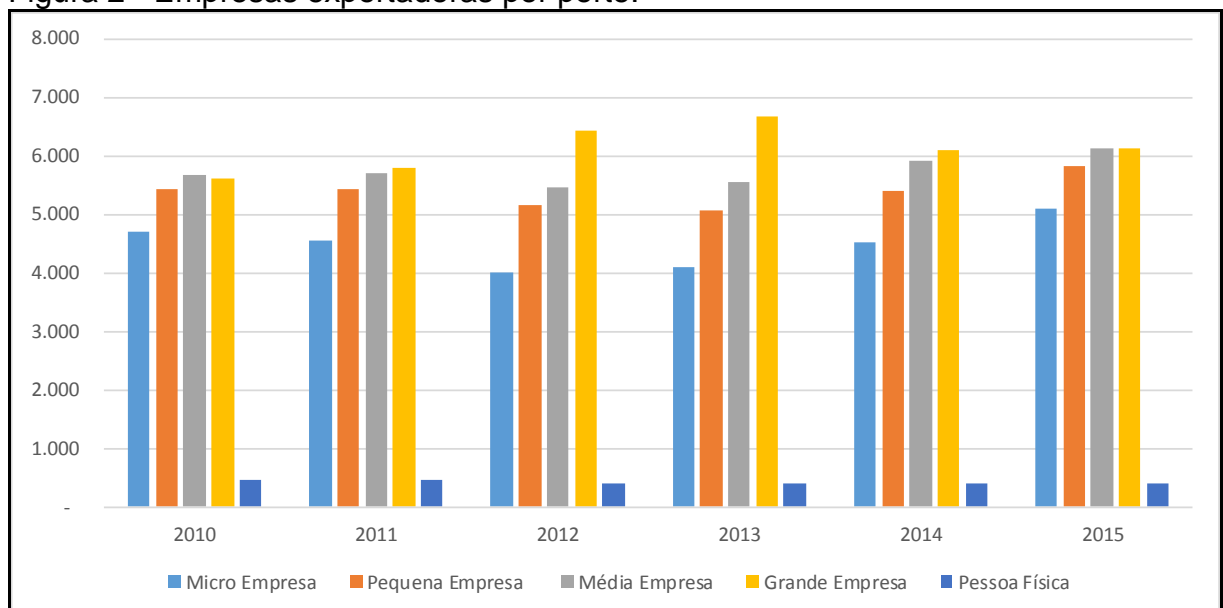
A exportação apresenta vários fatores que são importantes, dentre esses pontos, Keedi (2005) coloca sobre a diversificação de mercados, pois, amplifica a atuação no mercado externo, abrindo o leque de compradores, que faz com que reduza os riscos de crise no mercado interno, que propicia redução de preços, redução de consumo, mudança de hábitos e política governamental.

Além da diversificação de mercados, atraído por novas empresas compradoras, a exportação traz outros pontos positivos, como por exemplo, o aumento da produtividade que resulta no crescimento dos empregos, que implica em mais salários na economia, tornando a população mais consumidora. Dessa mesma forma, outro resultado da exportação, pode ser vista no aperfeiçoamento dos recursos humanos e tecnológicos, pois o mercado internacional é mais exigente, o que faz com que a indústria nacional elabore melhor seus produtos (KEEDI, 2005).

O governo federal por considerar a prática exportadora um processo importante para economia do país, dispõe de programas que incentivam as empresas a se internacionalizarem, como exemplo, o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) objetiva aumentar o número de empresas operantes no mercado exterior, sejam elas, micro, pequenas, médias ou grandes empresas, para assim promover o crescimento das exportações (MDIC, 2017).

A Figura 2 ilustra a representatividade das empresas exportadoras de acordo com seu porte.

Figura 2 - Empresas exportadoras por porte.



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (2016).

Pelo que se observa na Figura 2, nos últimos anos o número de pequenas e médias empresas tiveram maior destaque. É nesse contexto, que se ressalta a exportação pela condição de baixo custo e baixo risco, quando se cita as suas vantagens, sejam elas, pelo aumento do volume de vendas, a diversificação de clientes e mercados, entre outros, por isso, que para essas empresas os fatores podem ser vistos como uma forma de alavancar parcerias no mercado externo.

2.2.1.2 Importância da importação

Assim como na exportação, a importância da importação está na diversificação de mercados, as empresas nacionais têm a possibilidade de fazer suas compras no mercado internacional, aumentando o leque de fornecedores e redução de riscos de crise de mercado (KEEDI, 2005).

A implementação de uma política de importação, teve início a partir de 1988, objetivou induzir um destino mais eficiente dos recursos por meio da competição internacional. Nos períodos 1988-1989, 1991-1993 e 1994, foram realizados esses três programas de reduções tarifárias, respectivamente, e um retorno no período 1995-1998 (KUME; PIANI; SOUZA, 2003).

Com a política importadora, segundo Keedi (2005), não significou apenas a diminuição de riscos de mercado, mas também, o aumento da quantidade de produtos oferecidos, com maior diversidade e inclusive, por vezes, eliminar uma possível escassez de produtos no mercado nacional. Acompanhado esse processo, a tecnologia também está presente, aceito que os produtos estrangeiros apresentam outra tecnologia, que pode dirigir a redução de custos e melhoria da qualidade.

Além desses aspectos é importante salientar, como a importação pode abrir o campo da exportação, já que o comércio delibera uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que se compra, também pode se conquistar um espaço no mercado do país de negociação para também exportar (KEEDI, 2005).

2.2.2 Balança comercial

Na balança comercial são registrados tudo que é vendido e comprado, pois contabiliza as movimentações financeiras, referentes a exportação e importação de mercadorias. O termo balança comercial, é um termo econômico, que representa

as importações e exportações de bens e serviços entre países. Quando o país exporta mais que importa, apresenta sua balança comercial superavitária, ou seja, positiva, de outro lado, quando o país importa mais que exporta, o resultado será negativo, dessa forma apresentará uma balança deficitária (KEEDI, 2005).

É nessa dinâmica, que Keedi (2005) evidencia como a balança comercial pode refletir de forma positiva ou negativa no balanço de pagamentos, causando sobras ou faltas, dessa forma o país obriga-se a importar ou não capital para efetivação do seu fechamento. Ainda, Baumann e Gonçalves (2015, p.217), definem o balanço de pagamentos como “[...] o registro contábil, *ex-post*, de todas as transações entre residentes e não residentes de dado país, em determinado período de tempo”.

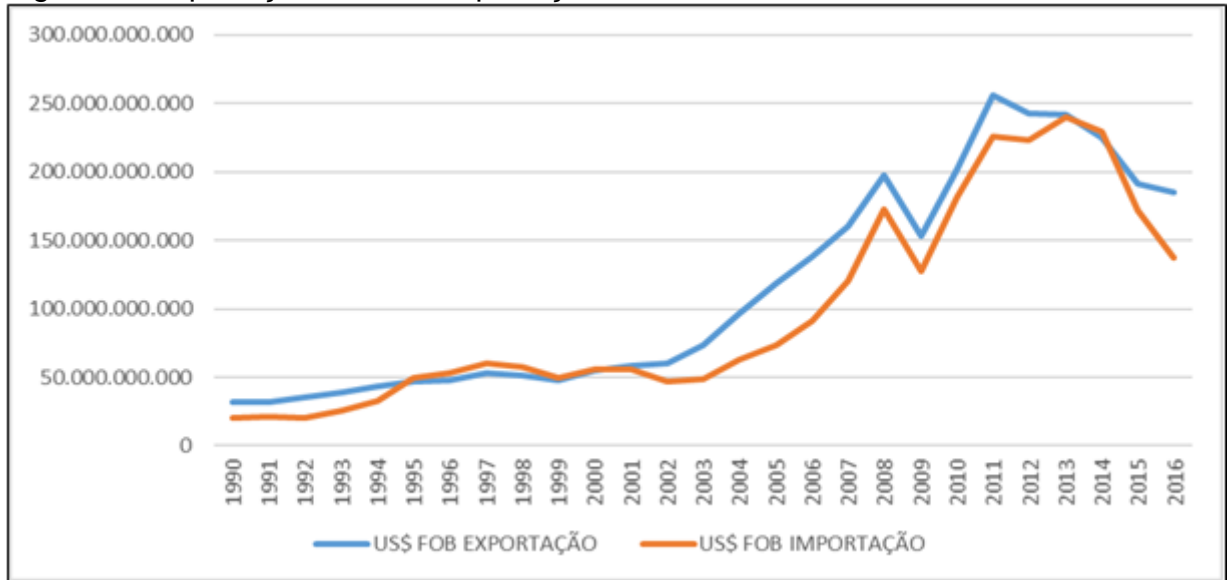
Em um contexto de competição comercial, diariamente países buscam por novas estratégias e oportunidades de mercado, Vazquez (2001) evidencia como a globalização internacional da economia contribui para que esse processo aconteça, entre a troca dos países, cada vez mais rápido, numa corrente mais ágil e interativa.

O comércio exterior brasileiro relatado por Kume (2003) acontecia de forma engessada e limitada, pois até fins da década de 1980, por motivos de crises cambiais, desencadeou uma política de importações que liberava a entrada de produtos no país, que não tivesse similaridade com o do mercado interno ou mercadorias para suprir um eventual acúmulo de demanda. Desse modo, a política apoiava-se em altas tarifas aduaneiras, lista de produtos proibidos e a empresa tinha limite máximo anual para as compras efetuadas no mercado externo.

O comércio exterior no Brasil tomou força com a abertura comercial, no governo Collor, nos anos de 1990. Para Miranda (2001), foi nessa época que aconteceu a evolução das empresas brasileiras. A concorrência entre empresas, países e blocos delineou novas estratégias de crescimento, como também a estruturação interna das empresas, relações entre as firmas individuais e proprietários com seus administradores.

A Figura 3 ilustra a evolução do comércio exterior no Brasil a partir da década de 1990.

Figura 3 - Exportações *versus* importações.



Apesar da curta passagem de Collor pelo governo, caracterizando-se como o primeiro presidente eleito diretamente, sua administração impactou significativamente na política comercial externa brasileira. No início do pós-Guerra Fria com intuito de implantar reformas econômicas de corte liberal, também tornar o comércio brasileiro competitivo em âmbito internacional, restaurar a credibilidade externa do país, que por sua vez se via abalada pelos projetos decorrentes do regime militar (VAZ, 1999).

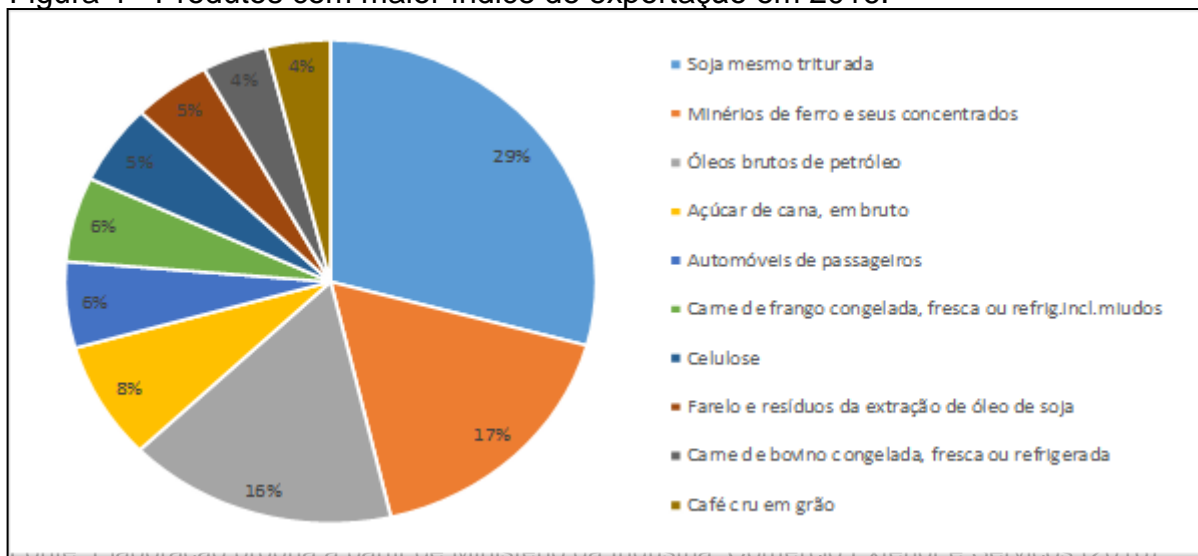
A abertura comercial tornou-se importante para a liberalização comercial, direcionando a política econômica, assumindo uma nova postura, com menor intervenção do governo, remoção de barreiras não-tarifárias e diminuição das tarifas de importação, dando estímulo ao mercado nacional em negociar de forma mais liberal com o mercado externo (VAZ, 1999).

É nessa ótica, que Barros (1998) coloca a política externa brasileira com dois propósitos, em que articula o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional, defende, portanto, os anseios domésticos, mas também busca os interesses da nossa sociedade, por meio do diálogo e da cooperação com os demais países.

Os dados da balança comercial são divulgados semanalmente pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e por meio desse recurso também é possível visualizar os resultados referentes a municípios, unidades de federação, empresas, *trading companies* e cooperativas. Com o registro

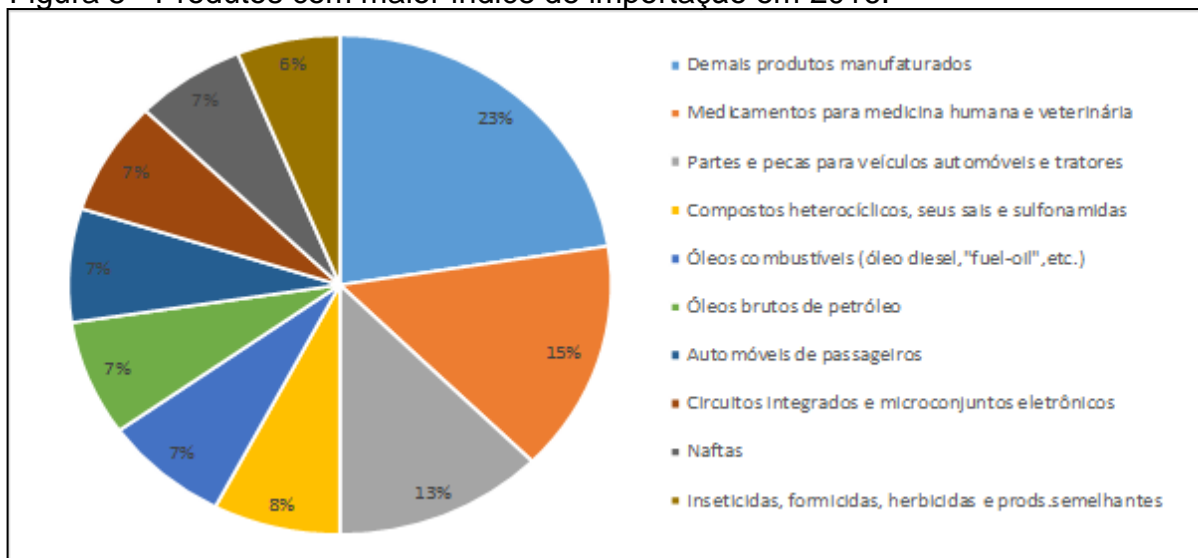
de dados da balança comercial é possível observar na Figura 4, os 10 produtos mais exportados em 2016.

Figura 4 - Produtos com maior índice de exportação em 2016.



Da mesma forma, com o registro das importações na balança comercial, a Figura 5 compreende os 10 produtos mais importados em 2016.

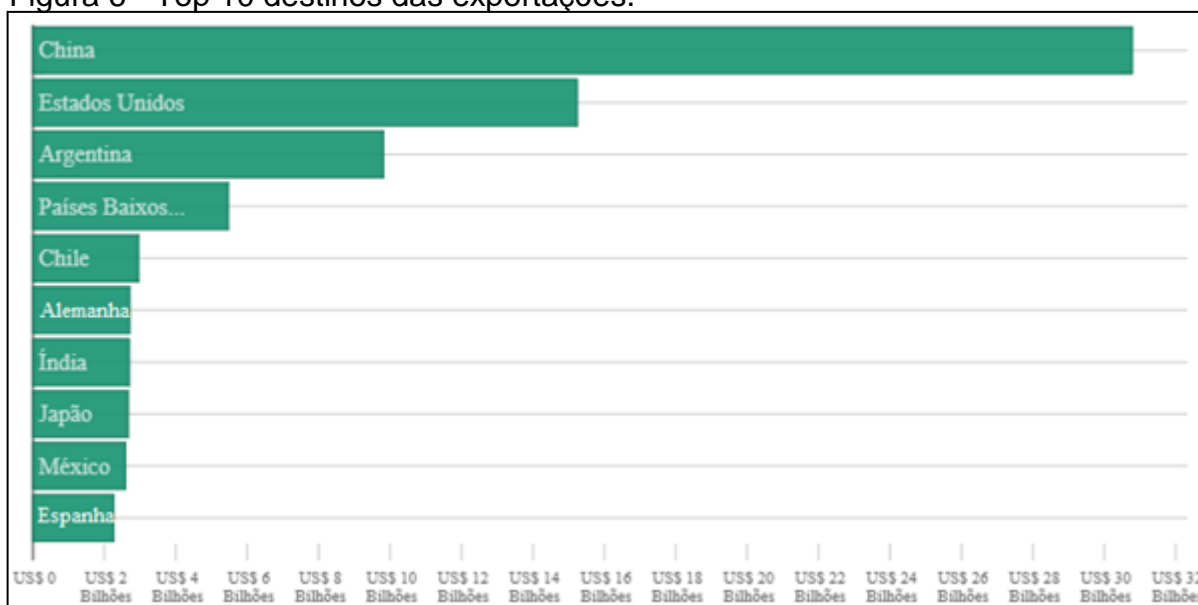
Figura 5 - Produtos com maior índice de importação em 2016.



O destaque na exportação fica para o complexo de soja, representando 29%, e na importação, destacam-se principalmente os produtos manufaturados, com uma representatividade de 23%.

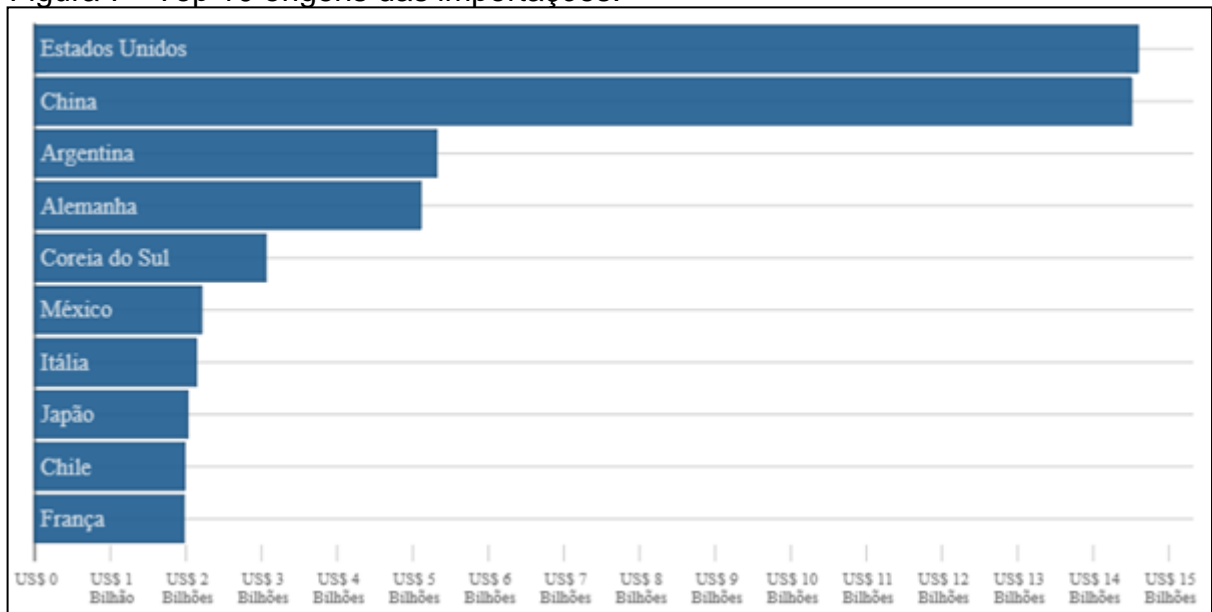
De modo geral, o Brasil possui grandes relações comerciais com outros países nos mais diversos segmentos. Se tratando de exportações, são listados 10 países em que o Brasil mais exporta, sendo a China e os Estados Unidos, os países com maior representação, chegando a US\$ 30,79 bilhões e US\$ 15,25 bilhões respectivamente em valor FOB - *Free on Board* (MDIC, 2017). A Figura 6, lista os dez principais destinos das exportações brasileiras.

Figura 6 - Top 10 destinos das exportações.



No que se refere a compra de mercadorias, o Brasil também apresenta fortes laços de comércio com os dois países já citados anteriormente, mas no caso das importações o Brasil compra mais dos Estados Unidos, atingindo US\$ 14,59 bilhões (FOB) e US\$ 14,51 bilhões (FOB) da China, o que se pode constatar um equilíbrio em relação as importações oriundas dessas duas nações (MDIC, 2017). Observa-se também na Figura 7, as dez principais origens das importações brasileiras.

Figura 7 - Top 10 origens das importações.



É diante dessas atribuições que Baumann e Gonçalves (2015), afirmam o desempenho do Brasil no mercado internacional, destacando uma mudança substancial nas últimas décadas, sendo que entre 1970 e 2000, o valor anual das exportações aumentou 20 vezes, o que acabou refletindo em alterações qualitativas importantes nas relações do setor externo e na economia como um todo.

2.3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL

O debate que envolve acerca da proteção à indústria nacional não é de hoje. O comércio tornou-se tema político de alta relevância, e é nessa dinâmica que se discute sobre as práticas do livre-cambismo e do protecionismo, muitas vezes colocadas em contraposição (BARRAL, 2002).

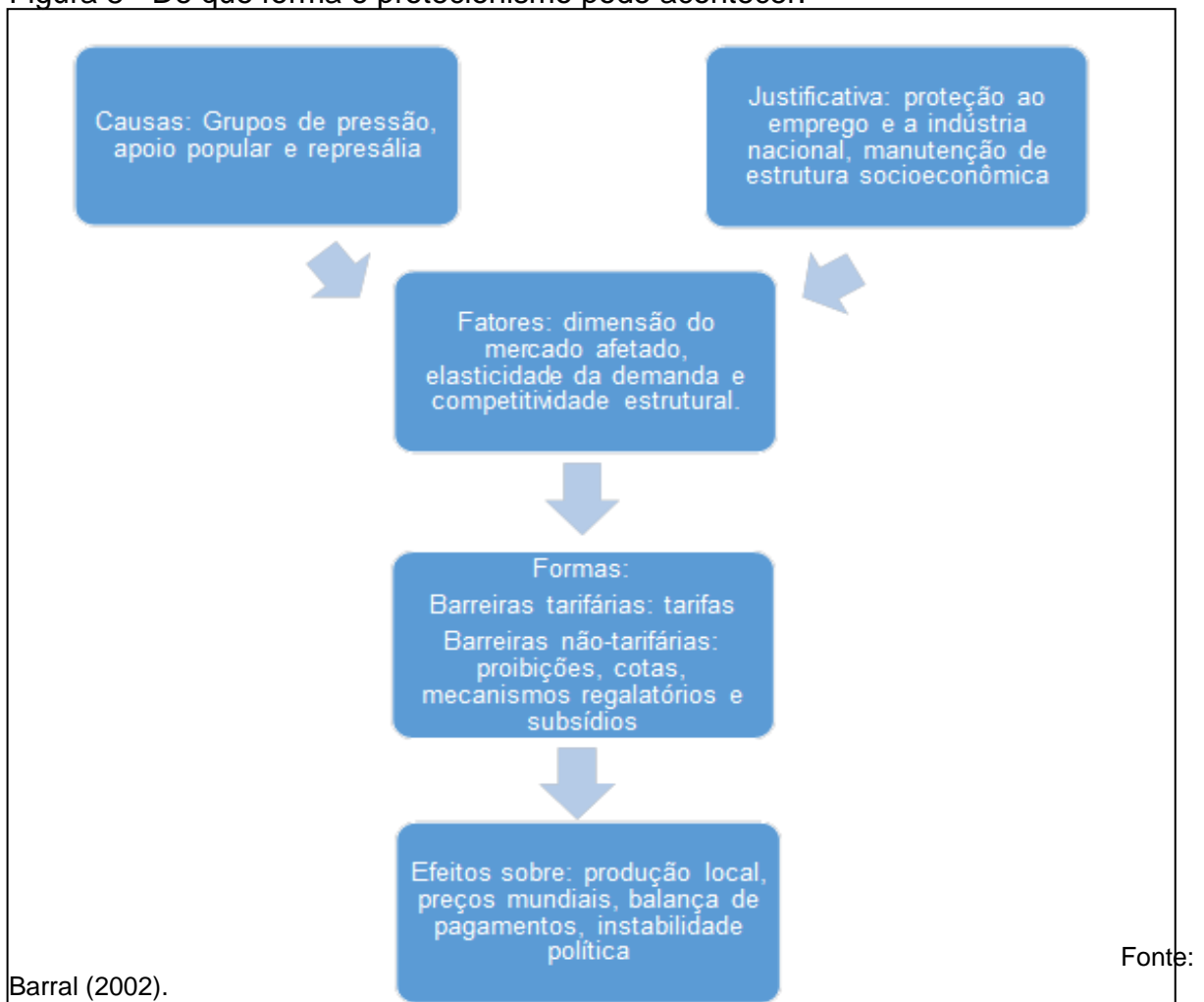
Em primeira instância se entende que o protecionismo em seu uso, visa modificar o fluxo de comércio, com intuito de favorecer os produtos nacionais, contudo, essa política de proteção se contrapõe à liberalização do fluxo de comércio, que parte do princípio da concorrência de mercado, para promoção do crescimento e o bem-estar econômico (BARRAL, 2002).

Sobre os instrumentos de política comercial, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) explica que após a criação do *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)* em 1947 e da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, restrições e tarifas diminuíram de modo

significativo, porém, outras formas de proteger o mercado tornaram-se claras, como as normas técnicas. O que se percebe dessa prática, são os regulamentos que estabelecem requisitos em relação a qualidade, segurança, composição, processo produtivo, embalagem, entre outros fatores. Desse modo, a implementação dessas exigências, ditas como barreiras técnicas ao comércio, visam a proteção do mercado (BARRAL, 2002).

Assim como existem as barreiras técnicas, que são as não-tarifárias, também existe as tarifárias, que consiste na imposição de tarifas aduaneiras sobre produtos importados e taxas diversas, o reflexo é claro, com o aumento do valor dos produtos importados, inviabiliza a prática e incentiva o consumo das mercadorias nacionais (MDIC, 2017). A Figura 8 pode esclarecer a relação entre os elementos do protecionismo em discussão.

Figura 8 - De que forma o protecionismo pode acontecer.



A partir da Figura 8 foi possível compreender dinamicamente e de forma mais clara os elementos ligados ao protecionismo, quais são as causas, porquê de

sua utilização, os fatores envolvidos, de que formas podem acontecer e por fim os efeitos que podem causar.

2.3.1 Barreiras tarifárias

No comércio internacional, em meio a relações de mercado contemporâneo, o livre-cambismo tem sido mais uma exceção, que regra, por assim dizer. Essa condição se estende tantos aos países menos desenvolvidos, como até às economias mais fortes e industrializadas. Essa política, tratada com uma prática governamental, impõe impasses, que encarecem as importações e automaticamente estimulam as exportações (BERTO, 2004).

A restrição tarifária consiste na prática da colocação de impostos sobre as mercadorias no ato da entrada ou saída do país, na realidade, o produto não é proibido nem restringido, porém é dificultado ou encarecido esse processo (KEEDI, 2005). Para o autor, esse processo se dá por conta da necessidade de arrecadar receitas para ao país, conforme as necessidades de proteção e arrecadação, as barreiras podem variar quanto ao valor no longo do tempo, vindo a diminuir ou aumentar de acordo com a política econômica do país.

Ao classificar essas restrições tarifárias, Berto (2004), aponta como essas barreiras podem incidir sobre as importações, seja ela de forma específica, *ad-valorem* e mista.

2.3.1.1. *Ad-valorem*

A alíquota *ad valorem* é uma tarifa que incide sob o valor *Cost, Insurance and Freight (CIF)* do bem importado, em forma de percentual, por exemplo, uma tarifa *ad valorem* de 10% sobre o valor de \$500 em importações requer o pagamento de \$ 50, (ICONE, 2017). Em outras palavras, essa tarifa se assemelha a um imposto sobre vendas, portanto quanto mais caro for o produto, maior será o valor da tarifa.

2.3.1.2 Específica

A tarifa denominada específica incide como um valor monetário fixado a cada quantia ou unidade do bem importado, pode ser exemplificado da seguinte forma: R\$ 100,00 para cada tonelada de determinado bem (ABIMAQ, 2017).

Portanto, essas tarifas podem incidir sobre o peso ou o volume, no entanto, também apresenta vantagens e desvantagens, por ser uma tarifa que seja fácil de administrar e não ser necessários cálculos sofisticados, porém em desvantagem, pode se citar o aumento dos bens importados, muitas vezes o consumidor interno pode estar disposto a pagar a tarifa, em uma análise da proporção do valor do produto, ainda assim, optando em adquirir o produto importado ao invés do nacional (ABIMAQ, 2017).

2.3.1.3 Mista

A tarifa mista está composta simultaneamente pela tarifa *ad-valorem* e específica, ou seja, a incidência da tarifa pode acontecer: 10% (*ad-valorem*) + R\$ 0,30 por litro de suco de laranja (ICONE, 2017). Como o próprio nome relata, essa restrição é composta por duas outras barreiras.

2.3.2 Barreiras não-tarifárias

As barreiras não-tarifárias são em maior número, tem por objetivo dificultar ou proibir a entrada e saída de mercadorias, essa prática tem por intuito proteger a indústria nacional, o mercado e consumidores, porém, no caso das barreiras não-tarifárias não há possibilidade de negociação, por mais que o importador se habilite a pagar um custo alto por isso, por meio do pagamento de impostos, por exemplo (KEEDI, 2005).

É nessa visão, que Carneiro (2015) constata que a expressão “medidas não tarifárias” compõe uma gama tão extensa de ferramentas de política comercial, que até mesmo, sua definição e classificação são motivos de debate.

Ainda no que tange as barreiras não-tarifárias, Keedi (2005), expõe sobre o intuito que essas barreiras são colocadas, já que não se tratam de impostos, mas objetivam proteger a indústria nacional, que pode variar conforme as negociações de alguns países, em relação a certos produtos. As restrições vão depender da política

aplicada, e podem ser maiores ou menores, isso conforme os interesses envolvidos e a necessidade da mercadoria.

2.3.2.1 Quotas

O Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE (2017) define as quotas como uma barreira de restrição quantitativa. Constitui-se por uma cota pré-determinada, pela tarifa de importação chamada de intra-quota, a partir do momento que a importação exceder a quantia pré-fixada, aplica-se outra tarifa, a extra-quota.

Além das quotas de importação, também existem as de exportação, que também são restrições quantitativas, sobre as práticas exportadoras de um determinado país, no entanto, são utilizadas principalmente, para estimular a implementação de processos de restrição voluntária a exportação, objetivando tornar escasso o produto no país importador, afim de maximizar o preço e bem-estar do exportador (ICONE, 2017).

2.3.2.2 Subsídios

Segundo Sousa (2009), o subsídio pode ser pago diretamente a uma pessoa ou empresa que exerça atividade exportadora, tem o intuito de favorecer os produtores e/ou exportadores nacionais. Com esse benefício poderão se tornar mais competitivos no mercado externo, já que impactam inteiramente no custo final do produto.

O subsídio é concedido pelo governo ou órgão público, que oferece financeiramente contribuição no território do país exportador. As formas mais utilizadas de subsídios à exportação são: tarifas de transporte interno e fretes para exportação mais favoráveis que as aplicadas no mercado interno, financiamentos do governo para exportação, abastecimento por parte do governo, de produtos e serviços importados para fabricação de mercadorias a serem exportadas, isenção ou redução de impostos ou encargos sociais, concessão de prêmios à exportação (SOUSA, 2009).

2.3.2.3. Medidas compensatórias

As medidas compensatórias, tem por objetivo compensar a política de subsídios, concedida direta ou indiretamente, no caso de fabricação, produção, exportação, ou até mesmo pelo fato dos transportes, que por eventualidade venham a causar dano à indústria doméstica (SOUSA, 2009).

É nessa mesma percepção, que Barral (2002) salienta que essas medidas compensatórias são destinadas a proteger o mercado interno, numa prática de combater a política de subsídios por parte do país exportador. Contudo, Faro R. e Faro F. (2012), esclarecem que, para a medida compensatória ser validada, deve ser comprovada a existência do dano ao mercado doméstico, uma vez que, para isso, é necessário a instauração de um processo de investigação.

2.3.2.4 Medidas *antidumping*

Para definição das medidas *antidumping*, Sousa (2009) explica como acontece o dumping, essa prática é entendida pelo fato de uma empresa exportadora enviar seus produtos a outro país à um preço menor praticado no mercado doméstico de tal, dessa forma, esse tipo de ação condiciona uma prática desleal de comércio.

É nessas condições, que o prejudicado se veja no dever de aplicar as medidas antidumping, já que nesse contexto, o mercado doméstico está sendo ameaçado e por vezes causando prejuízos de ordem material à indústria nacional do produto similar, por isso, o uso das medidas antidumping para contrabalançar essa prática (BARRAL, 2002).

2.3.2.5 Medidas anticircunvenção

Segundo Fursinato (2015), os produtores e exportadores sujeitos às medidas antidumping, para fugirem das aplicações desses direitos utilizam outros métodos, desse modo é necessário criar mecanismos para coibir essa prática. A abordagem de dispositivos legislativos de anticircunvenção foi de grande debate na OMC, sendo que não houve uma regularização formal desse mecanismo, criou-se em 1996 o grupo informal sobre *anticircunvention*, a fim de definir quais práticas

caracterizariam a circunvenção e quais seriam as medidas tomadas pela OMC e por seus membros.

Para melhor compreensão, o que quer se dizer é que a circunvenção é uma forma de burlar as medidas *antidumping*, esse fenômeno ocorre pelo fato da globalização da produção, uma vez que as partes do produto são fabricadas em diferentes lugares no mundo. Por isso, deve-se tomar conhecimento, para evitar de importar qualquer produto que esteja sujeito a medida *antidumping*, a fim de não prejudicar o mercado doméstico do país importador que impôs a medida (KRAMER, 2012).

2.3.2.5 Sanitárias e fitossanitárias

Segundo o Ministério das Relações Exteriores – MRE (2017), as medidas sanitárias e fitossanitárias (*SPS - Sanitary and Phytosanitary Agreement*) visam proteger não só a saúde humana, como também, a animal e a sanidade vegetal por meio de normas, procedimentos e controles que são aplicados ao comércio internacional de produtos agrícolas, para assim assegurar a qualidade dos alimentos consumidos internamente e exportados, também visando, a proteção do território nacional contra pragas e doenças. Essa medida foi negociada perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994.

É nessa mesma linha de pensamento, que Barral (2002) salienta essas mesmas questões e ressalta sobre o objetivo dessas barreiras em proteger os consumidores dos riscos causados da presença de aditivos, toxinas e organismos patogênicos nos alimentos e bebidas, e também das doenças que podem ser propagadas pelos animais e vegetais.

2.4 PANORAMA GLOBAL DO MERCADO AGRÍCOLA

Tanto historicamente, como nos dias atuais, a agricultura exerce papel importante nas relações internacionais, verificou-se essa atuação, após o fim da segunda guerra mundial, impulsionado pelo governo dos Estados Unidos, quando houve uma grande expansão do comércio agrícola mundial. Esse processo veio acompanhado pela rapidez da industrialização da agricultura e pela difusão

internacional do sistema de produção chamado de agronegócio (MENDONÇA, 2015).

A agricultura mundial teve como marco inicial a Rodada Uruguai, onde pela primeira vez, assuntos relacionados ao meio agrícola foram parte das negociações. Sem uma normativa específica ao comércio de produtos agropecuários, países desenvolvidos que detinham poder para proteger e incentivar seu comércio agrícola, instauravam medidas protetivas ligadas a quantidade de importações, subsídios as exportações, entre outros mecanismos, o que acabava prejudicando países pobres e com carestia de recursos (ANDRADE; ORTEGA; CAMPOS, 2017).

Segundo Stefanelo (2008), o agronegócio compõe as operações de suprimentos dos insumos, produção agropecuária, florestal e aquicultura dentro das propriedades rurais. O setor vem a ser importante e de destaque, devido a representatividade que exerce na economia mundial, pois conforme o Banco Mundial (2017), o valor produzido pelo agronegócio mundial chegou a US\$ 3.177 trilhões (2016), sendo que o valor produzido pelo Brasil ficou em US\$ 84.611 bilhões (2016), considerando o PIB (Produto Interno Bruto) Mundial de US\$ 75.544 trilhões (2016). A Figura 9 e 10 ilustram o desmembramento dessa condição para melhor compreensão.

Figura 9 - PIB mundial *versus* PIB agronegócio mundial.

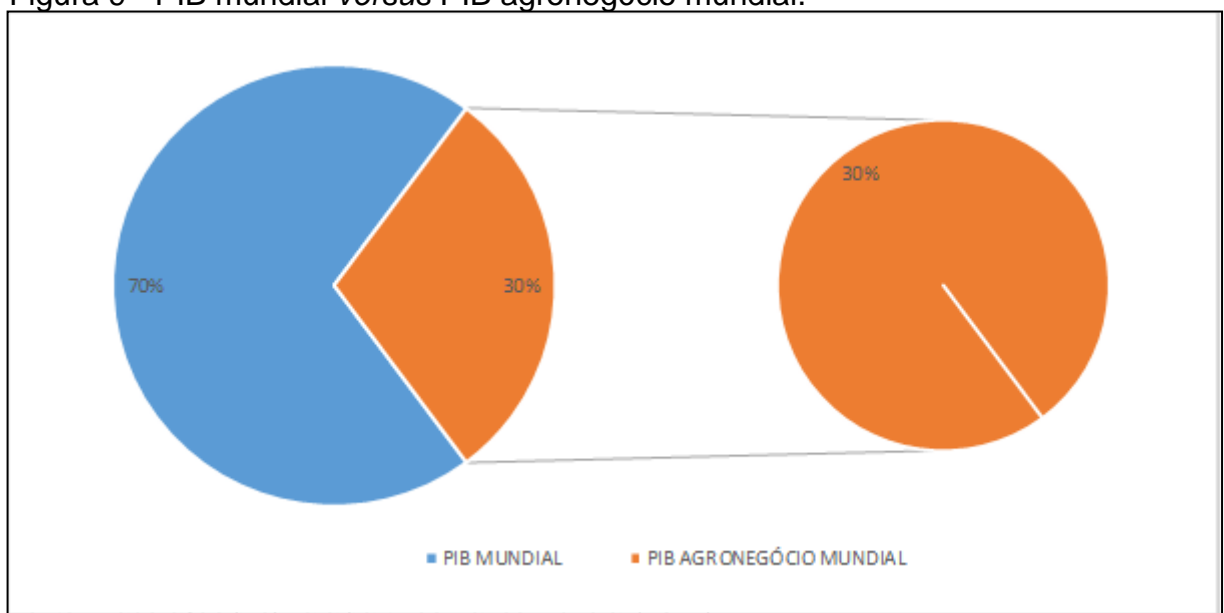
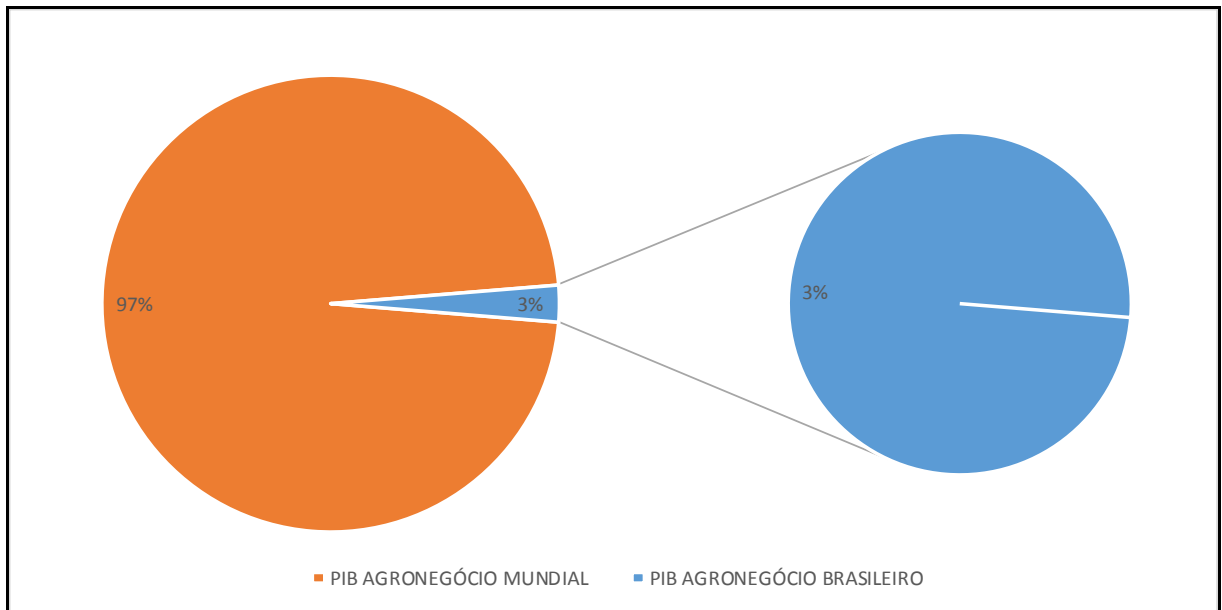


Figura 10 - PIB agronegócio *versus* PIB agronegócio brasileiro.



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2017).

Além dos fatores econômicos, que englobam o quadro do agronegócio mundial, existem as questões sociais, relacionada ao aumento da população e consequentemente ao aumento da demanda por alimentos. Embora a fome no mundo tenha caído, ainda existem 805 milhões de pessoas que sofrem de desnutrição crônica (ONUBR, 2014).

De acordo com a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2016), o Brasil torna-se uma variável-chave no contexto da produção de alimentos, devido sua representatividade no agronegócio internacional, bem como pela grande produção de *commodities*.

É nesse contexto, que se destacam as principais economias agrícolas mundiais, dentre as quais estão os Estados Unidos e a União Europeia, essas nações também vistas como países industriais, desenvolveram poderosas estruturas produtivas agropecuárias, tornando-se exportadoras desses produtos (GONÇALVES, 1994).

O fato de essas duas nações serem classificadas como maiores exportadoras de produtos agrícolas do mundo, não é porque seus agricultores são mais eficientes, há um outro ponto que oportuniza grande produtividade, em virtude do apoio prestado pelo governo por meio dos subsídios, que proporcionam maior produção de excedentes exportáveis (COSTA, 2003).

Segundo a Apex Brasil (2014), o mercado norte-americano caracteriza-se como um importante consumidor de alimentos, bebidas e produtos do agronegócio,

sua atividade agrícola corresponde a cerca de 1,2% do PIB nacional, e ocupa liderança mundial no cultivo de produtos geneticamente modificados. O setor agrícola apresenta entre os principais produtos exportados, a soja, milho, trigo, algodão, carne de porco e carne de frango, sabendo ainda que as exportações dessa segmentação representam cerca de 8,3% do total exportado pelo país.

Como o território norte-americano apresenta diversificadas condições climáticas, permite ao país produzir grande variedade de produtos agrícolas (APEX BRASIL, 2014), assim como mostra no Quadro 5.

Quadro 5 - Principais cultivos dos Estados Unidos da América.

TIPO DE CULTIVO	PRODUTO	PRODUÇÃO 2012 (TONELOAS)	ÁREA CULTIVADA (HECTARES)
Cereais	Milho	273.832.130	35.359.790
	Arroz	9.048.220	1.083.760
	Trigo	61.755.240	19.826.170
	Cevada	4.796.120	1.312.810
Legumes e hortaliças	Tomate	13.206.950	150.140
	Pepino	901.060	53.280
	Repolho	964.830	24.730
	Milho verde	4.096.190	243.790
	Cebola	3.277.460	60.000
	Cenoura e nabo	1.346.080	33.430
Oleaginosas	Nozes	3.057.850	650.740
	Soja	82.054.800	30.798.530
Raízes e tuberosas	Batatas	19.165.865	458.388
	Batata doce	1.201.203	51.233
	Taioba	1.590	160
Frutas	Uva	6.661.820	389.349
	Maçã	4.110.046	132.656
	Pêra	778.582	22.015
	Laranja	8.166.480	250.582
	Pêssego e nectarinas	1.058.830	56.365
	Morangos	1.366.850	23.183

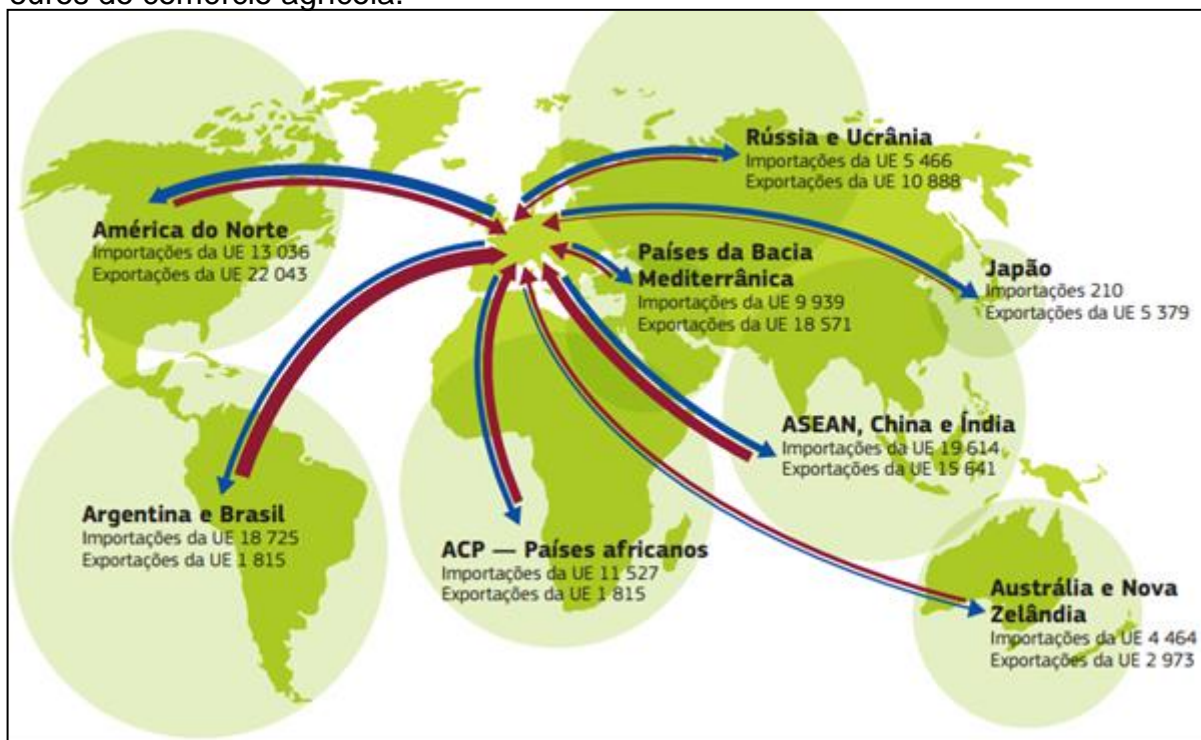
Fonte: Adaptação própria a partir de Apex Brasil (2014) com dados da Food and Agricultural Organization.

Apesar do grande cultivo no complexo agronegócio, existe uma oportunidade de mercado para produtos desse segmento, pois em relação as importações, os Estados Unidos compram pescados, produtos de panificação, massas e biscoitos, café verde, frutas e hortaliças, bebidas destiladas, vinhos e cerveja (APEX, 2014).

No que tange o mercado agrícola da União Europeia, de acordo com a Comissão Europeia (2017), por apresentar clima favorável, fertilidade dos solos e competência de seus agricultores, a Europa está posicionada como uma das maiores produtoras mundiais de produtos agrícolas, bem como, uma das principais

exportadoras do mundo. A Figura 11 ilustra essa dinâmica do comércio internacional agrícola da UE com os outros países.

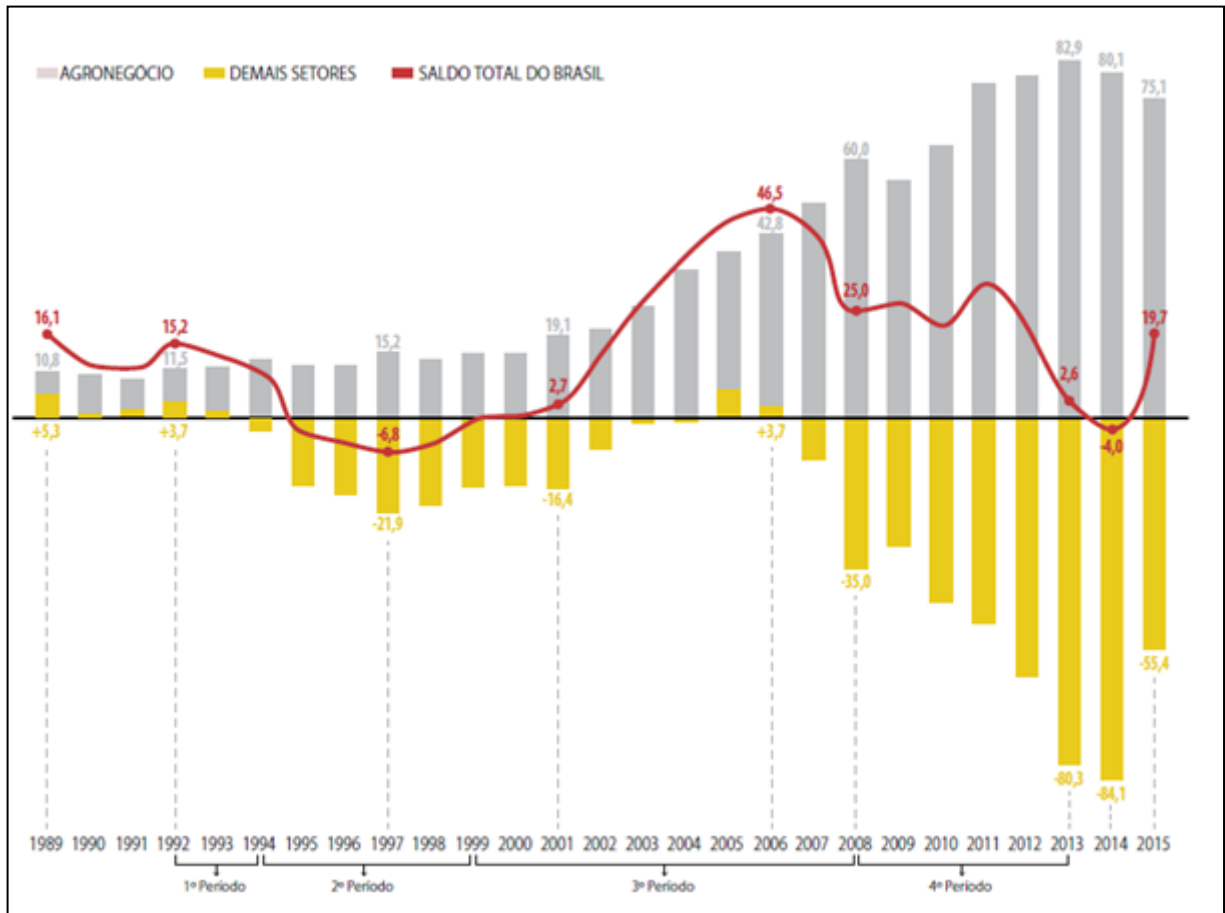
Figura 11 - Média (2013-2015) das importações e exportações da UE em milhões de euros do comércio agrícola.



Com as colocações referentes a estas duas potências do meio agrícola, não menos importante está o Brasil, sua participação no mercado internacional por meio do agronegócio é recorrente, muitos fatores proporcionam seu destaque, como o desenvolvimento de tecnologia voltada ao clima tropical, investimento em novos conhecimentos, a disposição de terras agricultáveis e a sustentação do crescimento da produtividade (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

A Figura 12 mostra a representatividade do agronegócio na balança comercial brasileira, de forma que é possível constatar como o setor é relevante para a economia brasileira.

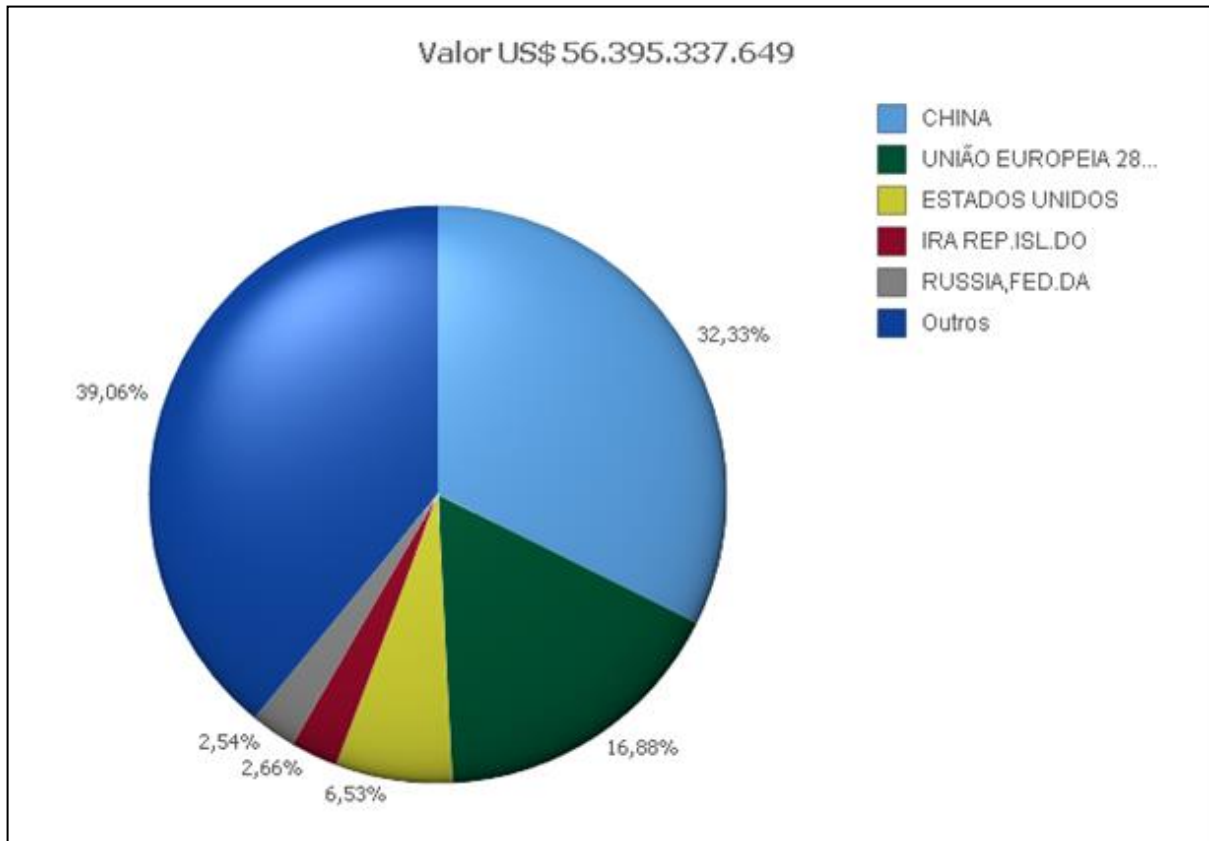
Figura 12 - Saldo da balança comercial brasileira total, do agronegócio e dos demais setores de atividade econômica (Em bilhões de dólares).



Essa condição de grande representatividade do agronegócio brasileiro na balança comercial, só confirma sua importância, decorrente do impacto nas exportações, bem como o progresso na agropecuária, refletindo melhorias na vida da população, pois o valor necessário para aquisição de uma cesta básica em 1960 correspondia ao dobro do valor do que é necessário hoje (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

De acordo com Vieira Filho e Fishlow (2017), cerca de 80% da produção nacional é para suprir o mercado interno, sendo que o excedente é exportado para mais de 180 países. Dentre os parceiros comerciais de maior destaque estão a União Europeia, a China, os Estados Unidos, o Japão, a Rússia e a Arábia Saudita, como ilustra a Figura 13.

Figura 13 - Parceiros comerciais do Brasil no agronegócio.



Por meio do apontamento dos principais parceiros comerciais brasileiros no agronegócio, é importante salientar o processo de evolução e expansão do setor agrícola brasileiro no âmbito global. Segundo Conceição J. e Conceição P. (2014), foi a partir de 1970 que o setor tomou impulso, por meio da criação de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica para proporcionar maior produtividade e tornar possível a representatividade do agronegócio brasileiro no mundo, principalmente pela criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no ano de 1973.

Diante do exposto, Costa (2003) explica que como de fato a agricultura é uma atividade que exige intenso uso da terra, a descoberta do cerrado brasileiro possibilitou maior produção de grãos e a aplicação de corretivos do solo são fatores consideráveis de vantagem comparativa tendo em vista seus concorrentes. Salientando a condição do país em ser um grande exportador de oleaginosas, devido sua posição de maior produtor e exportador de soja e derivados, bem como destaque na produção e exportação de café, açúcar e suco de laranja.

2.5 GATT, OMC E O PROTECIONISMO AGRÍCOLA

Como Barral (2002) expõe, após a segunda guerra mundial, a preocupação constante com a segurança e a paz mundial, ocasionou a colaboração entre os Estados, esse fenômeno no contexto da economia internacional deu origem as instituições criadas em Bretton Woods, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Além dos citados, propôs a criação de outro organismo internacional, que seria responsável pela coordenação principalmente das relações comerciais entre as nações, para assim contribuir com a formação de uma nova ordem econômica mundial, sendo assim, surgiu a partir da “Carta de Havana para uma Organização Internacional do Comércio”, prevista em seu capítulo sete, a criação da Organização Internacional do Comércio, que veio a ser a precursora da Organização Mundial do Comércio - OMC (NASSER, 1999).

De acordo com Prazeres (2003), a Organização Mundial do Comércio estabelecida em 1994, tem por função facilitar a implementação, a administração, a operação, e levar a diante os objetivos traçados na Rodada Uruguai, além disso, constituir reuniões para as relações comerciais entre os países, com intuito de modificar ou criar acordos de comércio, gerir o mecanismo de controvérsias e de políticas comerciais, com objetivo de revisar periodicamente políticas de comércio exterior de todos os membros da OMC, para assim certificar o cumprimento das leis em relação aos acordos.

Desse modo, compreende a regulação internacional a partir da criação da Organização das Nações Unidas, a fim de assegurar a paz mundial, o FMI com o propósito de prover a liquidez dos países associados e evitar crises nas contas externas, e o Banco Mundial, com o compromisso de prover recursos para o desenvolvimento econômico (BAUMANN; GONÇALVES, 2015).

A partir desse momento, como afirmam Baumann e Gonçalves (2015), a criação da OMC foi vista como uma tentativa frustrada, pelo fato da resistência dos Estados Unidos em obedecer às regras externas de comércio, assim decorreu a necessidade de uma organização de regulamentação de tarifas, assinado em 1947 o que deu origem ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, sigla em inglês que quer dizer (*General Agreement on Tariffs and Trade*).

O GATT 1947 surgiu para regulamentar importantes questões voltadas as negociações internacionais de comércio, sendo seu principal objetivo, a redução de entraves tarifários em meio as exportações. Para consolidação do Acordo, foram realizadas diversas rodadas de negociações, das quais cada vez mais envolvia um número crescente de países participantes, bem como a abordagem dos temas tratados (LOCATELLI, 2002). Até o momento, oito rodadas de negociações foram realizadas:

Quadro 6 - Rodadas de negociações.

RODADA	PERÍODOS	PAÍSES PARTICIPANTES	TEMAS COBERTOS
Genebra	1947	23	Tarifas
Annecy	1949	13	Tarifas
Torquay	1950-1951	38	Tarifas
Genebra	1955-1956	26	Tarifas
Dillon	1960-1961	26	Tarifas
Kennedy	1964-1967	62	Tarifas e antidumping
Tóquio	1973-1979	102	Tarifas, medidas não tarifárias, cláusula de habilitação
Uruguai	1986-1993	123	Tarifas, agricultura, serviços, propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico, OMC
Doha	2001-?	149	Tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio, solução de controvérsias, "regras"

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2017).

Apesar do caráter provisório em que o GATT foi constituído, perdura até hoje, objetivando impedir as políticas protecionistas, recorrentes do período entre as guerras. O Acordo passou a vigorar em janeiro de 1948, com o propósito de assegurar as relações internacionais num contínuo processo de liberalização comercial. Tomando por destaque, dentre as rodadas, ressalta-se a Rodada Uruguai (1986), considerada uma das mais ambiciosas em meio as negociações (INMENTRO, 2009).

Por meio da Rodada Uruguai, que o comércio internacional de produtos agrícolas pela primeira vez entrou numa rodada de negociações, sendo importante para o setor, devido ao processo de modificações em que se encontrava. A rodada só se encerrou sete anos depois, em dezembro de 1993, (DOMINGUES; TIRONI, 2002).

Foi também na Rodada Uruguai, que Barral (2002) explica que devido à complexidade de suas negociações, ao fim ficou claro a utilização de novos

instrumentos jurídicos que possibilitasse a liberação comercial, principalmente nas áreas mais vantajosas aos países desenvolvidos, tendo como principais resultados:

- i)* Integração dos produtos agropecuários ao sistema multilateral de comércio e a redução de barreiras não-tarifárias;
- ii)* Extinção do acordo multifibra de 74 e a incorporação dos produtos têxteis ao sistema;
- iii)* Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços (GATS);
- iv)* Acordo de Propriedade Intelectual Relacionados ao comércio (TRIPs);
- iv)* Acordo sobre Medidas de Investimentos relacionados ao Comércio (TRIMs);
- vi)* Criação da Organização Mundial do Comércio (OMC); e
- vii)* Novo sistema de solução de controvérsias;

No que diz respeito ao setor agrícola, esse sempre foi tema controverso no GATT/OMC.

Tomando por base, toda trajetória das rodadas e os temas abordados, é importante destacar o protecionismo como uma briga antiga, pois até 1947, os países lutavam individualmente, conforme suas forças e vantagens para sobrevivência no comércio internacional. Os países constituíam guerras comerciais para proteger seus mercados, nem que para isso precisassem desvalorizar suas moedas, tornando os produtos importados mais caros (COSTA, 2003).

No ano de 1955 os Estados Unidos passaram a utilizar barreiras quantitativas a uma grande gama de produtos agrícolas, que foi a primeira violação do texto do Acordo do GATT. A Comunidade Europeia que possui sua política agrícola, investe maciçamente em subsídios e adoção de tarifas às importações de produtos agrícolas, desse modo, podem ser enumerados vários casos de barreiras comerciais voltadas ao setor em questão (BAUMANN; GONÇALVES, 2015).

Além desses aspectos, existem outros argumentos à proteção do mercado agrícola, alegando que os produtos do setor são estratégicos e são vistos como fonte de segurança nacional, e que a partir da manutenção dos preços elevados refletiria na diminuição da migração campo-cidade. Outro ponto abordado, é a baixa-elasticidade de preço e renda da demanda dos produtos, o que quer dizer que mesmo se houver uma queda nos preços ou aumento do poder aquisitivo dos consumidores, esses fatores não iriam gerar aumento na demanda, o que causaria queda na renda dos produtores locais, dessa forma, os países protecionistas tendem

a utilizar a política comercial para garantir preços altos e assegurar renda mínima aos produtores (COSTA, 2003).

A fim de complementar, se tratando das rodadas de negociação, no Qatar em 2001, teve início a Rodada de Doha, também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, essa por sua vez, surgiu em detrimento à Rodada Uruguai, devido certo desbalanceamento dos interesses entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A motivação principal foi pela abertura dos mercados agrícolas e industriais com regras que beneficiasse o fluxo de comércio dos países em desenvolvimento (MDIC, 2017).

Segundo Oliveira (2015), no que diz respeito ao tema agrícola, foram abordadas as questões de acesso aos mercados, a redução e eliminação de subsídios à exportação e a redução das assistências domésticas distorcivas de comércio. Outro ponto de relevância foi o acordo dos ministros, em um tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento e a inserção dos mesmos nos programas de concessões e compromissos, normas e disciplinas, de forma a tornar válido operacionalmente.

2.6 POLÍTICA AGRÍCOLA NORTE-AMERICANA

Em países que são grandes exportadores e produtores da linha agroindustrial, é recorrente o uso de mecanismos de política agrícola, como é o caso dos Estados Unidos, em virtude disso, destacam-se dois fatores que levam a ocorrência desse processo, uma pela maior integração das economias mundiais agrícolas e outra em detrimento do abrangente processo de *commoditização* dos produtos agrícolas (FIGUEIREDO; SANTOS, 2009).

A política agrícola americana, conhecida como *FAIR ACT* (*Federal Agricultural Improvement and Reform Act*) de 1996 ganhou força a partir dos anos de 1980, devido a situação crítica que a agricultura americana se encontrava, pois apresentava grande produção de grãos, programas de apoio com altos custos, e além disso, o mercado externo detinha de competidores que seriam capazes de enfrenta-los frente ao comércio (GUIMARÃES; NOGUEIRA, 2009).

O *Farm Bill* de 2002, assinado pelo então presidente George Bush, veio em sucessão a *FAIR ACT*, que teve vigência entre 1996 a 2002. O documento compõe 421 páginas que compreendem 10 capítulos, sendo que cada um dos

capítulos é designado a tratar de assuntos específicos no âmbito agrícola (NETTO, 2005). O Quadro 7 apresenta a composição dos assuntos elencados pelos capítulos do documento.

Quadro 7 - Composição dos capítulos do Farm Bill 2002.

CAPÍTULO	ABORDAGEM
1	Apoio aos produtos de grandes culturas.
2	Regulamentação dos programas agroambientais.
3	Definição do apoio a exportação agrícola.
4	Ajuda alimentar interna.
5	Empréstimos subvencionados.
6	Desenvolvimento rural.
7	Pesquisa.
8	Questões florestais.
9	Questões energéticas.
10	Medidas diversas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Netto (2005).

Mais tarde, em 2008, surge a nova lei agrícola dos Estados Unidos, a então *Farm Bill*, se popularizou como a legislação estadunidense, que geralmente se renova a cada quatro anos, e tem por objetivo consolidar em um único documento os programas que envolvem a política agrícola do departamento de agricultura dos EUA (ICTSD, 2008).

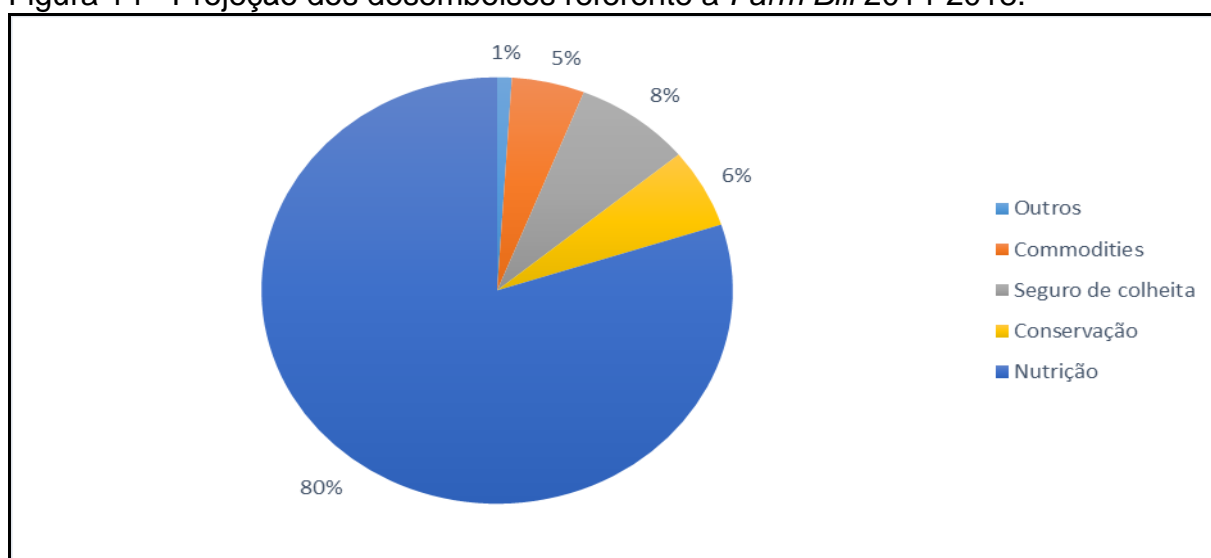
A Nova Lei Agrícola de 2008 foi marcada pela não redução dos subsídios à agricultura, o que retratou divergência em relação as propostas da OMC. Por sua vez, a situação tornou-se preocupante, devido ao posicionamento dos Estados Unidos, frente a retomada de negociações multilaterais que seriam prejudicadas. Desse modo, o que se esperava do governo norte-americano, é que diante da elevação dos preços dos produtos agrícolas a nível mundial, houvesse em compensação menores subvenções, a fim de tornar a competitividade entre os países mais justa (FIGUEIREDO; SANTOS, 2009).

Diante disso, segundo o *International Centre for Trade and Sustainable Development* (2008), a opinião de Chuck Conner, secretário adjunto de agricultura dos EUA, sobre o posicionamento americano por meio da *Farm Bill*, direciona o país ao lado oposto diante de suas obrigações internacionais. Do mesmo modo, o então diretor geral da OMC, Pascal Lamy, ressaltou que as práticas da nova *Farm Bill* não condicionam seriedade diante da proposta de redução de subsídios.

Ainda, no que diz respeito à Lei agrícola norte-americana, como é sabido, sua renovação se dá a cada quatro anos, portanto, tem-se em vigor atualmente a *Farm Bill* de 2014, aprovada pelo Senado em 4 de fevereiro de 2014 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2014). Em suma, a lei sempre aborda as mesmas questões, porém, a cada renovação objetiva novas mudanças em determinados programas e adiciona outras opções, com intuito de oferecer cada vez mais melhorias e facilidades aos produtores (USDA, 2014).

A Figura 14 ilustra como foram divididos os desembolsos no âmbito da *Farm Bill* de 2014, sendo que o total atribuído ao orçamento é de \$ 489 bilhões.

Figura 14 - Projeção dos desembolsos referente a *Farm Bill* 2014-2018.



Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2014).

É diante desse cenário, que se discute como a *Farm Bill* pode trazer impactos econômicos para o Brasil, principalmente pela política de subsídios à produção agrícola nos EUA, que trará grandes barreiras ao crescimento do agronegócio brasileiro. Em primeiro momento, uma diminuição das importações de produtos agroindustriais, que em sua maioria são comprados do Brasil, em segundo lugar, os subsídios oferecidos pelo governo norte-americano irão gerar grande produção, a ponto de criar excedentes para exportação, consequentemente, aumentando a oferta dos produtos agrícola estadunidenses e os tornando mais competitivos no mercado internacional (FIGUEIREDO et al., 2010).

O próximo capítulo destaca os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos constituem uma estrutura que permite o desenvolvimento do processo de pesquisa. De acordo com Martins (2008), a metodologia considera questões que dão início a pesquisa propriamente dita, a partir da busca de dados, utilizando-se dos tipos de pesquisa mais adequados, conforme a escolha do tema, trata-se então, de saber: Como? Com quê? Onde? Quanto?

Com isso, compreende a metodologia de pesquisa, como peça indispensável para a boa qualidade e nível de confiança empregada no trabalho científico. Desse modo, se faz necessário a classificação em relação a natureza da pesquisa, bem como a maneira de abordar o problema, os objetivos e os procedimentos utilizados (MAXWELL, 2015).

Dessa forma, as próximas seções contemplam o delineamento da pesquisa, definição da área e/ou população-alvo, e ainda o plano de coleta e análise dos dados da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa é um procedimento com tratamento formal, que compreende uma metodologia reflexiva e que, portanto, demanda um tratamento científico, com intuito de conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Dentre as dimensões que compõe o campo da pesquisa, classifica-se quanto a sua abordagem, em qualitativa e quantitativa. Para Godoy (1995), existem alguns aspectos que são essenciais para que se identifique um estudo qualitativo, esse tipo de pesquisa usa como fonte direta de dados, o ambiente natural, e o pesquisador é o instrumento fundamental desse processo, que tem a preocupação de analisar o mundo empírico em seu ambiente.

O estudo de abordagem quantitativa trabalha com mensuração de variáveis predeterminadas, nesse sentido, busca explicar e verificar a influência que pode causar sobre outras variáveis, concentrando sua busca em informações quantificadas, sem se preocupar com exceções, mas sim em generalizações (APPOLINÁRIO, 2006).

Contudo, para este caso de estudo, foi utilizada a abordagem qualitativa, que em virtude da natureza do problema abordado, das questões e objetivos que orientaram a investigação, essa opção foi vista como a mais apropriada (GODOY, 1995).

No que se refere as classificações dos fins da pesquisa, toma-se por conhecimento, a explicativa, exploratória, descritiva e correlacional, conforme suas especificidades listadas no Quadro 8.

Quadro 8 - Classificação quanto aos fins da pesquisa.

FINS DA PESQUISA	ESPECIFICAÇÕES
Explicativa	Visa estabelecer causas, fatos ou fenômenos estudados, a partir dos acontecimentos.
Exploratória	Análise de um tema pouco estudado.
Descritiva	Descreve características e peculiaridades relevantes do tema estudado.
Correlacional	Avalia a relação entre duas ou mais variáveis/conceitos.

Fonte: Adaptado de Ducioni (2017) a partir de adaptação de Sampieri, Collado e Lúcio (2006).

Para tanto, quanto aos fins da pesquisa desse estudo, definiu-se como descritiva e explicativa. A pesquisa descritiva não manipula os fatos ou fenômenos, tem por objetivo apenas observar, registrar e analisá-los, portanto, busca descobrir com qual frequência o fenômeno ocorre, a relação e conexão existente com outros, sua natureza e caracterização (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

A pesquisa explicativa visa encontrar fatores que determinam ou contribuem para ocorrência dos fenômenos, esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento da realidade, pois explica a razão e o porquê das coisas, pode-se afirmar que o conhecimento científico está baseado nos resultados oferecidos pela pesquisa explicativa (GIL, 1999).

No que se refere ao tipo de pesquisa, segundo Martins (2008), a escolha depende do objeto a ser pesquisado, portanto, podem ser utilizadas: pesquisa experimental, bibliográfica e documental, e em alguns casos, uma combinação entre elas, também agregando outros recursos metodológicos.

Dessa forma, quanto aos meios de investigação, caracterizou-se como bibliográfica e documental. Por assim ser, a pesquisa bibliográfica trata-se da verificação de informações feitas a partir de material coletado em sites, livros, jornais, revistas, artigos e em outras fontes escritas, com devida publicação (MARTINS, 2008).

Nessa ótica, considerando as fontes bibliográficas, segue no Quadro 9, as principais bibliografias contempladas no capítulo 2 deste trabalho, juntamente aos diversos temas abordados.

Quadro 9 - Referencial teórico.

SUBCAPÍTULOS	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
2.1 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA INTERNACIONAL: EVOLUÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	Gonçalves (1997); Garcia e Vasconcellos (2004); Guimarães (2005); Sousa (2009); Appleyard, Field Junior e Cobb (2010); Baumann e Gonçalves (2015); Krugman e Obstfeld (1999);
2.1.1 Evolução do comércio internacional	Rattner (1995); Hilal e Hemais (2003); Sousa (2009); Baumann e Gonçalves (2015);
2.1.2 Dinâmica da globalização	Ianni (1994); Gorender (1995); YIP, 1996); Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010); Pereira Filho (2013);
2.2.1 Exportação e Importação	Zini Júnior (1988); Vazquez (2001); Keedi (2005); Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010);
2.2.1.1 Importância da exportação	Cavalcanti e Ribeiro (1998); Keedi (2005); MDIC (2017);
2.2.1.2 Importância da importação	Cavalcanti e Ribeiro (1998); (Kume, Piani e Souza (2003); Keedi (2005); MDIC (2017);
2.2.2 Balança comercial	Vaz (1999); Barros (1998); Vazquez (2001); Miranda (2001); Kume (2003); Keedi (2005); Baumann e Gonçalves (2015); MDIC (2017);
2.3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL	Barral (2002); MDIC (2017);
2.3.1 Barreiras tarifárias	Berto (2004); Keedi (2005);
2.3.1.1. Ad-valorem	ICONE (2017);
2.3.1.2 Específica	ABIMAQ (2017);
2.3.1.3 Mista	ICONE (2017);
2.3.2 Barreiras não-tarifárias	Keedi (2005); Carneiro (2015);
2.3.2.1 Quotas	Keedi (2005); Carneiro (2015);
2.3.2.2 Subsídios	Keedi (2005); Carneiro (2015);
2.3.2.3. Medidas compensatórias	Barral (2002); Sousa (2009); Faro R. e Faro F. (2012);
2.3.2.4 Medias antidumping	Barral (2002); Sousa (2009);
2.3.2.5 Medidas anticircunvenção	Fursinato (2015);
2.3.2.5 Sanitárias e fitossanitárias	MRE (2017); Barral (2002);
2.4 PANORAMA GLOBAL DO MERCADO AGRÍCOLA	Gonçalves (1994); Costa (2003); Stefanelo (2008); Apex Brasil (2014); Conceição J. e Conceição P. (2014); FAO (2014); Mendonça (2015); FIESP (2016); Andrade, Ortega e Campos (2017); Banco Mundial (2017); Comissão Europeia (2017); Vieira Filho e Fishlow (2017);
2.5 GATT, OMC E O PROTECIONISMO AGRÍCOLA	Nasser (1999); Barral (2002); Domingues e Tironi (2002); Locatelli (2002); Prazeres (2003); Costa (2003); Inmentro (2009); Baumann e Gonçalves (2015); Oliveira (2015); MDIC (2017);
2.6 POLÍTICA AGRÍCOLA NORTE-AMERICANA	Figueiredo e Santos (2009); Guimarães e Nogueira (2009); Netto (2005); ICTSD (2008); Estados Unidos da América (2014); USDA (2014); Figueiredo et al. (2010).

Fonte: Elaboração própria (2017).

As pesquisas documentais, de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), têm o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e características que a partir de bases de documentos permitem compreender a realidade tanto no presente, como no passado, com a pesquisa histórica.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

Como relata Cervo e Bervian (1983), são chamados de população ou universo, um grupo ou conjunto de indivíduos, que a pesquisa busca generalizar a partir de observações. Quando um grupo de pessoas, animais ou objetos, em sua totalidade compartilham das mesmas características, refere-se à população.

Dessa forma, quando se deseja investigar determinada população, torna-se impossível fazer a mensuração do todo, por muitas vezes apresentar quantias numerosas. Com isso, entende-se a necessidade de obter dados probabilísticos, ou seja, uma amostra da população, que vem a ser um subconjunto do universo, selecionada conforme critérios que irão garantir sua representatividade (MARKONI; LAKATOS, 2008).

No entanto, olhando para essas definições, constatou-se que a população e amostra não constam neste trabalho, isso por não apresentar características de probabilidade. Para tanto, o redirecionamento da área de estudo, abrange o protecionismo, atrelado especificamente ao agronegócio, com intuito de identificar os mecanismos de proteção comercial do governo norte americano perante o agronegócio brasileiro, bem como as diversidades que podem afetar a economia nesse contexto, considerando a variável temporal de 10 anos (2007 a 2017).

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

A etapa que compõe o plano de coleta de dados, segundo Cervo e Bervian (2007) é parte importante na pesquisa, pois engloba os passos referente a determinação da população, elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e o tipo de dados a serem utilizados.

Markoni e Lakatos (2008) citam 11 tipos de procedimentos para coleta de dados, que de acordo com a circunstância ou tipo de investigação poderá ser utilizada. Dentre as quais estão: *i)* coleta documental; *ii)* observação; *iii)* entrevista;

iv) questionário; *v)* formulário; *vi)* medidas de opiniões e de atitudes; *vii)* técnicas mercadológicas; *viii)* testes; *ix)* sociometria; *x)* análise de conteúdo; e *xi)* história de vida.

No que tange o processo de coleta de dados, existem dois tipos de fontes, sendo elas, as fontes primárias e secundárias, utilizadas para obter os dados para a pesquisa documental. Dessa forma, quanto sua caracterização, as fontes primárias são os textos originais, manuscritos, documentos dos arquivos públicos e privados, documentos fotográficos, recursos audiovisuais. Assim, as fontes secundárias podem ser definidas como aquelas que a partir das primárias irão reproduzir outras obras (ANDRADE, 2007).

Para cumprir com o plano de coleta de dados desse trabalho, foram utilizados dados provenientes de origem secundária, portanto, tendo acessado a base de dados da OMC, com relação as medidas protecionistas impostas pelos Estados Unidos no âmbito geral e no agronegócio. Outra fonte utilizada, foi a base de dados do AliceWeb e o Agrostat, que é uma base de dados do agronegócio brasileiro.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

A partir do término de coleta de dados, inicia-se a fase de classificação e organização das informações coletadas, compreendendo os objetivos do trabalho, visando representar e detalhar a investigação dos dados (MARTINS, 2008).

Utilizou-se a análise de conteúdo, por conforme Moraes (1999) permite a interpretação de temas de forma mais profunda, a partir de relatórios e documentos disponíveis em bases de dados relevantes.

O capítulo 4 oportuniza a análise dos dados de acordo com os objetivos propostos pela pesquisadora.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo visa responder os objetivos específicos elencados previamente na primeira parte do estudo, a partir dos resultados da pesquisa extraídos da base de dados citada anteriormente.

Com intuito de delinear a vinculação do conteúdo aos objetivos específicos desta monografia, o Quadro 10 faz a representação desse processo junto a estrutura da pesquisa.

Quadro 10 - Objetivos específicos versus estrutura da pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRUTURA DA PESQUISA
Caracterizar a balança comercial do Brasil considerando a variável temporal de 10 anos (2007 a 2017).	4.1 Balança comercial brasileira
Destacar a participação do agronegócio na pauta exportadora brasileira.	4.2 Agronegócio na pauta exportadora brasileira
Identificar as medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo norte-americano perante o agronegócio brasileiro.	4.3 Medidas de defesa comercial – âmbito global
Apresentar os produtos atingidos pelas medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo norte-americano.	4.4 Medidas de defesa comercial – EUA <i>versus</i> Brasil (Agronegócio) 4.5 Preocupações comerciais específicas
Identificar as ações do governo brasileiro perante as medidas de defesa comercial	4.6 O governo brasileiro e o protecionismo norte americano

Fonte: Elaboração própria (2017).

Dessa forma, o conteúdo exposto a seguir visa dinamizar o entendimento junto a representações gráficas, com tabelas e quadros referente aos dados coletados e que foram analisados.

4.1 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Com o propósito de responder os objetivos incumbidos a essa pesquisa, entende-se o processo de negociação internacional vinculado as exportações e importações brasileiras relacionados na balança comercial, compreendendo os anos de 2007 até agosto de 2017 em valor FOB (US\$), apresentados na Tabela 3.

A evolução do comércio exterior brasileiro ao longo dos últimos 10 anos, composto pelas exportações e importações, bem como o saldo e a corrente de comércio, estão destacados na Tabela 3.

Tabela 3 - Balança comercial brasileira (bilhões US\$/FOB).

ANO	EXPORTAÇÃO	% EXPO	IMPORTAÇÃO	% IMPO	SALDO	CORRENTE
2007	102.433	57,74%	74.964	42,26%	27.469	177.397
2008	130.842	53,46%	113.921	46,54%	16.921	244.764
2009	97.934	55,64%	78.065	44,36%	19.868	175.999
2010	126.096	52,41%	114.482	47,59%	11.613	240.579
2011	166.713	53,19%	146.727	46,81%	19.986	313.441
2012	160.596	52,13%	147.454	47,87%	13.141	308.050
2013	156.654	49,40%	160.478	50,60%	-3.823	317.133
2014	154.018	50,03%	153.816	49,97%	201	307.834
2015	128.347	51,46%	121.041	48,54%	7.305	249.389
2016	123.565	57,53%	91.200	42,47%	32.364	214.766
2017*	145.942	59,87%	97.836	40,13%	48.105	243.778
TOTAL	1.493.145	53,46%	1.299.990	46,54%	193.155	2.793.135

* Refere-se até o mês de agosto

Fonte: Adaptado de Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2017).

A partir da leitura dos números elencados referente as exportações brasileiras, é possível perceber o aumento ocorrido entre o ano 2007 e 2008, porém uma grande queda nas vendas em 2009, isso pelo reflexo da crise de 2008, que acabou afetando muitos países, com efeitos drásticos, relacionados ao aumento de desemprego e falência das empresas.

No entanto, constata-se que em 2010 e 2011 o aumento das exportações foi significativo, mantendo equilíbrio nos anos seguintes, até se mostrar em declínio no ano de 2015 e 2016, porém retomando o aumento em 2017, mesmo sem ter chegado ao fim do exercício, revelando o maior saldo superavitário de todos os anos apresentados, com valor de US\$ 48 bilhões.

Segundo Marcos Pereira, ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, ao fim de 2017 a balança comercial deve registrar o maior saldo superavitário da história. Relata ainda, que o mesmo ocorreu em 2016, porém o motivo estava relacionado a grande diminuição das importações. Para Pereira o aumento das exportações e importações caracterizam a retomada do crescimento do país (BRASIL, 2017).

Na ótica das importações, com exceção dos anos de 2007 e 2009, as compras realizadas até o período de 2015 sempre estiveram na casa dos US\$ 100 bilhões. No entanto, apesar do volume considerável das importações, observa-se o *déficit* ocorrido apenas em 2013, onde as importações superaram as exportações

em US\$ 3,8 bilhões, caracterizando o único saldo deficitário ao longo dos dez anos expostos.

Com intuito de seguir o propósito relacionado as práticas comerciais de exportação e importação, a Tabela 4, revela a balança comercial do Brasil com os Estados Unidos, demonstrando a evolução do comércio entre os países.

Tabela 4 - Balança comercial Brasil com os EUA (bilhões US\$/FOB).

ANO	EXPO TOTAL	EXPO EUA	PART. % EXP TOTAL	IMPO TOTAL	IMPO EUA	PART. % IMP TOTAL	SALDO	CORRENTE
2007	102.433	25.065	24,47%	74.964	18.723	24,98%	6.341	43.788
2008	130.842	27.423	20,96%	113.921	25.627	22,50%	1.795	53.051
2009	97.934	15.601	15,93%	78.065	20.032	25,66%	-4.430	35.633
2010	126.096	19.307	15,31%	114.482	27.044	23,62%	-7.737	46.351
2011	166.713	25.804	15,48%	146.727	33.970	23,15%	-8.165	59.774
2012	160.596	26.700	16,63%	147.454	32.362	21,95%	-5.661	59.063
2013	156.654	24.653	15,74%	160.478	36.018	22,44%	-11.365	60.671
2014	154.018	27.027	17,55%	153.816	35.018	22,77%	-7.990	62.046
2015	128.347	24.079	18,76%	121.041	26.471	21,87%	-2.391	50.551
2016	123.565	23.156	18,74%	91.200	23.802	26,10%	-646	46.958
2017*	145.942	17.685	12,12%	97.836	16.761	17,13%	924	34.446
TOTAL	1.493.140	256.500	17,18%	1.299.984	295.828	22,76%	-39.325	552.332

* Refere-se até o mês de agosto

Fonte: Elaboração própria a partir de AliceWeb (2017).

O Estados Unidos, é uma grande potência mundial em nível comercial, posicionada como a 2ª maior economia de exportação no mundo e conforme o Índice de Complexidade Econômico (ICE) encontra-se como a 14ª economia mais complexa (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2017).

Olhando para a balança comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, fica claro a dependência do Brasil para com os produtos norte-americanos, tanto que, com exceção dos anos de 2007, 2008 e 2017, o saldo mostrou-se deficitário em todos os outros anos. Considerando o pico em 2013, onde as importações ultrapassaram US\$ 11.365 bilhões, o que retratou o grande *déficit* desse mesmo ano.

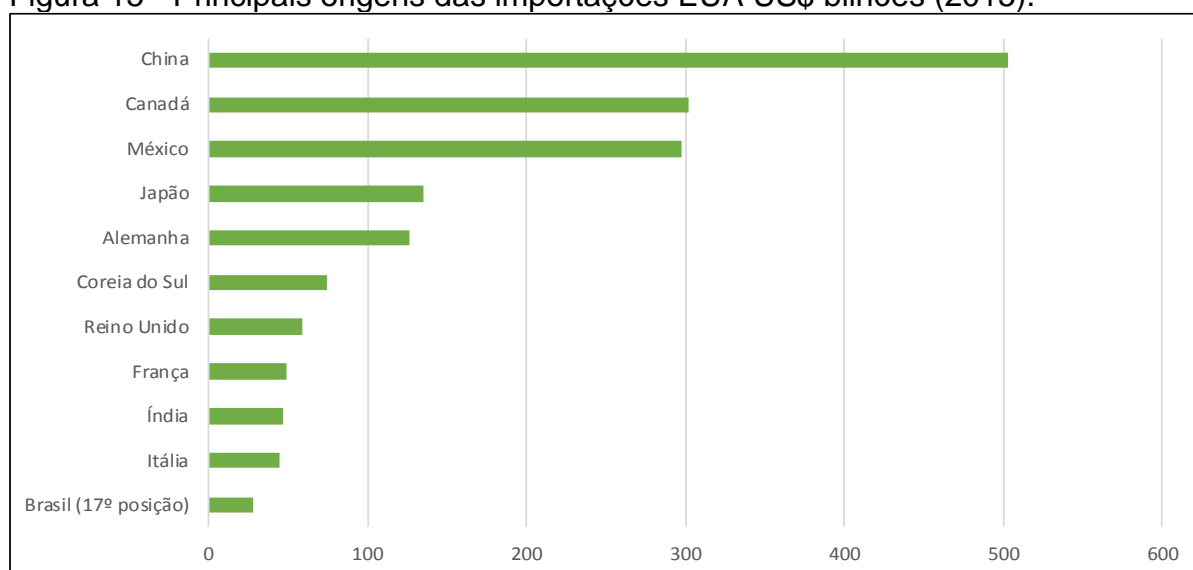
Outro fato importante a destacar, é a representatividade dos valores exportados para os Estados Unidos na balança total brasileira, o que denota, significância do intercâmbio comercial entre os países. Sendo importante principalmente pelas exportações, com valores que em sua maioria ficaram na casa dos US\$ 20 bilhões. Com isso, apesar da balança comercial no período

destacado ter apresentado saldo deficitário para o Brasil, não causou influência negativa no saldo da balança total brasileira, o que por sua vez só comprova a importância da relação comercial com o mercado norte-americano.

Para tanto, o crescimento do comércio exterior estadunidense em 2015 atingiu 1,7% em relação ao ano de 2011, passando de US\$ 3,7 trilhões para US\$ 3,8 trilhões. O aumento das exportações entre 2011 e 2015 cresceram 1,5%, devido as vendas de aviões e produtos farmacêuticos. No âmbito das importações, o crescimento foi de 1,9%, relacionado as compras de máquinas, automóveis, produtos farmacêuticos e instrumentos de precisão (BRASIL, 2017).

No que diz respeito as parcerias comerciais dos Estados Unidos, no contexto das importações, destacam-se principalmente o mercado Asiático, representado pela China Japão e Coreia do Sul, países da América do Norte, como Canadá e México, bem como alguns países europeus. A Figura 15 demonstra a representatividade dos países nesse processo.

Figura 15 - Principais origens das importações EUA US\$ bilhões (2015).



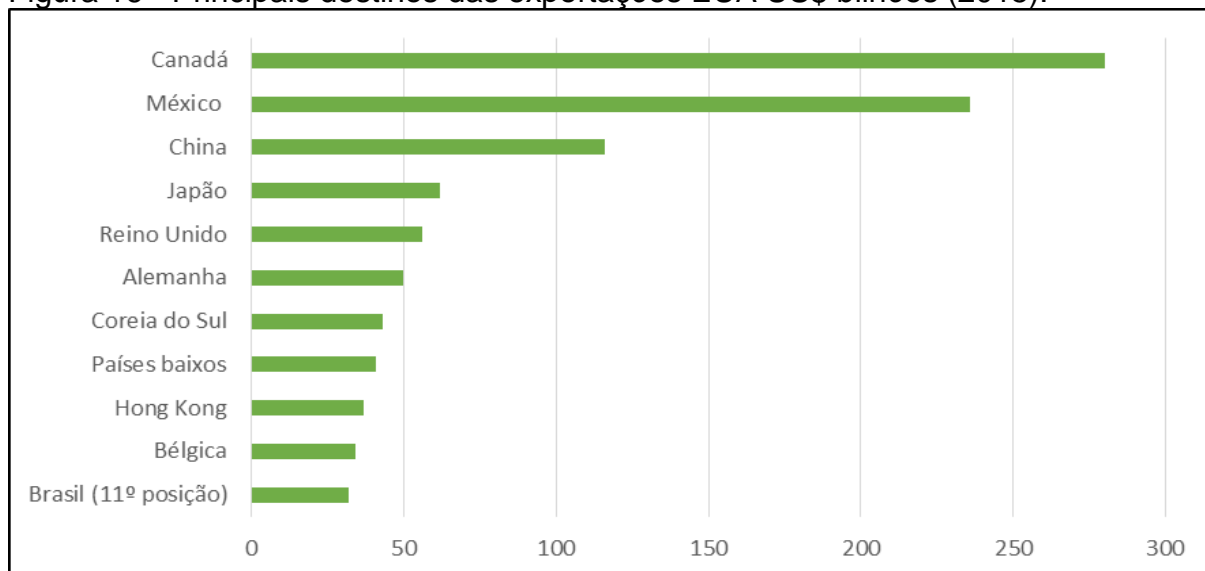
Fonte: Elaboração própria a partir de MRE, DPR e DIC (2016).

Como é possível visualizar na Figura 15, a China é o país que os Estados mais compra, chegou a US\$ 503 bilhões em 2015, juntamente ao Canadá, com US\$ 302 bilhões, o México com US\$ 298 bilhões, assim como o Brasil, ocupando a décima sétima posição nas origens das importações norte-americanas com valor de US\$ 28 bilhões.

No que tange a economia exportadora norte-americana, segundo a OEC – *Observatory of Economic Complexity* (2017), o país exporta 447 produtos com vantagem comparativa revelada, isso mostra, que de acordo com a sua participação nas exportações mundiais, a sua representatividade é maior do que seria necessário para o tamanho de sua economia de exportação, bem como, para o mercado global de um produto.

No âmbito das exportações dos Estados Unidos, os principais destinos são seus países vizinhos, juntos, Canadá e México, absorvem mais de 50% dos produtos do mercado norte-americano, levando em consideração os 11 países elencados na Figura 16.

Figura 16 - Principais destinos das exportações EUA US\$ bilhões (2015).



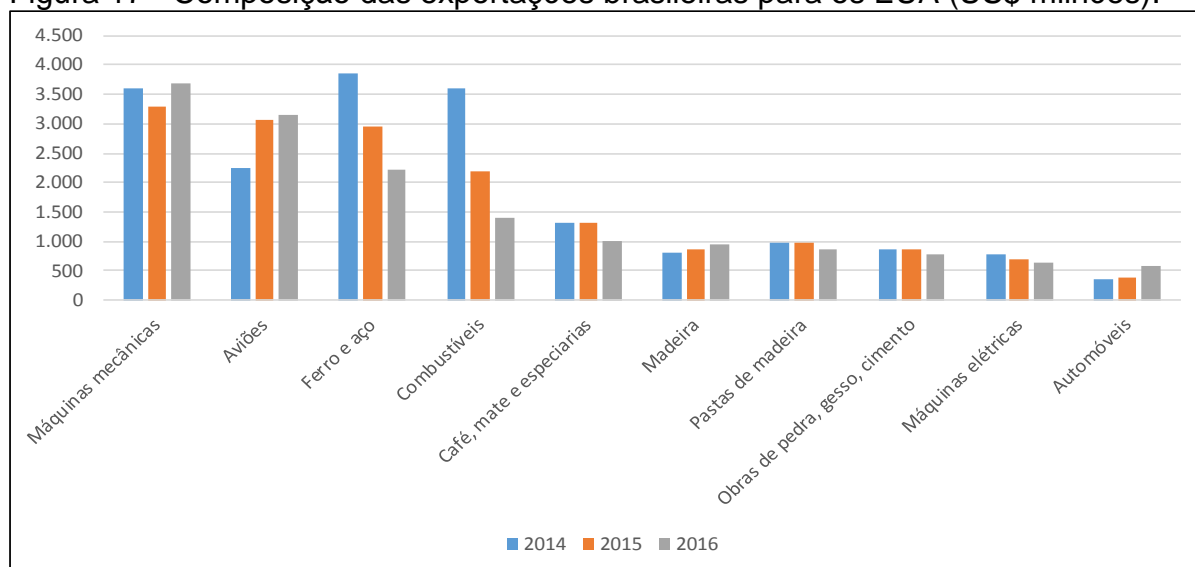
Fonte: Elaboração própria a partir de MRE, DPR e DIC (2016).

Além da grande representação do Canadá e México, também estão entre os principais destinos das exportações do mercado norte-americano, a China e Japão, que em 2015 importaram US\$ 116 bilhões e US\$ 62 bilhões respectivamente, seguidos assim, pelo Reino Unido com US\$ 56 bilhões, Alemanha em US\$ 50 bilhões, e o Brasil, que ocupou a décima primeira posição, com importações que chegaram a US\$ 32 bilhões.

No contexto do intercâmbio comercial entre Brasil e Estados Unidos, avaliando na qual o Brasil exporta, compreende principalmente os bens de alto valor agregado, dentre os quais estão elencados máquinas mecânicas e aviões, por

exemplo, a Figura 17 apresenta os dez principais grupos de produtos exportados pelo Brasil para os EUA em 2016.

Figura 17 - Composição das exportações brasileiras para os EUA (US\$ milhões).



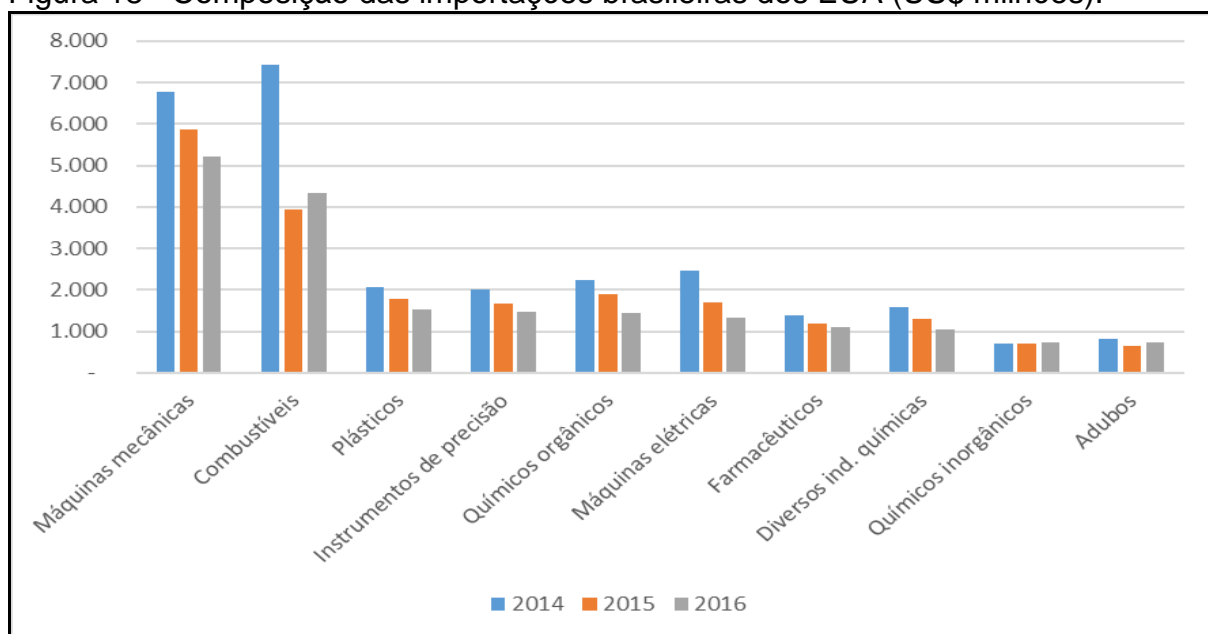
Fonte: Elaboração própria a partir de Invest e Export Brasil (2017).

Como se observa na Figura 17, em 2016, as máquinas mecânicas, compreendidas pelas turbinas a gás, elevadores de carga, niveladores, blocos de cilindros e máquinas de terraplanagem, foram o item mais relevante na pauta exportadora, pois representaram 15,9% do total. Em segundo lugar ficou os aviões, dos quais estão o de peso superior a 15 .000 Kg, aviões a turbo jato, partes para aviões e helicópteros, representando 13,7%, seguidos pelo ferro e aço (semimanufaturados de seção transversal, semimanufaturados de outras ligas de aços, laminados planos, ferro fundido bruto, ferro-nióbio) com 9,6%.

Os combustíveis ocuparam a quarta posição, representados pelos óleos brutos de petróleo, gasolina, óleo diesel e coque de petróleo calcinado, com 6,1%. E por fim, o café e especiarias, sendo o quinto produto mais exportado para os Estados Unidos, tendo por seus representantes, o café não torrado não descafeinado em grão, pimenta, café torrado, mate, e gengibre, que reproduz 4,4% (BRASIL, 2017).

Para tanto, as importações brasileiras advindas do mercado norte-americano, assim como nas exportações, são pautadas principalmente pelo grupo de máquinas mecânicas, combustíveis e plásticos, entre outros ilustrados na Figura 18.

Figura 18 - Composição das importações brasileiras dos EUA (US\$ milhões).



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2017).

Ao analisar a Figura 18, é possível identificar os grupos de produtos mais comprados pelo Brasil dos Estados Unidos, dos itens apresentados, é notória a diminuição ocorrida ao longo dos três anos apresentados, principalmente pela queda da compra de combustíveis do ano de 2014 que correspondia mais de US\$ 7 bilhões, caindo para US\$ 3,8 bilhões em 2015.

Segundo o Portal Brasil (2015), as importações totais de combustíveis e lubrificantes caíram 48,3% logo no primeiro quadrimestre de 2015, essa queda foi decorrente dos preços de naftas, óleos combustíveis, gasolina, gás natural, petróleo e carvão. A queda ocorreu também nos bens de consumo, matérias-primas e máquinas. Provavelmente a queda das importações dos combustíveis aliviaram o saldo deficitário da balança comercial brasileira com os Estados Unidos nesse mesmo ano.

No que se refere as importações de 2016, as máquinas mecânicas foram o principal grupo de produtos importado dos Estados Unidos, assim como em 2015, atribuídos pela compra de turbinas a gás, árvores de transmissão, engrenagens e rodas de fricção, torneiras, computadores, máquinas e aparelhos com função própria. Logo, os plásticos aparecem como o terceiro grupo de produtos mais comprado pelo Brasil do mercado norte-americano, representados pelos polímeros de etileno, poliacetais, chapas, folhas e tiras.

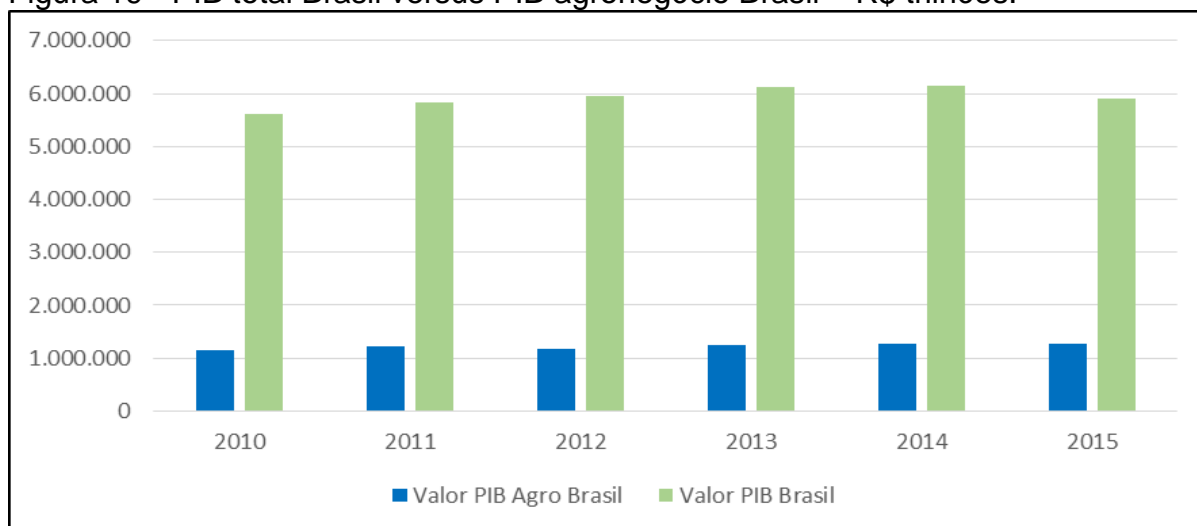
De modo geral, ao longo dos três anos destacados, foi recorrente a diminuição das importações nos grupos de produtos ilustrados na Figura 18, que de fato vem influenciando positivamente na balança comercial com os Estados Unidos, trazendo diminuição do saldo deficitário, bem como apresentando em 2017 saldo superavitário.

4.2 AGRONEGÓCIO NA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017), o agronegócio brasileiro corresponde a uma grande fatia do Produto Interno Bruto, pois individualmente representa 1/4 da soma dos bens e serviços produzidos, o que denota destaque, como o setor que mais contribui para o crescimento e fortalecimento da economia nacional.

No relato noticiado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2016), as perspectivas do PIB do agronegócio para 2017 aponta crescimento de 2% e a safra de grãos que pode alcançar o recorde de 215 milhões de toneladas. O PIB do setor, caracteriza-se por compreender os segmentos de insumos, produção primária, agroindustrial e serviços, tanto no ramo agrícola como da pecuária.

Figura 19 - PIB total Brasil versus PIB agronegócio Brasil – R\$ trilhões.



Fonte: Cepea/USP e CNA (2016) - PIB agronegócio e IBGE - PIB total (2016).

A representatividade do agronegócio fica evidenciada logo no comércio exterior, devido contínuo crescimento na pauta exportadora brasileira, aumento registrado de 46% em 2015 para 48% em 2016, relacionados ao volume. Desde

2006, ressalvo o ano de 2014, o setor foi o principal responsável pelo superávit da balança comercial (BRASIL, 2016).

A Tabela 5 contempla os números referente a balança comercial do agronegócio brasileiro no período de 10 anos, elencando ainda o percentual que representa perante o valor total exportado e importado pelo país.

Tabela 5 - Balança comercial do agronegócio brasileiro US\$/FOB bilhões.

ANO	EXP TOTAL	EXP AGRO	PART % EXP TOTAL	IMP TOTAL	IMP AGRO	PART % IMP TOTAL
2007	102.433	58.431	57,04%	74.964	8.732	11,65%
2008	130.842	71.837	54,90%	113.921	11.880	10,43%
2009	97.934	64.785	66,15%	78.065	9.900	12,68%
2010	126.096	76.441	60,62%	114.482	13.398	11,70%
2011	166.713	94.967	56,96%	146.727	17.507	11,93%
2012	160.596	95.814	59,66%	147.454	16.409	11,13%
2013	156.654	99.967	63,81%	160.478	17.060	10,63%
2014	154.018	96.747	62,82%	153.816	16.613	10,80%
2015	128.347	88.224	68,74%	121.041	13.073	10,80%
2016	123.565	84.934	68,74%	91.200	13.627	14,94%
2017*	145.942	65.433	44,83%	97.836	9.542	9,75%
TOTAL	1.493.140	897.580	60,11%	1.299.984	147.741	11,36%

* Refere-se até o mês de agosto

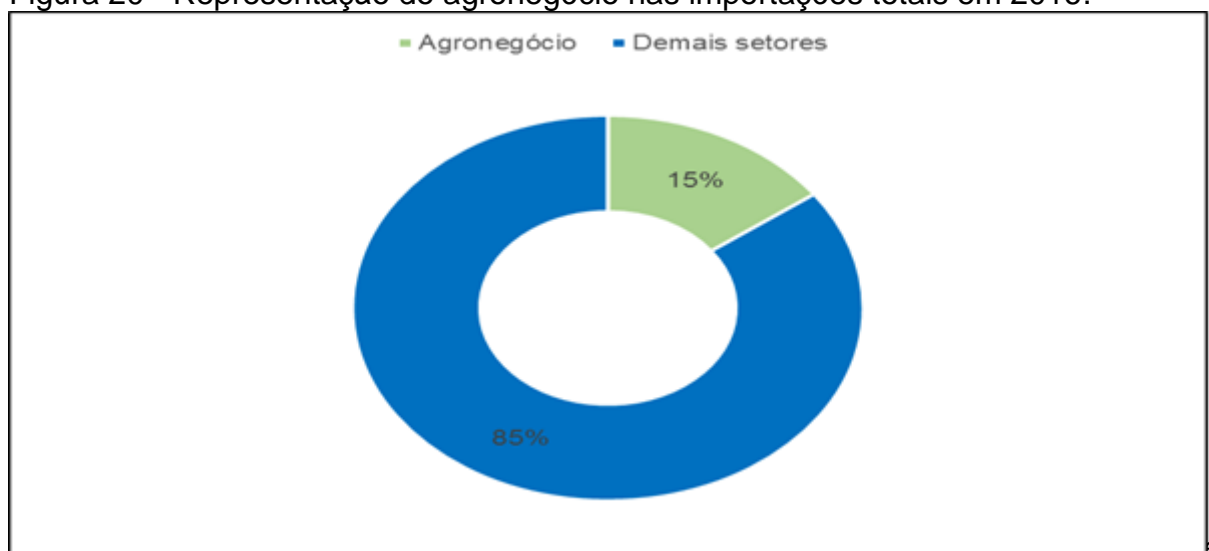
Fonte: Elaboração própria a partir de Agrostat (2017).

No que tange as exportações do agronegócio, percebe-se a notável participação do setor nos últimos 5 anos, pela grande representação que resultou entre 62,82% e 68,74% do valor total exportado pelo país. Nas importações do agronegócio, se observa o aumento da representatividade do valor importado em 2016, no entanto, mesmo com a diminuição das importações totais nesse mesmo ano, que pode ser vista na Tabela 3, nota-se o aumento de 4,14% em relação ao ano anterior, tendo em vista a participação do agronegócio nas compras internacionais.

É a partir desse contexto, que se destaca o Brasil como um grande produtor de alimentos e um dos principais atuantes no mercado global de produtos do agronegócio. Possibilitando consolidação no setor, na economia global, tomando grande participação no comércio exterior e proporcionando geração de empregos, que denota força e representatividade em sua atuação.

Para melhor visualizar a atuação do agronegócio no comércio exterior, a Figura 20 ilustra a sua representatividade em relação aos demais setores da economia, tomando por base o ano de 2016 nas compras do mercado externo.

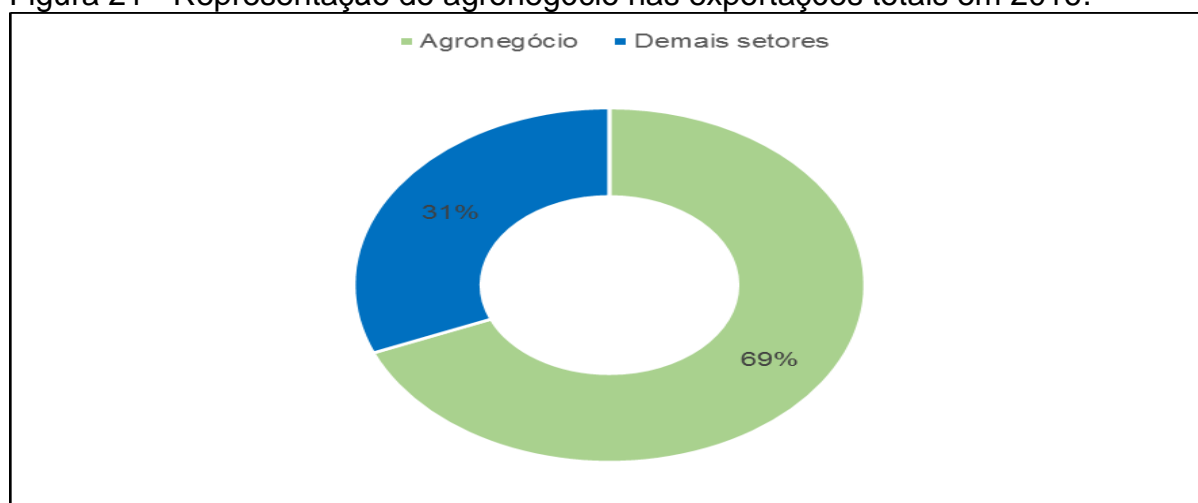
Figura 20 - Representação do agronegócio nas importações totais em 2016.



Serviços (2017).

As conclusões que podem ser extraídas a partir da leitura da figura, ficam claras a partir do momento em que também se observa a Figura 21, onde a representatividade das exportações do agronegócio fica evidenciada, ocupando uma grande fatia do total exportado pelo Brasil, por assim ser, o setor importa muito menos do que exporta.

Figura 21 - Representação do agronegócio nas exportações totais em 2016.



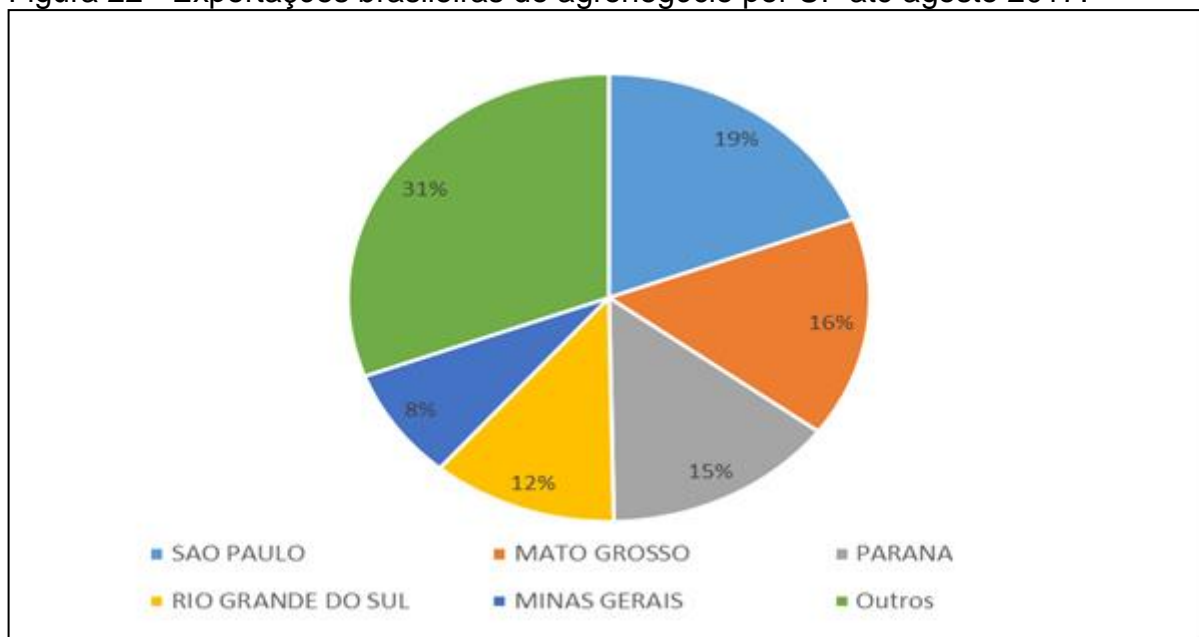
Fonte: Elaboração própria a partir de Agrostat (2017) e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2017).

Para Silva, Cesario e Cavalcanti (2007), o dinamismo do agronegócio brasileiro tem sido um dos aspectos mais importantes em nossa economia nos últimos anos. Pois já no início dos anos 2000, o setor já se mostrou com melhor desempenho do que visto na década de 1990, sendo que entre os anos 2000 e 2004, enquanto a economia brasileira cresceu em média 2,66% ao ano, o agronegócio superou essa margem, atingindo 4,64% ao ano.

Para tanto, a relevância do setor está atrelada a diversos aspectos, que envolvem questões sociais e econômicas, no âmbito dos empreendimentos familiares e na geração de empregos. Dessa forma, é importante destacar como o agronegócio pode propiciar condições de melhoria de vida, devido principalmente a economia das pequenas e médias cidades estarem embasadas no agronegócio, ou seja, se o setor vai bem, a economia da cidade também desenvolve.

As variedades desse segmento de mercado, estão incumbidas principalmente pela produção de alimentos do país, que está difundida em todas as regiões. A extensão territorial e a diversidade de clima proporcionam diferentes práticas de culturas produtivas. Os estados brasileiros que mais exportam produtos do agronegócio podem ser vistos na Figura 22.

Figura 22 - Exportações brasileiras do agronegócio por UF até agosto 2017.

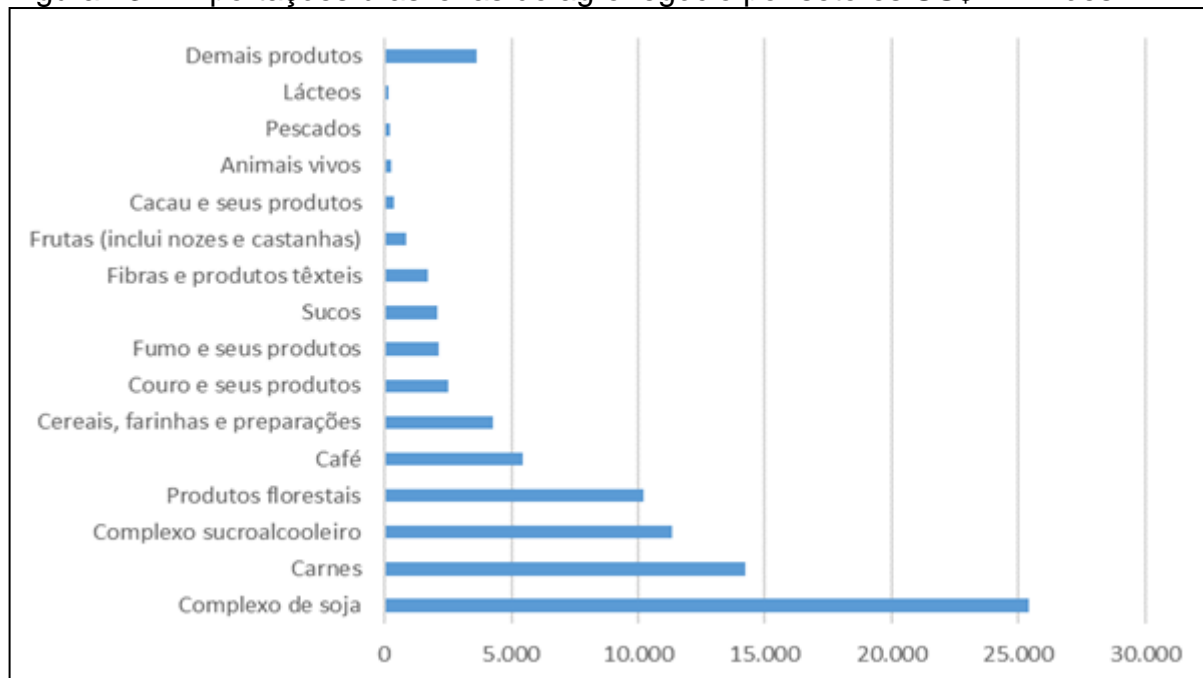


Fonte: Agrostat (2017).

Os cinco estados listados na figura 22, puxaram as exportações do agronegócio, embarcando os principais produtos da pauta exportadora do setor,

dentre os quais se destacam, a soja em grãos, o farelo de soja, açúcar, carne de frango, café, carne bovina e suco de laranja (Figura 23).

Figura 23 - Exportações brasileiras do agronegócio por setores US\$ - milhões.



Fonte: Agrostat a partir de SECEX/MDIC (2017).

O complexo de soja lidera as exportações do país como evidenciado na Figura 18, tem-se a soja em grãos como principal produto, que obteve US\$ 19 bilhões do valor total exportado pelo complexo. Em segundo lugar, o setor de carnes foi o mais relevante, representado pela carne de frango que exportou mais de 4 mil toneladas, chegando a US\$ 6,7 bilhões (BRASIL, 2017).

Na sequência, o complexo sucroalcooleiro aparece também com grande representatividade, tendo vista o total exportado de US\$ 11,3 bilhões, com destaque para o açúcar, que atingiu a marca de US\$ 10,4 bilhões das exportações do complexo. É importante salientar, que em relação ao ano de 2015, o complexo sucroalcooleiro foi o único que representou variações positivas, tanto que, em 2015 o valor das exportações foi de US\$ 8,5 bilhões, aumentando 32,9% em 2016 (BRASIL, 2017).

Outro setor de destaque, foi o de produtos florestais, com US\$ 10,2 bilhões exportados e mais de 21 toneladas embarcadas, tendo como principal produto, a celulose, que se sobressaiu nas vendas, com mais de US\$ 5 bilhões (BRASIL, 2017). Nesse caso, é importante ressaltar que apesar do valor exportado

ter caído em relação à 2015, por outro lado, o volume embarcado aumentou 13% em relação ao ano anterior. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (2017), isso se deu por conta das compras efetuadas pela China, por parte da celulose, as madeiras exportadas para os Estados Unidos, União Europeia e México, e o papel para o Peru.

O quinto no *ranking*, dos produtos mais exportados pelo agronegócio brasileiro é o café, com vendas no valor de US\$ 5,4 bilhões, a maior representatividade é vista pela exportação do café verde, que ocupa uma margem do valor total desse complexo de 88,5%.

Da mesma forma, não menos importantes estão os produtos derivados do couro e fumo, os cereais e sucos, que exportaram valores na casa dos US\$ 2 bilhões. Assim a pauta exportadora brasileira também está representada pelos lácteos, pescados, animais vivos, cacau e seus produtos, juntamente com as frutas, que por sua vez, incluem as nozes e castanhas.

É nessa ótica, que se contempla o agronegócio como papel fundamental não só para a economia, mas também para a sociedade brasileira. O Brasil, por ser um país de renda média e com alto grau de concentração de renda e pobreza, ter o agronegócio como de fato um negócio eficiente, no sentido de produzir volumes crescentes a preços com estabilidade ou decrescentes, torna-se ferramenta essencial para a distribuição e transferência de renda e salários, além que o índice de pobreza observado no meio rural é quase o dobro, levando em consideração o país como um todo (CEPEA, 2017).

4.3 MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL – ÂMBITO GLOBAL

Desde a criação do GATT em 1947, muitas conquistas ocorreram em termos de liberalização de comércio, muitas barreiras quantitativas e tarifárias foram reduzidas significativamente. Os esforços do GATT, iniciados desde a sua fundação, estimaram uma média tarifária de 40%, enquanto ao fim da Rodada Urugui esse número caiu para 5%. Outro fato relevante foi o aumento de 8% ao ano do comércio de mercadorias dos países industrializados, entre o período datado de 1950 a 1975 (APEX, 2012).

No entanto, acompanhando o processo de diminuição das barreiras tarifárias, viu-se o aumento das barreiras não-tarifárias. Dessa forma, a medida que

as barreiras quantitativas diminuía, outras formas de proteção *sutis* foram adquiridas pelos governos, com intuito de reger a segurança da população, saúde e meio ambiente (APEX, 2012).

Entre os países que mais impuseram medidas nos últimos 10 anos, elencados no Quadro 11, destacam-se globalmente, a Índia, os EUA e o Brasil.

Quadro 11 - Países com maior número de medidas entre os anos de 2007 e 2016.

RANKING	PAÍS	MEDIDA	QUANT.	TOTAL
1	Índia	Antidumping	267	269
		Medidas compensatórias	1	
		Sanitárias e fitossanitárias	1	
2	Estados Unidos da América	Antidumping	150	222
		Medidas compensatórias	64	
		Sanitárias e fitossanitárias	8	
3	Brasil	Antidumping	177	206
		Medidas compensatórias	2	
		Sanitárias e fitossanitárias	27	
4	Peru	Antidumping	8	150
		Medidas compensatórias	3	
		Sanitárias e fitossanitárias	139	
5	União Europeia	Antidumping	105	147
		Medidas compensatórias	15	
		Restrições quantitativas	4	
		Sanitárias e fitossanitárias	23	
6	Rússia	Antidumping	37	114
		Sanitárias e fitossanitárias	77	
7	China	Antidumping	91	100
		Medidas compensatórias	6	
		Restrições quantitativas	2	
		Sanitárias e fitossanitárias	1	
8	Turquia	Antidumping	97	99
		Medidas compensatórias	1	
		Sanitárias e fitossanitárias	1	
9	Argentina	Antidumping	92	95
		Sanitárias e fitossanitárias	3	
10	Equador	Sanitárias e fitossanitárias	87	87
TOTAL				1.489

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

Para elaboração do Quadro 11, foram consideradas as medidas *antidumping*, barreiras técnicas, cotas, medidas compensatórias, restrições quantitativas, salvaguardas, salvaguardas especiais, medidas sanitárias e fitossanitárias e subsídios à exportação. A pesquisa cobriu 8.561 medidas, que entre o total das medidas dos 10 países elencados, representou 17,4% no período considerado, o que denota grande representação.

Dentre as medidas mais recorrentes, aparecem o *antidumping*, medidas compensatórias, sanitárias e fitossanitárias e as restrições quantitativas. Mas a que se mantém em destaque, tanto na Índia, nos EUA e no Brasil, pela quantia em que são aplicadas, são as medidas *antidumping*, que de acordo com a OMC (2017), o foco nesse processo é pautado em como o governo reage ao *dumping*, uma vez que, uma empresa estrangeira está ofertando um produto a preço inferior do que cobra em seu mercado nacional.

Outras, das medidas de proteção que são frequentes entre os países listados, são as sanitárias e fitossanitárias, com destaque, principalmente por parte do Peru, que entre as suas 150 medidas impostas durante o período relatado, 139 são SPS. Essa medida é de certa forma, uma maneira do governo garantir a segurança alimentar, saúde animal e vegetal, e é claro pode ser usado também como forma de proteger os produtores de seu país.

Da mesma forma, os países notificam algumas preocupações comerciais, que estão relacionadas a barreiras técnicas ao comércio, ou a condições sanitárias e fitossanitárias, como já explicadas anteriormente. Diante do exposto, o Quadro 12, expõe os 10 países que mais apresentaram preocupações comerciais nos últimos 10 anos.

Quadro 12 - Países com maior número de preocupações comerciais entre os anos de 2007 e 2016.

(Continua)

RANKING	PAÍS	PREOCUPAÇÃO COMERCIAL	QUANT.	TOTAL
1	União Europeia	Medidas técnicas ao comércio	229	328
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	99	
2	China	Medidas técnicas ao comércio	106	138
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	32	
3	Estados Unidos da América	Medidas técnicas ao comércio	47	91
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	44	
4	Índia	Medidas técnicas ao comércio	62	77
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	15	
5	Indonésia	Medidas técnicas ao comércio	50	75
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	25	
6	Brasil	Medidas técnicas ao comércio	68	74
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	6	
7	Equador	Medidas técnicas ao comércio	69	69

Quadro 12 - Países com maior número de preocupações comerciais entre os anos de 2007 e 2016.

(Conclusão)

<i>RANKING</i>	<i>PAÍS</i>	<i>PREOCUPAÇÃO COMERCIAL</i>	<i>QUANT.</i>	<i>TOTAL</i>
8	Coreia do Sul	Medidas técnicas ao comércio	54	60
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	6	
9	Canadá	Medidas técnicas ao comércio	45	54
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	9	
10	Rússia	Medidas técnicas ao comércio	38	53
		Medidas sanitárias e fitossanitárias	15	
TOTAL				1.019

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

A partir de uma breve análise dos dados, é possível observar o notório destaque da União Europeia, que representou praticamente terça parte da totalidade das preocupações comerciais impostas diante dos 10 países elencados. Ainda, os EUA aparecem entre os três primeiros listados, na terceira posição, com 91 preocupações comerciais, atrás da China, que notificou 138. Em comum, as três economias, têm um vasto mercado, com grande potencial, e que outros países do mundo tendem a oferecer seus produtos, dessa forma, levando os países a implementarem medidas que restringem ou dificultam a entrada de mercadorias, afim de não prejudicar o produtor nacional.

4.4 MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL – EUA *VERSUS* BRASIL (AGRONEGÓCIO)

Para que se faça presente, o objetivo de identificar as medidas impostas pelos EUA perante o agronegócio brasileiro, foram cumpridas algumas etapas, para que se cumprisse o dado objetivo, onde o Quadro 12 compõe o detalhamento da pesquisa, considerando todos os produtos do Sistema Harmonizado (Sistema de Designação e Codificação de Mercadorias), e adiante, o Quadro 13, delimita apenas a categoria do agronegócio em que foi atingida.

Quadro 13 - Delimitação dos dados e detalhamento das medidas.

MEDIDAS	NÍVEL	ORIGEM DA MEDIDA	DESTINO DA MEDIDA	PERÍODO	PRODUTO
Antidumping	-	EUA	Brasil	01/01/2007 à 31/12/2016	Todos
Barreiras técnicas	Regular				
Cotas	-				
Empresas comerciais estatais					
Medidas Compensatórias					
Restrições quantitativas					
Salvaguarda					
Salvaguarda especial					
Sanitárias e fitossanitárias	Emergência				
Sanitárias e fitossanitárias	Regular				
Subsídio à exportação	-				

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

Para complementação e desdobramento do item produto, discriminado no Quadro 13, serão elencados no Quadro 14, a descrição da categoria dos produtos de acordo com o capítulo.

Quadro 14 - Descrição das NCM's.

(Continua)

CAPÍTULO	DESCRIÇÃO
01	Animais vivos
02	Carne e miudezas comestíveis
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos
04	Produtos lácteos; ovos de pássaros; mel natural; Produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem incluídos em outras posições.
05	Produtos de origem animal, não especificados nem incluídos em outras posições.
06	Árvores vivas e outras plantas; lâmpadas, raízes e similares; cortar flores e folhagem ornamental
07	Legumes comestíveis e certas raízes e tubérculos
08	Frutas comestíveis; Casca de citrinos ou melões
09	Café, chá, mate e especiarias
10	Cereais
11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos; inulina; glúten de trigo
12	Sementes de óleo e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutas diversas; plantas industriais ou medicinais; palha e forragem.
13	Gomas, resinas e outros sucos vegetais e extratos
14	Materiais para entrançar com vegetais; Produtos vegetais não especificados nem incluídos em outras posições
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais e seus produtos de clivagem; gorduras comestíveis preparadas; ceras de origem animal ou vegetal

Quadro 14 - Descrição das NCM's.

(Continuação)

CAPÍTULO	DESCRIÇÃO
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos.
17	Sucos e produtos de confeitaria
18	Cacau e preparações de cacau
19	Preparações de cereais, farinha, amido ou leite; produtos de pastelaria
20	Preparações de vegetais, frutas, nozes ou outras partes de plantas
21	Preparações de vegetais, frutas, nozes ou outras partes de plantas
22	Bebidas, bebidas espirituosas e vinagre
23	Resíduos e resíduos das indústrias alimentares; Forragem animal preparada
24	Tabaco e produtos manufaturados de tabaco
25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento
26	Minérios, escórias e cinzas
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; substâncias betuminosas; ceras minerais
28	Produtos químicos inorgânicos; compostos orgânicos ou inorgânicos de metais preciosos, de metais das terras raras, de elementos radioativos ou de isótopos
29	Produtos químicos orgânicos
30	Produtos farmacêuticos
31	Fertilizantes
32	Extratos de curtimento ou tingimento; taninos e seus derivados; corantes, pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; massa e outras mástiques; tintas
33	Óleos essenciais e resinóides; Produtos de perfumaria, de cosmética ou de toucador
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de polir ou esfoliantes, velas e artigos semelhantes, pastas para modelar, "ceras para dentes" e preparações para odontologia à base de gesso
35	Matérias albuminóides; amidos modificados; colas; enzimas
36	Explosivos; produtos pirotécnicos; fósforos; ligas pirofóricas; certas preparações inflamáveis
37	Produtos fotográficos ou cinematográficos
38	Produtos químicos diversos
39	Plásticos e suas obras
40	Borracha e suas obras
41	Couros e peles em bruto (exceto peles com pelo) e couro
42	Artigos de couro; selaria e arnês; mercadorias de viagem, bolsas e recipientes semelhantes; artigos de tripa (com exceção dos intestinos de seda)
43	Peles e peles artificiais; fabrica
44	Madeira e artigos de madeira; carvão vegetal
45	Cortiça e artigos de cortiça
46	Fabricação de palha, esparto ou de outros materiais para entrançar; cesto e vime
47	Polpa de madeira ou de outros materiais fibrosos celulósicos; papel e cartão de recuperação (desperdício e sucata)
48	Papel e cartão; Artigos de pasta de papel, de papel ou de cartão
49	Livros impressos, jornais, imagens e outros produtos da indústria gráfica; manuscritos, textos e planos

Quadro 14 - Descrição das NCM's.

(Continuação)

CAPÍTULO	DESCRIÇÃO
50	Seda
51	Lã, pelos finos ou grosseiros; Fios e tecidos de crina
52	Algodão
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel
54	Filamentos artificiais; tira e semelhantes de materiais têxteis sintéticos
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas
56	Pastas, feltro e não tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos e suas obras
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos em matérias têxteis
58	Tecidos especiais; tecidos tufados; laço; tapeçarias; aparas; bordado
59	Tecidos impregnados, revestidos, revestidos ou laminados; artigos têxteis dos tipos utilizados para uso industrial
60	Tecidos de malha
61	Vestuário e seus acessórios, de malha
62	Vestuário e seus acessórios, não de malha
63	Outros artefatos têxteis confeccionados; conjuntos; Vestuário desgastado e artigos têxteis usados; trapos
64	Calçado, polainas e semelhantes; partes desses artigos
65	Chapelaria e suas partes
66	Guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, bastões de assento, chicotes, montes e suas partes.
67	Penas preparadas e para baixo e artigos de penas ou de baixo; flores artificiais; artigos de cabelo humano
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou materiais similares
69	Produtos cerâmicos
70	Vidro e copos de vidro
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos e suas obras; Jóias de imitação; moeda
72	Ferro e aço
73	Artigos de ferro ou aço
74	Cobre e suas obras
75	Níquel e suas obras
76	Alumínio e suas obras
78	Chumbo e suas obras
79	Zinco e suas obras
80	Estanho e suas obras
81	Outros metais comuns; ceramais (cermets); suas obras
82	Ferramentas, implementos, talheres, colheres e garfos, de metais comuns; suas partes, de metais comuns
83	Artigos diversos de metais comuns
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos; suas partes
85	Máquinas, e suas partes, e suas partes; gravadores e reprodutores de som, gravadores e reprodutores de imagens e som de televisão e suas partes e acessórios
86	Locomotivas ferroviárias, veículos rodoviários e suas partes; aparelhos e acessórios para via férrea ou de trânsito e suas partes; equipamentos mecânicos (incluindo eletro mecânicos) de sinalização de trânsito de todos os tipos

Quadro 14 - Descrição das NCM's.

(Conclusão)

CAPÍTULO	DESCRIÇÃO
87	Veículos que não sejam de material ferroviário ou de trânsito e suas partes e acessórios.
88	Aeronaves, veículos espaciais e suas partes
89	Navios, barcos e estruturas flutuantes
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, cinematografia, medição, verificação, precisão, medicação médica ou cirúrgica; suas partes e acessórios
91	Relógios de pulso e suas partes
92	Instrumentos musicais; peças e acessórios de tais artigos
93	Armas e munições; suas partes e acessórios
94	Móveis; roupa de cama, colchões, colchões, almofadas e outros estofados semelhantes; lâmpadas e aparelhos de iluminação, não especificados nem compreendidos em outras posições; sinais luminosos, placas iluminadas e similares; pré-fabricados
95	Brinquedos, jogos e artigos para desporto; suas partes e acessórios
96	Artigos diversos fabricados
97	Obras de arte, peças de coleção e antiguidades

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

Como já visto e comentado no decorrer desse estudo, os EUA mantêm uma forte economia em termos de comércio. Tendo em vista o destaque relacionado ao agronegócio, tomando assim como um importante concorrente do Brasil nessa atividade, que representa um apoio importantíssimo a economia brasileira, devido a sua representatividade nas exportações, além que o mercado norte-americano está posicionado como um dos principais destinos da exportação do agronegócio brasileiro.

Diante do exposto, o que se pretende apresentar são as medidas de defesa comercial do governo norte-americano que atingem o agronegócio brasileiro. Muitas das medidas, podem ser de caráter tarifário ou não-tarifário, ditas assim, como as barreiras técnicas, que impõe impasses nas exportações brasileiras para os Estados Unidos.

A princípio, o Quadro 15 apresenta a categoria de produtos afetados pelas medidas de proteção dos EUA perante o comércio bilateral com Brasil, ou seja, nesse sentido, são apresentadas apenas as medidas que foram essencialmente impostas contra o Brasil.

Quadro 15 - Medidas e produtos afetados.

MEDIDA	CATEGORIA DOS PRODUTOS	QUANT.	SH
<i>Antidumping</i> 4	Filme, folha e tira de tereftalato de polietileno	1	392062009
	Certo papel não revestido	5	480256, 480257, 480262, 480269, 481190
	Produtos planos de aço laminados a frio	30	720915, 720916, 720917, 720918, 720925, 720926, 720927, 720928, 720990, 721070, 721090, 721123, 721129, 721190, 721240, 721250, 721510, 721550, 721590, 721710, 721790, 722519, 722550, 722599, 722619, 722692, 722699, 722850, 722860, 722990
	Produtos planos de aço laminados a quente	32	720810, 720825, 720826, 720827, 720836, 720837, 720838, 720839, 720840, 720853, 720854, 720890, 721070, 721090, 721114, 721119, 721190, 721240, 721250, 721491, 721499, 721590, 722511, 722519, 722530, 722540, 722599, 722611, 722619, 722691, 722699, 722860
Medidas compensatórias 2	Produtos de aço plano laminados a frio	16	720915, 720916, 720917, 720918, 72092, 720925, 720926, 720927, 720928, 720990, 7210, 7211, 7212, 7215, 7217, 7225
	Produtos de aço plano laminados a quente	15	7201, 720810, 720825, 720826, 720827, 720836, 720837, 720838, 720839, 720840, 720853, 720854, 720890, 7210, 7211
TOTAL			99

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

De acordo com a pesquisa efetuada, foram encontradas 4 medidas *antidumping*, diante de 68 categorias de produtos do SH, e ainda, 2 medidas compensatórias, relacionadas a 31 categorias do SH. Em sua maioria, tanto nas medidas antidumping, como nas compensatórias, considerando o total de 99 categorias do SH, 93 são do capítulo 72, que compreende o ferro e aço.

Assim, apenas 1 produto do capítulo 39, que se refere a plásticos e suas obras, e restando 5 categorias, do capítulo 48, que nesse caso, representa o agronegócio brasileiro, caracterizado pelo papel, artigos de pasta de papel, de papel ou de cartão, que foram atingidas pelas medidas *antidumping*.

Dessa forma, com intuito de averiguar os produtos do agronegócio afetados pelo protecionismo norte-americano, aqui representado pelo capítulo 48, com 5 categorias de produtos do Sistema Harmonizado, é possível observar esse desmembramento retratado no Quadro 16.

Quadro 16 - Descrição dos produtos do agronegócio afetados pelo EUA.

CAPÍTULO	SH	DESCRIÇÃO
48 - Papel e cartão; Artigos de pasta de papel, de papel ou de cartão	480256	Pesando 40g/m ² ou mais, mas não mais de 150g/m ² , em folhas com um lado não superior a 435mm e o outro lado não superior a 297 mm no estado dobrado.
	480257	Outros com peso igual ou superior a 40g/m ² , mas não superior a 150g/m ² .
	480262	Em folhas, com um lado não superior a 435mm e o outro lado não superior a 297mm no estado dobrado.
	480269	De outros.
	481190	Outros papéis, cartões, para pasta de celulose e mantas de fibras de celulose.

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

Dentro de cada uma dessas categorias que foram apresentadas no Quadro 15, o desmembramento da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), permite listar outros produtos, utilizando o item e subitem, que fazem parte do desdobramento específico no âmbito do Mercosul. Já que, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai adotaram, desde janeiro de 1995, dois outros últimos números, tomando por base o Sistema Harmonizado.

O Quadro 17 expõe este desdobramento, que conforme consulta na base de dados da Organização Mundial do Comércio, permitiu maior especificação dos produtos, de acordo com a NCM, e ainda atribuindo a taxação imposta diante de cada um dos produtos exibidos.

Quadro 17 - Desmembramento dos produtos por NCM e taxação

(Continua)

SH	ITEM+SUBITEM	NCM	TAXA (%)	NATUREZA
480256	10	48025610	28,00	<i>Ad Valorem</i>
	20	48025620	15,50	
	30	48025630	18,00	
	40	48025640	11,50	
	60	48025660	5,00	
	70	48025670	30,00	

Quadro 17 - Desmembramento dos produtos por NCM e taxaço.

				(Conclusão)
SH	ITEM+SUBITEM	NCM	TAXA (%)	NATUREZA
480257	10	48025710	28,00	Ad Valorem
	20	48035720	15,50	
	30	48025730	18,00	
	40	48025740	11,50	
480262	10	48026210	28,00	
	20	48026220	15,50	
	30	48026230	11,50	
	50	48026250	5,00	
	60	48026260	30,00	
480269	10	48026910	28,00	
	20	48026920	15,50	
	30	48026930	11,50	
481190	10	48119010	27,00	
	20	48119020	22,50	
	30	48119030	25,00	
	40	48119040	30,00	
	60	48119060	20,00	
	80	48119080	18,50	
	90	48119090	35,00	

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

A partir do desmembramento das 5 categorias de produtos, foram relacionadas pela NCM mais 25 produtos, e vinculadas a cada um deles a taxaço atribuída pelo governo norte-americano a partir do valor aduaneiro.

O que se compreende nessa situação, é o posicionamento dos EUA diante das importações dos produtos listados, uma vez que, viu-se a prática comercial do Brasil para com o mercado norte-americano de ameaça ao seu comércio doméstico, tendo assim o caracterizado como *antidumping*, onde já citado anteriormente, seria a venda desses produtos a um preço menor do qual é praticado no mercado nacional pelos seus produtores.

Essa medida pode ser cobrada de três formas, uma delas é a aplicação de uma alíquota *ad valorem*, onde é fixado um percentual sobre o valor aduaneiro da mercadoria, logo, se a mercadoria custa US\$ 1.000, e a taxa fixada é de 10%, será recolhido US\$ 100 referente ao direito. A específica, que considera o valor sobre a unidade estabelecida, dessa forma, se é comercializado determinada mercadoria em toneladas, é atribuído uma taxaço em valor a cada tonelada vendida, por exemplo: 1.000 toneladas do produto Y e a taxa é de US\$ 10 a cada tonelada, o valor a ser recolhido pelo direito, corresponde a US\$ 10.000. E ainda, a taxaço pode ser mista,

que é a mescla de ambas. Por sua vez, os valores cobrados independem dos outros impostos que incidem na importação. Contudo, o Quadro 17, apresenta a taxa do direito *antidumping* atribuída aos produtos, que como relatados anteriormente são cobrados a partir do valor aduaneiro (*ad valorem*), que variam entre 5% a 35%.

Com vistas às exportações dos produtos discriminados pelo SH/NCM no Quadro 16, pretende-se apresentar a representatividade dos mesmos diante do valor total exportado para os Estados Unidos, bem como nas exportações totais do agronegócio, compreendendo a variável temporal de 10 anos, entre 2007 a 2016, assim como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Impacto do valor exportado para EUA perante a categoria de produtos afetada pelas medidas.

ANO	EXPO TOTAL EUA (BILHÕES)	EXPO TOTAL AGRO (BILHÕES)	EXPO (MILHÕES) SH* AFETADOS P/ MEDIDAS EUA	PART % EXPO EUA	PART % EXPO AGRO
2007	25.065	58.431	105.649	0,42%	0,18%
2008	27.423	71.837	127.029	0,46%	0,18%
2009	15.601	64.785	124.324	0,80%	0,19%
2010	19.307	76.441	103.862	0,54%	0,14%
2011	25.804	94.967	98.311	0,38%	0,10%
2012	26.700	95.814	92.250	0,35%	0,10%
2013	24.653	99.967	139.760	0,57%	0,14%
2014	27.027	96.747	143.624	0,53%	0,15%
2015	24.079	88.224	126.262	0,52%	0,14%
2016	23.156	84.934	78.592	0,34%	0,09%
TOTAL	238.815	832.147	1.139.663	0,48%	0,14%

*SH compostos pelo: 480256; 480257; 480269; 480262; 481190;

Fonte: Elaboração própria a partir de AliceWeb (2017).

Ao observar os números, fica claro o equilíbrio mantido pelas exportações direcionadas aos Estados Unidos das respectivas categorias de produtos mencionadas na Tabela 6, sendo essas, enquadradas pelas medidas de defesa comercial impostas pelo governo americano.

Dentre outras pontuações, a leitura da Tabela 6 permite destacar a crescente nas exportações que ocorreram entre 2013 e 2014, que estiveram entre 139 milhões e 143 milhões respectivamente.

Os anos de 2011 e 2012, apresentaram os menores valores exportados em relação aos outros anos, e principalmente 2016, decaindo aproximadamente 63%, levando em consideração o ano 2015. Esse decréscimo das exportações,

deixa claro, os reflexos causados pelas medidas de proteção do EUA, que passou a vigorar em 03 de março de 2016, o que tornou a exportação dos produtos em questão, mais difíceis e desfavoráveis.

Dentro do referido contexto de política comercial dos EUA, na sequência, são relatadas algumas das preocupações comerciais notificadas pelo governo norte-americano perante o agronegócio brasileiro, tendo em vista as medidas sanitárias e fitossanitárias.

4.5 PREOCUPAÇÕES COMERCIAIS ESPECÍFICAS

Segundo a Organização Mundial do Comércio (2017), a partir da pesquisa realizada em sua base de dados, proferiram três preocupações comerciais específicas que estão sendo analisadas, todas compostas por condições sanitárias e fitossanitárias, a partir de preocupações brasileiras diante dos Estados Unidos. O governo norte-americano, por meio de projetos ligados a *Food Safety Modernization Act (FSMA)*, ressalta programas de verificação de fornecedores estrangeiros para importadores de produtos destinados ao consumo humano e animal.

De forma geral, percebe-se a preocupação do EUA nos gêneros alimentícios, que de alguma forma, por meio dos órgãos responsáveis, são implementados projetos, auditorias e certificações, que muitas vezes, dificultam o processo de exportação dos países. Para delimitação das preocupações comerciais, o Quadro 18 contemplará um resumo, apontando os países que notificaram as preocupações e a data em que o processo foi iniciado (OMC, 2017).

Quadro 18 - Delimitação da preocupação comercial e detalhamento do assunto.

ORIGEM	DESTINO	DATA	ASSUNTO	NOTIFICAÇÃO
EUA	Brasil	02/04/2008	Avaliação do risco para a saúde e análise econômica do produto importado.	SPS
	Brasil, Belize, China, Coreia do Sul	16/10/2013	Realização de auditoria de segurança alimentar e emissão de certificados.	
	Brasil, República Dominicana, Índia	09/07/2014	Alto custo de certificação para exportação de manga.	

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

No informe da primeira preocupação relatada pelo Brasil, iniciada em abril de 2008, o representante do Brasil, apontou que de acordo com a adoção da licença

de importação, esta não estava sujeita apenas a condições de risco a saúde, mas também relacionada a análise econômica do produto importado. A partir disso, foi feita uma análise para determinar se as pequenas empresas norte-americanas seriam afetadas, o que foi constatado ao fim da análise um impacto econômico causado. Dessa forma, perdas econômicas foram causadas ao Brasil, apontando que as atribuições não satisfaziam os requisitos do Artigo 5¹ do Acordo SPS, pelo qual apenas alguns fatores foram levados em consideração (OMC, 2017).

No informe da primeira preocupação relatada pelo Brasil, iniciada em abril de 2008, o representante do Brasil, apontou que de acordo com a adoção da licença de importação, esta não estava sujeita apenas a condições de risco a saúde, mas também relacionada a análise econômica do produto importado. A partir disso, foi feita uma análise para determinar se as pequenas empresas norte-americanas seriam afetadas, o que foi constatado ao fim da análise um impacto econômico causado. Dessa forma, perdas econômicas foram causadas ao Brasil, apontando que as atribuições não satisfaziam os requisitos do Artigo 5¹ do Acordo SPS, pelo qual apenas alguns fatores foram levados em consideração (OMC, 2017).

Em contrapartida, o representante dos EUA, assinalou as preocupações do Brasil como sendo baseadas em percepções erradas. Desde então, a situação não foi mais levantada, mas também não foi resolvida (OMC, 2017).

Num segundo momento, em outubro de 2013, o Brasil levantou outra preocupação relacionada a implementação de auditorias de segurança alimentar, bem como certificações. A preocupação se iniciou com o governo da China, que observou a partir de dados estatísticos fornecidos pelo EUA, que os níveis dos produtos alimentícios importados possuíam graus superiores que aos produzidos pelo mercado americano (OMC, 2017).

Assim, a China pediu uma explicação científica, já que as exigências por parte da FSMA estavam sendo excessivamente onerosa e dispendiosa para os

¹ Artigo 5 - Avaliação de Risco e Determinação de nível apropriado de proteção SPS: Artigo 5.1: Os membros são obrigados a basearem suas avaliações de risco, quando possível e apropriado, nas metodologias desenvolvidas pelas organizações internacionais. Artigo 5.2: A avaliação de risco considera os fatores evidência científica, métodos e processos de produção relevantes, inspeção, amostragem e testes. Artigo 5.5: Cada membro é obrigado a não distinguir arbitrariamente e injustificadamente níveis de proteção considerados apropriados, de tal forma que estas distinções possam resultar em uma forma disfarçada de restrição ao comércio internacional, de maneira a conseguir o objetivo de consistência na aplicação das medidas SPS. Artigo 5.7: Um membro pode adotar medidas temporárias para minimizar riscos desconhecidos enquanto coleta informações adicionais que permitam uma avaliação de risco objetiva e reavaliação do gerenciamento da medida temporária de risco.

mercados exportadores de alimentos. Nesse sentido, a China alegou que o regulamento proposto discriminava de forma injusta as fontes que abasteciam o EUA e que se mostrou mais rigoroso que os padrões estabelecidos em âmbito internacional, sem haver qualquer justificativa para isso (OMC, 2017).

Tendo em vista essa situação, o Brasil, juntamente com Belize e Coreia do Sul, também sucitaram suas preocupações, diante do ocorrido. Em particular, o Brasil levantou um questionamento relacionado ao papel de auditores terceirizados, sobre as garantias que essas agências cumprissem as disposições referente ao Acordo SPS. É nessas condições que se percebe como os governos podem criar obstáculos a fim de proteger seu mercado. Sobre essa situação abordada, até o dado momento, o caso não foi resolvido (OMC, 2017).

Contudo, a última preocupação comercial levantada pelo Brasil, foi em julho de 2014, caracterizada pelo alto custo de certificação para realização das exportações de manga.

4.6 O GOVERNO BRASILEIRO E O PROTECIONISMO NORTE-AMERICANO

No contexto geral, em que se relacionam as práticas protecionistas dos Estados Unidos frente aos produtos brasileiros, destaca-se o uso de medidas *antidumping* e medidas compensatórias, como assim vistas anteriormente. Segundo Thorstensen (2011), as medidas *antidumping* atingem diretamente as empresas exportadoras, sendo assim, as medidas compensatórias são dirigidas aos governos, que certamente são responsáveis pelo subsídio ofertado. Tendo em vista esses aspectos, as questões envolvidas, muitas vezes tornam-se de difícil resolução, já que apelam por questões políticas, quando se trata de medidas compensatórias.

Com intuito de manter e intensificar o comércio bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil, o governo vem destacando o comércio americano como parceiro fundamental, e a fim de constituir um comércio mais liberal entre os países vem abordando possíveis acordos e debatendo seu posicionamento perante o mercado americano. Para assim tornar o comércio entre as nações com características mais liberais do que protecionistas, que conseqüentemente tornará o fluxo de comércio mais facilitado.

Quadro 19 - Assuntos tratados pelo MDIC diante do comércio com o EUA.

DATA	ASSUNTO
07/12/2016	MDIC recebe delegação norte americana para tratar de comércio e investimento bilateral
	Acordo para cooperação BRA-EUA em inovação e convergência regulatória
	EUA como parceiro fundamental
21/12/2016	Agenda comercial com o EUA
12/05/2017	Brasil e Estados Unidos terão certificado fitossanitário eletrônico
09/08/2017	Onda protecionista não vai impedir crescimentos das exportações brasileiras
22/08/2017	Evento anual sobre o futuro do setor siderúrgico

Fonte: Elaboração própria a partir da OMC (2017).

No dia 7 de dezembro de 2016, Marcos Jorge de Lima, secretário-executivo do MDIC, recebeu o subsecretário adjunto de comércio exterior dos Estados Unidos, Kenneth Hyatt, para tratar de questões relacionadas ao comércio e investimento entre os países. No encontro, Lima destacou a importância das relações comerciais bilaterais, além que pontuou o posicionamento do EUA como segundo parceiro comercial do Brasil e o principal país importador dos produtos manufaturados brasileiros (MDIC, 2016).

O então encontro tinha por objetivo, explorar frentes de cooperação, delinear oportunidades e desafios, bem como aprofundar o relacionamento e a cooperação bilateral. Tendo em vista essas questões, no mesmo dia, 7 de dezembro, o ministro do MDIC, Marcos Pereira, juntamente com Deborah Vieitas, CEO² da Câmara Americana de Comércio e o presidente do Conselho de Administração da entidade, Hélio Magalhães, assinaram o acordo de cooperação Brasil-Estados Unidos, com ênfase nas áreas de inovação, convergência regulatória, facilitação de comércio e investimentos produtivos (MDIC, 2017).

Nesse sentido, tem-se ainda como propósito, abordar e encorajar reuniões de setores bilaterais, para assim tornar possível a promoção da cooperação entre os setores privados do Brasil e dos Estados Unidos, oportunizando aperfeiçoar o regime brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), oferecendo capacitação sobre os temas que regem esse regime, para identificar quais setores obtêm maior potencial exportador e que atraem investimentos, desse modo, podendo promovê-los frente ao mercado.

Nessa linha tratada entre acordos de cooperação com os Estados Unidos, no dia 21 de dezembro Pereira recebeu o embaixador do Brasil nos Estados Unidos,

² Sigla inglesa de *Chief Executive Officer*, que significa Diretor Executivo em português.

Sérgio Amaral, para elaboração da agenda internacional para as relações comerciais com o mercado norte-americano, tendo em vista a transição de governo do país, onde assumida por Trump no início de 2017. Desse modo, a ideia era de criar uma agenda concreta, com intuito de levar propostas de trabalho ao governo americano (MDIC, 2016).

Ainda sobre a relação comercial com os Estados Unidos, é importante salientar a iniciativa do governo brasileiro, que segundo o MDIC (2017), no dia 12 de maio foi acordado um modelo de certificação fitossanitária eletrônica. Essa decisão partiu não só do MDIC, mas também do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e do Departamento de Comércio e Agricultura³ dos Estados Unidos.

A iniciativa facilitará o comércio das exportações para o mercado norte-americano que exige a certificação, e que em 2016, somaram aproximadamente US\$ 4 bilhões. Dentre os principais produtos exportados para os Estados Unidos beneficiados pela implantação dessa tecnologia, estão a madeira, café, frutas e cacau (MDIC, 2017).

No Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX), acontecido no Rio de Janeiro, Pereira declarou que apesar da onda protecionista ter avançado em âmbito internacional, afirma que o Brasil vai continuar buscando novos mercados para sua inserção, não apenas limitando-se aos vizinhos da América Latina. Salientando ainda, a elevação das vendas para as principais economias do mundo, como a China, Estados Unidos, Argentina e União Europeia, destacando um crescimento de mais de 30% para esses destinos (MDIC, 2017).

No que se refere ao protecionismo aplicado pelos Estados Unidos contra o aço brasileiro, o presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil (IAB), Alexandre de Campos Lyra, em evento do 28º Congresso Aço Brasil, no dia 22 de agosto, salientou, que junto ao MDIC negocia uma missão em Washington para tratar das tarifas *antidumping* aplicadas pelo governo norte-americano, bem como sobre o aumento do imposto de importação (MDIC, 2017).

Em resumo, diante do exposto, o que se pode constatar é o posicionamento do governo brasileiro frente a uma busca por aproximação do

³ USDA é o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos; em inglês *United States Department of Agriculture*.

mercado americano com intuito de maior abertura comercial, a fim de novos acordos e investimentos.

5 CONCLUSÃO

A integração das nações, diante do processo de globalização e os avanços tecnológicos relacionados a comunicação, possibilitou um mundo mais conectado e interligado, seja em aspectos culturais, religiosos, políticos ou comerciais. Diante disso, as nações viram oportunidades de se relacionarem e poder adquirir ganhos com essa relação a partir de trocas comerciais.

O processo de abertura comercial dos países está ligado ao fato de expandir seus mercados além das fronteiras, e com isso, diminuir a dependência frente ao mercado doméstico por meio das exportações, adquirir novos parceiros comerciais, bem como tornar o nome da empresa visível no mercado internacional.

Em suma, pode-se dizer que as exportações no ambiente comercial, oferecem ganhos para ambas as partes, uma vez que, um país pode exportar seus excedentes e por outro lado o país adquirente do produto consegue suprir uma demanda que a produção local é insuficiente.

Apesar da importância que se tem sobre as trocas comerciais, e as parcerias de comércio, em confronto também se aborda as questões que prejudicam o mercado doméstico diante das importações. Para tanto, os países tomam precauções para não prejudicar seus produtores nacionais, utilizando alguns recursos de política comercial, que tem por intuito taxar ou dificultar importações de outros países.

Diante do exposto, o que se coloca em evidencia são as medidas de defesa comercial que visam a proteção do mercado do país importador e por outro lado acabam prejudicando o país exportador. Com isso, o trabalho possibilitou identificar quais dessas medidas que o mercado brasileiro é afetado, especificamente pelos Estados Unidos, com vistas ao agronegócio, que se mostrou de suma importância as exportações brasileiras diante da representatividade que possui.

Direcionando-se para o primeiro e segundo objetivo do trabalho, que visou caracterizar a balança comercial brasileira, bem como a representação do agronegócio nas exportações do país, foi possível constatar como as exportações desse setor são importantes para a economia nacional, devido justamente sua representatividade, que como relatado, foram responsáveis pelo saldo superavitário da balança comercial brasileira dos últimos anos.

Em relação às medidas de proteção ao mercado, o trabalho possibilitou identificar quais dos países do mundo que mais impõe medidas, tendo como destaque, a Índia em primeiro lugar, os Estados Unidos em segundo e o Brasil que também se mostrou um país altamente protecionista diante de 206 medidas aplicadas, ocupando o terceiro lugar.

No quesito apresentado pelos principais grupos de produtos exportados para o EUA, foi possível identificar no ano de 2016 o domínio por parte das máquinas mecânicas, aviões e o grupo do ferro e aço, salientando que esse último, representa a categoria de produtos mais afetada por práticas protecionistas do governo norte-americano. Sendo que, dos 99 produtos atingidos, quase 94% são do capítulo 72, que representam o ferro e aço, contando tanto com medidas *antidumping*, como medidas compensatórias.

Em relação ao terceiro e quarto objetivo específico, diante da defesa comercial estadunidense perante o agronegócio brasileiro, constatou-se a aplicação de medidas *antidumping* em 25 NCM's do capítulo 48, atribuído pelo papel e suas derivações, obtidas por meio do SH. Salientando ainda, sua inserção dentro do grupo de produtos florestais, que está posicionado como o 4º maior das exportações do agronegócio brasileiro em US\$ milhões.

Além das medidas *antidumping*, a pesquisa constatou 3 preocupações comerciais, ligadas a questões sanitárias e fitossanitárias, recorrentes a produtos alimentares, e que de alguma forma o governo norte-americano identificou como ameaça à saúde ou a vida humana, animal e vegetal. Nesse contexto, fica claro o protecionismo por parte dos Estados Unidos, devido às exigências relacionadas aos produtos, uma vez que, não faz taxações, mas dificulta o comércio, impondo algumas barreiras técnicas que tornam o custo alto para exportar.

No que se refere ao quinto e último objetivo desse trabalho, com o propósito de apresentar as ações do governo diante do protecionismo norte-americano, se mostrou constante neste cenário os esforços do governo brasileiro em estreitar os laços comerciais entre os países, para assim criar uma política comercial cada vez mais aberta, considerando a importância do EUA, enquanto destino das exportações brasileiras, não só no agronegócio, como também em outros campos de atuação.

Dessa forma, apesar de alguns entraves relacionados as duas economias frente ao comércio bilateral, entende-se que o governo vem buscando formas de

melhorar a relação entre os países, seja por meio de acordos, ou investimentos. De modo geral, o mercado norte-americano é um importante parceiro e por isso é relevante considerar cada vez mais formas de manter um bom relacionamento no meio comercial.

Para tanto, numa visão holística do trabalho, considerando os dados da pesquisa, percebeu-se que para o governo norte-americano os produtos que mais lhe preocupam e podem afetar o seu mercado nacional, são as exportações da categoria de produtos do ferro e aço e em seguida o papel, representando o agronegócio brasileiro.

Diante do trabalho realizado, que se limitou as medidas de defesa comercial impostas pelo governo dos EUA ao agronegócio brasileiro, coloca-se como proposta para estudos futuros, pesquisas que possam englobar outros países concorrentes do Brasil no agronegócio e que também são potências produtoras e exportadoras no setor.

Dessa forma, conclui-se a relevância do tema no âmbito das práticas de comércio exterior, assim como para profissionais da área e acadêmicos interessados no assunto abordado, tendo em vista a importância do agronegócio para o país. Entende-se que em meio aos aspectos de defesa comercial aplicada pelos países, apesar da tentativa de livre comércio, a alternativa seria acordos comerciais, que assim beneficiariam ambas as partes.

REFERÊNCIAS

- ABIMAQ. **Tarifas específicas e mistas**. Disponível em: <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Tarifa-Especificas-e-Tarifa-Mista>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- ANDRADE, Daniel Caixeta; ORTEGA, Antônio César; CAMPOS, Eneida Maria Goddi. **Notas sobre negociações agrícolas internacionais e desafios para o agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/778.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2017.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- APPLEYARD, Dennis R.; FIELD JUNIOR, Alfred J.; COBB, Steven L.. **Economia internacional**. 6. ed. São Paulo: Amgh, 2010. 768 p.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006. 209 p.
- BANCO MUNDIAL. **Agricultura, valor agregado**. 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NV.AGR.TOTL.CD?end=2016&start=1960&view=chart>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Agricultura, valor agregado**. 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NV.AGR.TOTL.CD?end=2016&locations=BR&start=1960&view=chart>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- BANCO MUNDIAL. **PIB**. 2017. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BR-1W&name_desc=false>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- BARRAL, Welber. **O Brasil e o protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. 270 p.
- BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 41, n. 2, p.18-28, dez. 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73291998000200002>.
- BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional: Teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 408 p.
- BERTO, André Rogério. Barreiras ao comércio internacional. **Convibra**, Argentina, p.1-14, 2004. Disponível em: <<http://www.convibra.org/2004/pdf/65.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- BRASIL. ALICEWEB. **Consultas - Exportação 1997 - 2017 NCM 8 dígitos**. 2017. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. APEX BRASIL. **Do "novo protecionismo" ao "protecionismo privado"**: a atuação da sociedade civil na regulação do comércio internacional. 2012. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/91c4c2a3-e121-4a36-9482-7e24e4d3c905.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2012.

BRASIL. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **PIB do Agronegócio deve crescer 2% em 2017**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-deve-crescer-2-em-2017>>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **Exportações de madeira, papel e celulose crescem 7,3% no 1º semestre**. 2017. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/exportacoes-de-madeira-papel-e-celulose-crescem-73-no-1o-semester>>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **PIB do Agronegócio deve crescer 2% em 2017**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-deve-crescer-2-em-2017>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. FAO; OCDE. **Perspectivas Agrícolas 2015-2024**. São Paulo, 2015. 54 p. Disponível em: <<http://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **A importância do agronegócio para o Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/produtos_tecnicos/a-importancia-do-agronegocio-para-o-brasil-2/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. **Barreiras técnicas às exportações: O que são e como superá-las**. 2009. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/Manual_BarrTec2009.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **A agropecuária brasileira contribui para o fortalecimento da nossa economia**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agromais/agropecuaria-brasileira.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Agrostat - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. **Balança comercial do agronegócio - série histórica**. 2017. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Indicadores gerais agrostat**. 2017. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial brasileira: Acumulado do ano**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Brasil e EUA terão certificado fitossanitário eletrônico para facilitar comércio bilateral**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2504-brasil-e-eua-terao-certificado-fitossanitario-eletronico-para-facilitar-comercio-bilateral>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Informações sobre o PNCE**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/pnce/838-plano-nacional-da-cultura-exportadora-pnce>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Marcos Jorge participa de evento anual que discute o futuro do setor siderúrgico**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2690-marcos-jorge-participa-de-evento-anual-que-discute-o-futuro-do-setor-siderurgico>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **MDIC e Amcham assinam acordo para cooperação Brasil-EUA em inovação e convergência regulatória**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2152-mdic-e-amcham-assinam-acordo-para-cooperacao-brasil-eua-em-inovacao-e-convergencia-regulatoria>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Outras estatísticas de comércio exterior**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Secretário-executivo do MDIC recebe delegação norte americana para tratar de comércio e investimento bilateral**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2155-secretario-executivo-do-mdic-recebe-delegacao-americana-para-tratar-de-comercio-e-investimento-bilateral>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Comex Vis: Brasil (geral)**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-brasil>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Marcos Pereira recebe Sérgio Amaral e discute agenda comercial com os EUA.** 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2177-marcos-pereira-recebe-sergio-amaral-discute-agenda-comercial-com-os-estados-unidos>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Para Marcos Pereira, onda protecionista não vai impedir crescimento das exportações brasileiras.** 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/2669-para-marcos-pereira-onda-protecionista-nao-vai-impedir-crescimento-das-exportacoes-brasileiras>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Barreiras sanitárias e fitossanitárias.** 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias>>. Acesso em: 19 maio 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Estados Unidos da América.** 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>>. Acesso em: 19 maio 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Estados Unidos da América.** 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **O setor de agronegócio no Brasil.** 20???. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1273158100.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Relatório da ONU: fome diminui, mas ainda há 805 milhões de pessoas no mundo com desnutrição crônica.** 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-fome-diminui-mas-ainda-ha-805-milhoes-de-pessoas-no-mundo-com-desnutricao-cronica/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. PALÁCIO DO PLANALTO. **Superávit da balança comercial deve ser recorde em 2017, prevê ministro.** 2017. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/05/superavit-da-balanca-comercial-deve-ser-recorde-em-2017-preve-ministro>>. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. PORTAL BRASIL. **Exportações superam importações pelo 2º mês seguido.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/05/exportacoes-superam-importacoes-pelo-2o-mes-seguido>>. Acesso em: 02 out. 2017.

CARNEIRO, Flavio Lyrio. MEDIDAS NÃO TARIFÁRIAS COMO INSTRUMENTO DE

POLÍTICA COMERCIAL: O CONCEITO, SUA IMPORTÂNCIA E AS EVIDÊNCIAS RECENTES DE SEU USO NO BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, p.7-28, set. 2015. Semestral. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6011/1/td_2135.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

CAVALCANTI, Marco Antônio F. H.; RIBEIRO, Fernando José. AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 1977/96: DESEMPENHO E DETERMINANTES. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, p.1-43, fev. 1998. Semestral. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2325/1/td_0545.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R.. **Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 522 p.

CEPEA (Brasil). **O agronegócio e as crises interna e externa: desafios e oportunidades**. 2017. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/o-agronegocio-e-as-crisis-interna-e-externa-desafios-e-oportunidades.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica** para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1983. XIII 249 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres R. da; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi da. Agricultura: Evolução e importância para a balança comercial brasileira. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, p.1-36, mar. 2014. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1944.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió. **Inserção comercial do Mato Grosso do Sul**: Composição da pauta de exportação e importação e sua participação na renda e consumo do estado. Maceió, AL: Desconhecida, 2016. 20 p. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6857.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

COSTA, Lucílio Araújo. **O agronegócio brasileiro e o protecionismo internacional**. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/4185/arquivo5769_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 set. 2017.

DOMINGUES, Edson P.; TIRONI, Luís Fernando (...[et al.]) (Org.). **Aspectos estratégicos da política comercial Brasileira**. Brasília: IPEA, 2002. 298 p.

ENCONTRO DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA, 10., 2007, João Pessoa. **Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual**. João Pessoa, PB: Desconhecida, 2007. 5 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. COMITÊ DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE AGRICULTURA NUTRIÇÃO E SILVICULTURA. **Farm Bill 2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.agriculture.senate.gov/issues/farm-bill>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS. **Ato agrícola de 2014**: Destaques e implicações. 2014. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/agricultural-act-of-2014-highlights-and-implications/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

EUROPA. COMISSÃO EUROPEIA. **Agricultura**. 2017. Disponível em: <<https://publications.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/f08f5f20-ef62-11e6-8a35-01aa75ed71a1>>. Acesso em: 03 set. 2017.

FARO, Ricardo; FARO, Fátima. **Curso de comércio exterior**: Visão e experiência Brasileira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 320 p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo). **Outlook FIESP 2026**: Projeções para o agronegócio brasileiro. São Paulo: Gráfica Hrosa, 2016. 92 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3241387/mod_resource/content/1/OUTLOOK_FIESP_2026-PORTUGUES-LO_OF2026_21_11_FINAL.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

FIGUEIREDO, Adelson Martins et al. Impactos dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos na expansão do agronegócio brasileiro. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.445-467, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-41612010000200007>.

FIGUEIREDO, Adelson Martins; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Leis agrícolas dos Estados Unidos: síntese histórica e principais mudanças na política agrícola. **Informe Gepec**, Cascavel, v. 13, n. 1, p.22-39, jun. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/issue/view/266>>. Acesso em: 15 out. 2017.

FUSINATO, Leonardo Santos. **A defesa comercial no Brasil**: o antidumping. 2015. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157124?show=full>>. Acesso em: 03 set. 2017.

GARCIA, Manuel Enriquez; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. 5. ed. Guarulhos, Sp: Saraiva, 2004. 344 p. Disponível em: <<https://vademecumdireito.files.wordpress.com/2013/04/vasconcellos-e-garcia-fundamentos-de-economia-1.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 207 p.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 35, n. 2, p.57-63, abr. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901995000200008>.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura e protecionismo: semelhança dos resultados das políticas agrícolas dos Estados Unidos, da comunidade Europeia e do Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 41, n. 1, p.149-168, jun. 1994. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1124>>. Acesso em: 03 set. 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.3-20, dez. 1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/goncalves_r._resenha_comercio_internacional_1997.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.

GOENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 9, n. 25, p.93-112, dez. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141995000300007>.

GUIMARÃES, Marcelo Fernandes; NOGUEIRA, Jorge Madeira. A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 47, n. 1, p.27-58, mar. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032009000100002>.

GUIMARÃES, Maria Helena. **Economia política do comércio internacional: teorias e ilustrações**. Cascais: Principia, 2005. 141 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dG8iXsWiuTMC&pg=PA30&dq=economia+internacional+E+MERCANTILISMO&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiM9_7C99vTAhWGW5AKHeBGDz0Q6AEIJjAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 08 abr. 2017.

HILAL, Adriana; HEMAIS, Carlos A.. O processo de internacionalização na ótica da escola nórdica: evidências empíricas em empresas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.109-124, mar. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-6552003000100006>.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 8, n. 21, p.147-163, ago. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000200009>.

INTERNACIONAIS, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações. **Quotas tarifárias**. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/biblioteca/glossario/letra/q#381>>. Acesso em: 19 maio 2017.

INTERNACIONAIS, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações. **Tarifa ad valorem**. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/biblioteca/glossario/letra/t/#580>>. Acesso em: 19 maio 2017.

International Centre of Trade and Sustainable Development. **A nova Farm Bill e suas implicações para o cenário comercial multilateral**. 2008. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-nova-farm-bill-e-suas-implicacoes-para-o-cenario-comercial-multilateral>>. Acesso em: 15 out. 2017.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2005. 162 p.

KRAMER, Cythia. **Medidas antidumping: devido processo legal à luz das regras da OMC**. 2012. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde.../Cynthia_Kramer_Integral.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: Teoria e política**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. 807 p.

KUME, Honório; PIANI, Guida; SOUZA, Carlos Frederico Bráz de. A POLÍTICA BRASILEIRA DE IMPORTAÇÃO NO PERÍODO 1987-1998: DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, p.9-38, 14 mar. 2003. Semestral. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo_1_politica.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

LOCATELLI, Liliana. **A proteção ao consumidor como uma barreira ao livre comércio: Da OMC ao MERCOSUL**. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83812/182965.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2010. 297 p.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba, PR: Juruá, 2008. 277 p.

MAXWELL (Rio de Janeiro). **Procedimentos metodológicos**. 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18698/18698_6.PDF>. Acesso em: 13 out. 2017.

MDIC. **Barreiras Comerciais: Barreiras técnicas ao comércio**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/803-barreiras-comerciais>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MENDONÇA, Maria Luisa. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a

Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 37, n. 2, p.375-402, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292015000200002>.

MIRANDA, José Carlos. Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990. **Texto Para Discussão**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p.1-123, out. 2001. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0829.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

MORAES, Antônio Luiz M.. O protecionismo agrícola internacional. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, v. 03, n. 5, p.20-32, set. 1996. Trimestral. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/736/693>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

NASSER, Rabih Ali. **A liberalização do comércio internacional nas normas do GATT - OMC**. São Paulo: Ltr, 1999. 112 p.

NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz. As mudanças das políticas agrícolas europeia e norte-americana vistas por terceiros. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 12, n. 1, p.70-96, dez. 2005. Trimestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/issue/view/306/showToc>>. Acesso em: 15 out. 2017.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Estados Unidos**. 2017. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/usa/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

OLIVEIRA, Silvia Menicucci de. **Barreiras não tarifárias no comércio internacional ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 756 p.

Organização Mundial do Comércio. **Antidumping**. 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/adp_e/adp_e.htm>. Acesso em: 08 out. 2017.

Organização Mundial do Comércio. **Consulta detalhada**. 2017. Disponível em: <<http://i-tip.wto.org/goods/Forms/TableView.aspx>>. Acesso em: 13 out. 2017.

PEREIRA FILHO, José Eduardo. A dinâmica da globalização na virada do milênio: aspectos econômicos, ideológicos e políticos. **Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José: Ciência atual**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.2-7, 2013. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/cafsj/index.php/cafsj/article/view/41/pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **Comércio internacional e protecionismo: As barreiras técnicas na OMC**. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 310 p.

RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a um mundo só?. **Estudos**

Avançados, [s.l.], v. 9, n. 25, p.65-76, dez. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141995000300005>.

SARTOR, Rangel da Soler. **Processo de integração histórica e comercial: um estudo no contexto do BRICS**. 2017. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração - Hab. Comércio Exterior, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira; VENTURIERI, Adriano; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A dinâmica do agronegócio e seus impactos socioambientais na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos Naea**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.169-181, 22 dez. 2008. Nucleo de Altos Estudos Amazonicos. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.277>.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do Comércio Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 223 p. (Comércio Exterior).

STEFANELO, Eugênio. O agronegócio mundial e brasileiro. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.1-11, mar. 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.fae.edu/galeria/getImage/1/746399500200267.pdf&gws_rd=cr&dcr=0&ei=tHCsWbfXHczBjwSpgpJI>. Acesso em: 03 set. 2017.

THORSTENSEN, Vera. **A defesa comercial dos BIC's (Brasil, Índia e China): algumas lições para a política brasileira**. 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1407/1/td_1635.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 42, n. 2, p.52-80, dez. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73291999000200004>.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro: SISCOMEX Importação e Exportação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 325 p.

VERDIER, Adriana; LEMBO, Carolina. **A nova Farm Bill e suas implicações para o cenário comercial multilateral**. 2008. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-nova-farm-bill-e-suas-implicações-para-o-cenário-comercial-multilateral>>. Acesso em: 14 maio 2017.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. **Agricultura e indústria no Brasil: Inovação e competitividade**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. 317 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29768>. Acesso em: 03 set. 2017.

YIP, George S.. **Globalização: Como enfrentar os desafios da competitividade mundial**. São Paulo: Senac, 1996. 310 p. Tradução de: Rosana Antonioli e Revisão técnica de: Luiz Roberto Carnier.

ZINI JUNIOR, Álvaro Antônio. Funções de exportação e importação para o Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Rio de Janeiro, p.615-662, dez. 1988. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5940/1/PPE_v18_n03_Funcoes.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.